

UNIVERSIDADE VILA VELHA - ES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

REINALDO SOARES RIBEIRO

TERRITORIALIDADE E VULNERABILIDADE NA OCUPAÇÃO DAS
MARGENS DO RIO PARDO EM IBATIBA E.S.

VILA VELHA
2026

REINALDO SOARES RIBEIRO

**TERRITORIALIDADE E VULNERABILIDADE NA OCUPAÇÃO DAS
MARGENS DO RIO PARDO EM IBATIBA E.S.**

Dissertação apresentada à Universidade Vila Velha, como pré-requisito do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, para a obtenção do grau de Mestre em Sociologia Política.

VILA VELHA

2025

Catálogo na publicação elaborada pela Biblioteca Central / UVV-ES

R484t

Ribeiro, Reinaldo Soares.

Territorialidade e vulnerabilidade na ocupação das margens do
Rio Pardo em Ibatiba E.S. / Reinaldo Soares Ribeiro. – 2026.
111 f.: il.

Orientador: Augusto César Salomão Mazine.

Dissertação (mestrado em Sociologia Política) - Universidade
Vila Velha, 2026.

Inclui bibliografias.

1. Sociologia Política. 2. Planejamento urbano. 3. Ambiental.

I. Mazine, Augusto César Salomão. II. Universidade Vila Velha.

III. Título.

CDD 306,2

REINALDO SOARES RIBEIRO

**TERRITORIALIDADE E VULNERABILIDADE NA OCUPAÇÃO DAS
MARGENS DO RIO PARDO EM IBATIBA E.S.**

Dissertação apresentada à Universidade
Vila Velha, como pré-requisito do Programa
de Pós-graduação em Sociologia Política,
para a obtenção do grau de Mestre em
Sociologia Política.

Aprovada em 16 de março de 2026,

Banca Examinadora:

 Lucia B Assinado eletronicamente por Lucia Maria Machado Bogus Data: 01/04/2026 13:42	SIGNATÁRIO
Profa. Dra. Lucia Maria Machado Bógus (PUC/SP)	
 Tiago R. H. e C. Rodrigues Assinado eletronicamente por Tiago R. H. e C. Rodrigues Data: 01/04/2026 13:59	SIGNATÁRIO
Prof. Dr. Tiago Nogueira de Hyra e Chagas Rodrigues (UVV)	
 Augusto Cesar Salomão Mozine Assinado eletronicamente por Augusto Cesar Salomão Mozine Data: 01/04/2026 13:22	SIGNATÁRIO
Prof. Dr. Augusto Cesar Salomão Mozine (UVV)	
Orientador	



Assinado com Assinatura Eletrônica (Lei 14.063/2020 | Regulamento 910/2014/EC)
Hash SHA256 do original: **c63a5019a765a9aceae7572203affd3d66d2d6cf3fcb82cb017b370601d9810**
Link de validação: <https://valida.ae/ac400c9ad070d57dca8105e9c703658353aa54c3c593ab7bf>



Dedicatória: A mim mesmo pelo esforço e persistência que mesmo com todas as dificuldades de fazer o mestrado trabalhando em duas escolas, dois estados diferentes, nunca desisti e me mantive firme com foco no meu objetivo.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por me dar força e saúde para conseguir concluir o mestrado estando eu trabalhando em duas escolas diferentes, em dois estados diferentes.

Agradeço também aos meus mestres professores que nesses dois anos de estudo e pesquisa, me auxiliaram e compartilharam comigo tanto conhecimento.

Agradeço também meus familiares que sempre me apoiaram nessa jornada e acreditaram em mim e nunca me deixaram desistir.

Agradeço também aos meus amigos que sempre me incentivaram e acreditaram em mim.

Por fim, agradeço a eles que traçaram esse caminho junto comigo, sempre me orientando e me direcionando qual caminho melhor seguir na minha pesquisa, minha ex-orientadora professora Dra. Teresa da Silva Rosa, e meu atual orientador, o professor Dr. Augusto Cesar Salomão Mazine.

Agradeço também ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de estudos concedida em incentivo a minha pesquisa e ao meu mestrado.

Gostaria também de agradecer aos membros da banca, Prof. Dr. Tiago Nogueira Hyra e Chagas (UVV) e a Profa. Dra. Lúcia Maria Machado Bógus (PUC/SP), e, mais uma vez, ao meu orientador, Prof. Dr. Augusto Cesar Salomão Mazine (UVV), que, gentilmente, dispuseram de seu precioso tempo, desde a qualificação, para fazer a revisão do meu trabalho e trazer contribuições necessárias à conclusão do meu projeto.

Por fim, agradeço a toda a equipe da Universidade de Vila Velha (UVV) por todo carinho, atenção e prestatividade que tiveram comigo nesses dois anos de mestrado.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1: CONTEXTUALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IBATIBA/ES E CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA: PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA ÁREA URBANA.....	22
1.1 A HISTÓRICA DO TERRITÓRIO DE IBATIBA/ES: OCUPAÇÃO, TROPEIRISMO E EMANCIPAÇÃO POLÍTICA.....	25
1.2 TERRITÓRIO, IDENTIDADE E DESIGUALDADE: A OCUPAÇÃO DAS MARGENS DO RIO PARDO EM IBATIBA/ES.....	34
CAPÍTULO 2: DINÂMICAS SOCIAIS E AMBIENTAIS NA OCUPAÇÃO DESORDENADA DAS MARGENS DO RIO PARDO	46
2.1 O RIO COMO UM PERSONAGEM FUNDAMENTAL NO COTIDIANO DE UMA LOCALIDADE: IMPACTOS DA OCUPAÇÃO DESORDENADA NA QUALIDADE DE VIDA MORADORES RIBEIRINHOS	50
2.2. O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DAS MARGENS DO RIO PARDO COMO UM FATOR RELEVANTE PARA A DESVALORIZAÇÃO DO LOCAL	55
2.3 OS MORADORES RIBEIRINHOS E O RIO: O REFLEXO DE SUAS PRÁTICAS COTIDIANAS NA IDENTIDADE COLETIVA	59
CAPÍTULO 3: O CONTEXTO SOCIAL E MARGINALIZAÇÃO DOS RESIDENTES NAS ÁREAS AFETADAS PELA OCUPAÇÃO DESORDENADA DO RIO PARDO EM IBATIBA	69
3.1 A IDENTIDADE TERRITORIAL COMO UM REFLEXO DOS PROCESSOS DE OCUPAÇÃO, DAS VIVÊNCIAS LOCAIS E DAS RELAÇÕES SOCIAIS	72
3.2 O DESENVOLVIMENTO URBANO E SEUS EFEITOS NA QUALIDADE DE VIDA DOS MORADORES DAS MARGENS DO RIO	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERÊNCIAS.....	91

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa do Estado do Espírito Santo	23
Figura 2: Monumento do tropeiro	30
Figura 3: Bairros e rios que cortam o município de Ibatiba	31
Figura 4: Faixa etária e tempo de moradia às margens	41
Figura 4: Registros da enchente de 2010	74
Figura 5: Trecho do Plano Municipal de Saneamento Básico e Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	76

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Percepção dos moradores quanto aos maiores impactos de viver às margens do rio Pardo, na localidade de Ibatiba/ES	37
Quadro 2: Soluções propostas pelos moradores melhoria da qualidade de vida na área	42
Quadro 3: Impactos da ocupação desordenada na preservação do rio Pardo	50
Quadro 4: Impactos da ocupação desordenada na preservação do rio Pardo	51
Quadro 5: Percepção sobre marginalização e acesso aos serviços essenciais	56
Quadro 6: Motivos que levaram os participantes a habitar às margens do rio Pardo	59
Quadro 7: Relação entre ocupação desordenada e preservação do rio Pardo	60
Quadro 8: Avaliação da atuação das autoridades públicas nas áreas às margens do rio Pardo	71
Quadro 9: Relação entre degradação ambiental e qualidade de vida às margens do rio Pardo	72
Quadro 10: Relação entre qualidade de vida e planejamento urbano às margens do rio Pardo	73
Quadro 11: Síntese analítica entre referenciais teóricos e evidências empíricas	80
Quadro 12: Questões 1 a 3 do roteiro de entrevistas	97
Quadro 13: Questões 4 e 5 do roteiro de entrevistas	97
Quadro 13: Questão 6 do roteiro de entrevistas	98
Quadro 14: Questão 7 do roteiro de entrevistas	98
Quadro 15: Questão 8 do roteiro de entrevistas	99
Quadro 16: Questão 9 do roteiro de entrevistas	99
Quadro 17: Questão 10 do roteiro de entrevistas	100
Quadro 18: Questão 11 do roteiro de entrevistas	100
Quadro 19: Questão 12 do roteiro de entrevistas	101
Quadro 20: Questão 14 do roteiro de entrevistas	102
Quadro 21: Questão 15 do roteiro de entrevistas	102
Quadro 22: Questão 16 do roteiro de entrevistas	103
Quadro 23: Questão 17 do roteiro de entrevistas	103
Quadro 25: Questão 18 do roteiro de entrevistas	104

Quadro 26: Questão 19 do roteiro de entrevistas	105
Quadro 27: Questão 20 do roteiro de entrevistas	105
Quadro 28: Questão 21 do roteiro de entrevistas	106
Quadro 29: Questão 22 do roteiro de entrevistas	106

RESUMO

RIBEIRO, Reinaldo Soares, M.Sc/D.Sc, Universidade Vila Velha – ES, março de 2026.
Territorialidade e vulnerabilidade na ocupação das margens do rio Pardo em Ibatiba E.S. Orientador: Prof. Dr. Augusto Cesar Salomão Mozine.

Este trabalho analisa de que forma a relação entre o ser humano e o meio ambiente influencia a construção da identidade territorial e as condições de vida da população ribeirinha que habita as margens do rio Pardo, no município de Ibatiba, Espírito Santo, em um contexto marcado pela ausência de políticas públicas integradas e por processos históricos de marginalização socioambiental. A pesquisa fundamenta-se em abordagem qualitativa, articulando revisão bibliográfica com dados empíricos obtidos por meio de entrevistas com moradores das áreas ribeirinhas. O estudo contextualiza a formação histórica do município e as dinâmicas de ocupação urbana às margens do rio, evidenciando as contradições do processo de modernização local, especialmente no que se refere à precariedade da infraestrutura urbana, ao acesso desigual a serviços básicos e à exposição recorrente a riscos ambientais. Analisa-se, ainda, como as práticas cotidianas e as experiências vividas pelos moradores produzem uma relação ambígua com o rio, que atua simultaneamente como elemento estruturante da memória, do pertencimento e da identidade coletiva, e como fator de vulnerabilização social e ambiental. Os resultados demonstram que a marginalização das populações ribeirinhas não decorre de escolhas individuais, mas de um modelo de urbanização excludente que reforça desigualdades territoriais e fragiliza os vínculos identitários. Conclui-se que a superação desse quadro exige políticas públicas integradas e sensíveis às dinâmicas locais, capazes de articular planejamento urbano, gestão ambiental e reconhecimento das identidades territoriais, como condição para a promoção da justiça socioambiental e do direito à cidade.

Palavras chaves: ocupação urbana; populações ribeirinhas; identidade territorial; vulnerabilidade socioambiental; planejamento urbano; rio Pardo; Ibatiba (ES).

ABSTRACT

RIBEIRO, Reinaldo Soares, M.Sc/D.Sc, University of Vila Velha – ES, march de 2026.
Territoriality and vulnerability in the occupation of the banks of the Pardo River in Ibatiba, Espírito Santo. Advisor: Prof. Dr. Augusto Cesar Salomão Mazine.

This study analyzes how the relationship between humans and the environment influences the construction of territorial identity and the living conditions of the riverside population that inhabits the banks of the Pardo River, in the municipality of Ibatiba, Espírito Santo, in a context marked by the absence of integrated public policies and historical processes of socio-environmental marginalization. The research is based on a qualitative approach, combining a literature review with empirical data obtained through interviews with residents of the riverside areas. The study contextualizes the historical formation of the municipality and the dynamics of urban occupation on the banks of the river, highlighting the contradictions of the local modernization process, especially with regard to the precariousness of urban infrastructure, unequal access to basic services, and recurrent exposure to environmental risks. It also analyzes how the daily practices and experiences of residents produce an ambiguous relationship with the river, which acts simultaneously as a structuring element of memory, belonging, and collective identity, and as a factor of social and environmental vulnerability. The results show that the marginalization of riverside populations is not the result of individual choices, but of an exclusionary model of urbanization that reinforces territorial inequalities and weakens identity bonds. It is concluded that overcoming this situation requires integrated public policies that are sensitive to local dynamics and capable of articulating urban planning, environmental management, and recognition of territorial identities as a condition for promoting socio-environmental justice and the right to the city.

Keywords: urban occupation; riverside populations; territorial identity; socio-environmental vulnerability; urban planning; Pardo River; Ibatiba (ES).

INTRODUÇÃO

A intensificação da crise ambiental global, o aumento da ocupação irregular dos lugares mais frágeis, a precariedade das condições socioeconômicas dos grupos sociais mais vulneráveis e a percepção de uma maior incidência de desastres naturais contribuíram para o aumento da visibilidade de questões relativas às vulnerabilidades na sociedade atual (Santos, 2015).

Ao associar essa temática às comunidades que vivem às margens dos rios, a relação entre exploração ambiental e marginalização social ganha outra perspectiva e suscita conflitos socioambientais, em especial os que estão relacionados aos grandes projetos de infraestrutura que, frequentemente, marginalizam as comunidades locais e destroem os ecossistemas dos quais essas populações dependem (Zhourri; Laschefski, 2014).

Assim como em outras localidades do território nacional, a ocupação das margens do rio Pardo no trecho do município de Ibatiba reflete um conjunto de injustiças que envolvem, entre outros aspectos, a degradação do ambiente natural. A ocupação dessa área tem se apresentado como um desafio significativo à medida que os efeitos naturais decorrentes da ausência de planejamento, como as enchentes, influenciam no contexto social e econômico das comunidades locais.

A bacia do rio Pardo se estende por quatro cidades do Espírito Santo (Ibatiba, Irupi, Iúna e Muniz Freire) e uma de Minas Gerais (Lajinha), ocupando uma área de drenagem de cerca de 611 Km² (Calmon *et al.*, 2016). O rio nasce no município de Ibatiba e sua nascente está localizada em Ineses, comunidade localizada a cerca de 12 km da sede municipal (Espírito Santo, 2014).

No trecho em questão, ele sofre com a falta de saneamento básico e com o desmatamento de suas matas ciliares, relacionados à pressão urbana (Inglez, 2018). Outro dado relevante sobre o rio Pardo é a ausência de estações de tratamento de esgoto em sua bacia, embora ele seja um dos principais receptores dos dejetos domésticos brutos urbanos e do esgoto produzido no trecho urbano de Irupi, Ibatiba e Iúna, além das localidades de Santíssima Trindade e Nossa Senhora das Graças (Calmon *et al.*, 2016).

Ao longo de sua extensão, é possível perceber o assoreamento do leito e a ausência da mata ciliar, consequências diretas da ocupação não planejada das margens do rio. Esses fatores colaboram para a degradação do rio e impactam na dinâmica fluvial de maneira substancial. Nesse contexto, as moradias fixadas nas encostas dos morros ou no fundo dos vales tendem a contribuir, segundo Ítalo Severo Sans Inglez (2018), para o agravamento da erosão e da degradação do corpo hídrico.

Ibatiba é um município localizado na região sul do Espírito Santo e possui uma história marcada por um processo de ocupação fortemente relacionado às dinâmicas sociais e econômicas, de natureza capitalista, de sua formação.

A ocupação das terras correspondentes à área urbana dessa cidade se iniciou no século XIX, após a chegada das primeiras famílias de colonos de origem europeia que se estabeleceram às margens do rio Pardo. A escolha por essa região teve relação com a proximidade com o rio, a fertilidade do solo e os recursos hídricos disponíveis. Além disso, essa localidade pode ser considerada estratégica em função da possibilidade de estabelecer importantes vias de transporte (Lima, 2019).

O processo de urbanização da atual região de Ibatiba e das margens do rio Pardo ocorreu sem planejamento e resultou na formação de áreas socialmente vulneráveis, com infraestrutura precária e ocupação de lugares sem preparação para habitação principalmente nas regiões ribeirinhas. A ocupação do território, em lugar de seguir um caminho que beneficiasse os moradores da região como um todo, contribuiu para acentuar as desigualdades (Ribeiro; Rosa, 2025).

A relevância do presente estudo reside no fato de sua ênfase nos impactos da ocupação desordenada de municípios territorialmente menores, nos quais os mecanismos de planejamento e regulação são ainda mais frágeis. Embora muitas pesquisas sobre o tema tenham sido desenvolvidas em grandes centros urbanos, a urbanização precária em localidades distantes desses espaços ainda é pequena.

A questão central deste trabalho consiste em compreender as dinâmicas de exclusão e marginalização relacionadas a esse tipo de ocupação, articulando a relação entre Estado, território e cidadania. De forma complementar, sua relevância reside no fato de que, enquanto diversas pesquisas abordam a questão da urbanização precária em grandes centros urbanos, permanece uma lacuna na produção científica e acadêmica

em relação aos impactos desse fenômeno em municípios menores, como Ibatiba (ES), onde os mecanismos de planejamento e regulação são ainda mais frágeis.

A abordagem desta proposta parte da problematização da urbanização periférica em uma perspectiva socioambiental sobre a qual autores, como Leff (2016), associam a expansão urbana sem planejamento a uma racionalidade econômica que privilegia o crescimento imediato em detrimento da sustentabilidade e da justiça social. Nesse sentido, a ocupação irregular das margens do rio Pardo não apenas compromete a qualidade ambiental da região, mas também reforça a exclusão dos grupos mais vulneráveis, que são relegados a áreas de risco e baixa infraestrutura.

Do ponto de vista empírico, esta pesquisa busca compreender as regularidades e irregularidades do processo de urbanização desordenada em pequenas cidades. Entre as regularidades, observa-se um padrão estrutural de ocupação precária associado à ausência de políticas de habitação social e de planejamento territorial eficaz. Além disso, a recorrente negligência do Estado na implementação de medidas regulatórias e a fragilidade das instituições locais contribuem para a perpetuação desse modelo de urbanização.

A principal anomalia identificada neste estudo reside no fato de que, apesar das diretrizes nacionais e estaduais de gestão sustentável do território, há uma falta de mecanismos concretos para sua efetiva aplicação em municípios como Ibatiba. Isso revela um descompasso entre a formulação teórica das políticas públicas e seu papel prático.

A viabilidade da pesquisa está assegurada pelo acesso a fontes bibliográficas e documentais, incluindo planos diretores municipais, relatórios ambientais e legislação urbanística vigente e, ao analisar a ocupação desordenada das margens do rio Pardo, pretende-se contribuir para o debate sobre a relação entre Estado e produção do espaço urbano, evidenciando como políticas públicas ineficazes contribuem para a reprodução de desigualdades estruturais.

Dessa forma, este estudo busca não apenas descrever uma realidade socioespacial, mas também propor caminhos para a construção de políticas mais inclusivas e sustentáveis, alinhadas aos desafios contemporâneos da governança territorial e da justiça socioambiental.

Uma das consequências do processo de ocupação das margens do rio Pardo, em Ibatiba/ES, sem planejamento prévio foi o aparecimento de áreas de vulnerabilidade social marcadas por infraestrutura precária e acesso desigual a serviços básicos. Nesse contexto, a ausência de uma política pública eficaz de ordenamento territorial tem agravado esse quadro e contribuído para perpetuar desigualdades socioespaciais e para o agravamento de desafios ambientais significativos.

À medida que a ocupação mencionada revela uma complexa interação entre os processos da modernidade e a transformação territorial que afeta tanto os residentes e o ambiente local, cabe uma reflexão sobre a forma como, no contexto moderno, a relação entre o ser humano e o rio se desenvolveu e qual o impacto disso na identidade local e nas condições de vida dos moradores. Segundo Britto et al (2019), a noção de identidade territorial está intimamente ligada à relação material e simbólica entre os moradores e o território que ocupam. Nas áreas às margens de rios, no entanto, o interesse é mais recente e está relacionado aos efeitos da ocupação desordenada que impacta não apenas a localidade ribeirinha, mas o perímetro urbano como um todo.

Uma vez que a modernidade é frequentemente associada à busca pelo desenvolvimento urbano e ao estabelecimento dos valores capitalistas, é importante destacar que essa visão de mundo frequentemente desconsidera o rio em suas dinâmicas de gestão e valorização, tratando-o como um espaço para extração em vez de preservação e valorização.

Essa contradição fica clara na falta de planejamento urbano, a qual, apesar do crescimento acelerado das cidades, não leva em conta a sustentabilidade do meio ambiente e, assim, coloca em risco não só a qualidade de vida dos habitantes, mas também as potencialidades de uso racional do rio (Huffner e Oliveira, 2017). Além disso, essa situação evidencia a tensão entre a modernização e a preservação do território, afetando a vida cotidiana dos moradores e contribuindo para o aumento das desigualdades.

Nesse contexto, a ausência de políticas públicas adequadas para gerenciar a ocupação e os serviços básicos nas margens do rio agrava a exclusão social, tornando esses espaços mais vulneráveis à precariedade. Além disso, a infraestrutura

deficiente, a falta de acesso a serviços essenciais como saneamento básico e saúde, e a ausência de medidas de proteção ambiental reforçam as desigualdades sociais na região.

Considerando a ausência de políticas públicas eficientes e a existência de um processo de marginalização social, econômica e ambiental das comunidades ribeirinhas, de que forma a relação entre o ser humano e o meio ambiente influencia na construção de uma identidade territorial e nas condições de vida da população ribeirinha que habita as margens do rio Pardo, na localidade de Ibatiba, Espírito Santo?

A pesquisa adotou uma abordagem dialógica que considera a complexidade das dinâmicas sociais e territoriais envolvidas na ocupação das margens do rio Pardo em Ibatiba/ES. Esse viés possibilitou compreender as relações de conflito e contradição entre os processos históricos de urbanização, a modernidade e a identidade territorial das populações ribeirinhas.

Numa perspectiva mais recente, Enrique Leff (1999; 2016) propõe uma análise dialógica, especialmente na análise de questões socioambientais. Leff argumenta que a crise ambiental não deve ser compreendida como um processo linear ou inevitável de superação de contradições, mas como um fenômeno complexo e multifacetado, resultante de interações entre fatores sociais, econômicos e naturais. Ele enfatiza a importância de uma racionalidade ambiental, capaz de integrar saberes científicos, tradicionais e populares, reconhecendo que soluções para problemas ambientais emergem da pluralidade e interdependência de práticas e conhecimentos, e não de uma síntese histórica única.

Pode-se dizer que essa perspectiva é especialmente útil para pesquisas sobre sustentabilidade e gestão territorial, permitindo compreender os processos socioambientais como dinâmicos, interdependentes e historicamente situados, em consonância com metodologias que cruzam dados georreferenciados e socioeconômicos para identificar áreas de vulnerabilidade e orientar políticas de desenvolvimento sustentável.

A perspectiva teórica permite analisar a ocupação desordenada não como um fenômeno isolado, mas como resultado de um conjunto de forças estruturais, incluindo

políticas de desenvolvimento urbano, desigualdades socioeconômicas e a ausência de planejamento estatal adequado. De forma complementar, o método dialético favoreceu a análise da ocupação ribeirinha a partir da interação entre diferentes elementos, como o crescimento urbano acelerado, a marginalização social e a degradação ambiental, permitindo que se apreenda o fenômeno em sua totalidade e em constante transformação. Com base nessa abordagem, a pesquisa adotou métodos auxiliares que possibilitaram uma análise interdisciplinar e integrada do fenômeno.

Inicialmente, foi realizado um levantamento documental e bibliográfico para examinar legislações urbanísticas, ambientais e sociais que impactam diretamente a ocupação das margens do rio Pardo. Essa etapa inclui a análise de documentos públicos, como o Plano Diretor Municipal de Ibatiba, relatórios ambientais e políticas de regularização fundiária, além de literatura acadêmica sobre urbanização, modernidade periférica e exclusão socioespacial.

As publicações selecionadas nesta etapa contribuíram para a construção de um referencial teórico pautado em estudos e conceitos conhecidos no ambiente acadêmico e científico, favorecendo a estruturação de um roteiro de entrevista que contemplasse os temas abordados na questão de pesquisa.

Em seguida, a pesquisa empírica envolveu um trabalho de campo que utilizou como metodologia de coleta de dados entrevistas semiestruturadas com os moradores das áreas afetadas pelos efeitos da ocupação não planejada, como consta no Apêndice 1. O objetivo desta etapa foi compreender as percepções dos residentes sobre os impactos da ocupação desordenada em suas vidas, incluindo questões como acesso à infraestrutura urbana, condições de moradia, segurança, pertencimento territorial e relações com o meio ambiente.

A opção por entrevistas semiestruturadas se justificou pela necessidade de adoção de um método que permitisse captar narrativas e experiências individuais, garantindo que as vozes dos moradores fossem protagonistas na análise. Considerando que o trabalho buscou analisar o problema a partir da vivência dos moradores, a opção pelo tipo de entrevista citado é válida e colabora para o contexto da pesquisa de caráter

exploratório, ou seja, que pretende “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito” (Gil, 2002, p.41).

A pesquisa adotou como técnica principal de coleta de dados entrevistas semiestruturadas, com foco nas experiências, percepções e vivências dos moradores das margens do rio Pardo, no município de Ibatiba/ES. Elas foram realizadas presencialmente, com roteiro previamente elaborado e validado com base nos objetivos da pesquisa. A escolha dos participantes se baseou em critérios específicos que asseguram a relevância das informações obtidas para o escopo do estudo.

Os critérios de inclusão foram: ser residente da cidade de Ibatiba/ES, residir nas áreas localizadas às margens do rio Pardo, ter mais de 30 anos de idade, aceitar participar voluntariamente da pesquisa, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e apresentar vivência direta com a ocupação e uso do espaço ribeirinho, podendo contribuir com narrativas sobre o cotidiano, as condições de infraestrutura e os sentidos atribuídos ao território.

A delimitação por moradores com idade superior a 30 anos e habitação há, pelo menos, 15 anos às margens do rio tem relação com a história individual vivenciada neste contexto e a percepção de cada um diante das mudanças decorrentes dos efeitos da ocupação desordenada, bem como a sua presença como sujeitos diretamente afetados pelos efeitos da ocupação desordenada das margens do rio.

A seleção dos critérios expostos acima respeitou os objetivos buscados pelo presente estudo e privilegiou a formação de um grupo de participantes que contribuísse de forma mais efetiva para a análise de dados e os resultados encontrados.

As entrevistas foram realizadas após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Vila Velha (UVV), parecer n. 7.585.505, por meio da Plataforma Brasil, conforme determina a Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Os participantes foram convidados a contribuir com a pesquisa após leitura e aceite do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), garantindo o sigilo, a privacidade e o anonimato das informações prestadas.

Além das fontes primárias de dados, a pesquisa analisou os discursos dos moradores, buscando padrões e recorrências que evidenciassem os principais desafios e

reivindicações da população ribeirinha. Essa análise foi complementada pela análise crítica das políticas públicas voltadas para a urbanização e regularização fundiária, permitindo verificar se havia coerência entre as diretrizes institucionais e as necessidades concretas das comunidades locais.

No que se refere à verificação dos resultados, a pesquisa adotou uma abordagem comparativa entre os dados obtidos no campo, os documentos oficiais e o referencial teórico utilizado. Essa triangulação permitiu avaliar de que maneira as políticas públicas interagem com a realidade vivida pelos moradores às margens do rio Pardo. A confrontação entre os dados empíricos e as formulações teóricas foi fundamental para compreender os desafios do planejamento urbano em contextos de vulnerabilidade social e marginalização territorial.

Além disso, aspectos práticos como acesso ao campo e viabilidade da pesquisa foram cuidadosamente planejados. O trabalho contou com o suporte de fontes secundárias, incluindo bancos de dados públicos e documentos institucionais, além da colaboração de lideranças comunitárias para facilitar o contato com os moradores e garantir maior participação da comunidade na pesquisa.

Por fim, as considerações éticas também foram rigorosamente seguidas, incluindo a obtenção de termos de consentimento livre e esclarecido, garantindo o respeito à privacidade dos entrevistados e a confidencialidade das informações coletadas. Dessa forma, a metodologia, mais do que contribuir para uma análise detalhada da ocupação das margens do rio Pardo, ajudou a formular estratégias de intervenção mais eficazes. Ao integrar diferentes métodos e perspectivas, o estudo buscou evidenciar as contradições do crescimento urbano desordenado e suas consequências para a justiça social e ambiental na cidade de Ibatiba.

O objetivo deste trabalho foi analisar de que forma a ocupação das margens do rio Pardo em Ibatiba/ES se reflete na formação da identidade territorial, considerando as vivências dos moradores e os desafios socioeconômicos e ambientais desse processo.

O primeiro capítulo contextualiza a formação do município capixaba de Ibatiba, caracterizando sua formação e relacionando as principais características. Nesta parte, buscou-se investigar a história e as dinâmicas de ocupação urbana dos bairros

situados às margens do rio Pardo, destacando as mudanças espaciais e culturais que ocorreram ao longo do tempo. Além disso, contextualizou-se a infraestrutura urbana e o acesso a serviços básicos na população ribeirinha do município de Ibatiba, Espírito Santo, observando como esses elementos refletem o processo de modernização e suas contradições, com foco nas desigualdades e lacunas no atendimento às necessidades essenciais.

A discussão deste capítulo aborda a questão da ocupação territorial da cidade citada e trata de assuntos como a formação sócio-espacial do perímetro urbano, além de considerar a perspectiva dos participantes da pesquisa em relação ao seu tempo de habitação da região. Por fim, abordou-se ainda a atuação de políticas públicas e a percepção dos moradores em relação a elas.

O segundo capítulo analisa as dinâmicas sociais e ambientais no contexto da ocupação das margens do rio Pardo. Buscou-se, especificamente, compreender as transformações no espaço urbano, sua influência no sentido de pertencimento das comunidades ribeirinhas e as relações entre progresso, exclusão e sustentabilidade, além de examinar o impacto das práticas cotidianas dos moradores na manutenção e ressignificação do rio como recurso territorial, evidenciando a relação simbólica e prática que eles estabelecem com o rio, e como isso influencia a identidade coletiva da comunidade.

No que se refere à pesquisa, o capítulo trata de assuntos como a relação dos moradores com o rio, os efeitos da ocupação desordenada na valorização da localidade e a maneira como os habitantes percebem o rio em seu cotidiano.

O terceiro capítulo aborda a relação entre o contexto social e a marginalização dos moradores das margens do rio Pardo, considerando o desenvolvimento urbano e seus efeitos na qualidade de vida dos moradores ribeirinhos. Neste momento, buscou-se debater os problemas ambientais decorrentes da ocupação desordenada das margens do rio Pardo, relacionando-os ao desenvolvimento urbano no contexto de modernidade e suas implicações para a sustentabilidade e a qualidade de vida das populações ribeirinhas.

No aspecto teórico, esta parte se propôs a abordar a questão da marginalização como um dos efeitos da ocupação desordenada e a influência do rio Pardo na qualidade de

vida dos moradores de suas margens. Por fim, as considerações finais concluem o estudo respondendo a questão de pesquisa e organizando os resultados a fim de responder aos objetivos propostos de forma clara, identificando também os possíveis desdobramentos da presente pesquisa.

CAPÍTULO 1: CONTEXTUALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IBATIBA/ES E CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA: PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA ÁREA URBANA

O presente capítulo aborda questões relativas à formação do município de Ibatiba, Espírito Santo, bem como seu processo de ocupação, construção histórica e políticas públicas relacionadas à relação da população urbana e o rio. No contexto deste trabalho, ele dialoga com a investigação da história e das dinâmicas de ocupação urbana dos bairros situados às margens do rio Pardo e a contextualização da infraestrutura urbana e do acesso a serviços básicos na população ribeirinha do município de Ibatiba, Espírito Santo.

Os objetivos, neste momento, são contextualizar a história e as dinâmicas de ocupação urbana dos bairros situados às margens do rio Pardo, considerando também a infraestrutura urbana e o acesso a serviços básicos na população ribeirinha do município em questão. Outro ponto que merece atenção nesse cenário é a forma como as contradições comuns ao processo de modernização e expansão urbana aparecem na localidade.

No aspecto teórico, o debate desta parte do trabalho enfatiza a ocupação territorial da cidade capixaba, abordando o desenvolvimento sócio-espacial do perímetro urbano, além de considerar a perspectiva dos participantes da pesquisa em relação ao seu tempo de habitação da região. Por fim, abordou-se ainda a atuação de políticas públicas e a percepção dos moradores em relação a elas.

Localizado na região do Caparaó (Figura 1), o município de Ibatiba possui, segundo dados do Censo do IBGE de 2022, uma população estimada de cerca de 28.000 habitantes, menos de 54% do seu território possui esgotamento sanitário por rede geral, rede pluvial ou fossa ligada à rede e, de acordo com dados de 2010, 3.050 pessoas estavam expostas a risco, ou seja, habitam em locais com maior risco de inundações, enxurradas e deslizamentos. Ainda de acordo com dados do IBGE, de 2023, o salário médio mensal dos trabalhadores formais é de 1,8 salários mínimos e, em 2010, 36,3% da população vivia com um rendimento nominal mensal *per capita* de até 1/2 salário mínimo (IBGE, 2025).

Figura 1: Mapa do Estado do Espírito Santo



Fonte: Governo do Estado do Espírito Santo (2016)

Sua autonomia municipal foi decretada em 1981, por meio da Lei Estadual nº 3.430, e sua história tem relação com os movimentos tropeiros que contribuíram para a ocupação do território e para a formação territorial da cidade. De acordo com Guimarães (2020),

Tropas, tropeiro e tropeirismo são derivações que surgiram e popularizaram-se pelo Brasil afora em função da grande importância social e econômica que a atividade tropeira atingiu e também pelo forte vínculo com o surgimento de vilas, distritos e cidades. (GUIMARÃES, 2020, p.54)

A autora destaca ainda que a atividade tropeira alcançou uma relevância tão grande no desenvolvimento de vilas, povoados e cidades que, mesmo quando as atividades mineradoras foram comprometidas no final do século XVIII, o papel deste movimento não foi abalado. As diferentes demandas decorrentes da necessidade de animais com finalidades de transporte de mercadoria, mensagens e pessoas. No Vale do Paraíba, por exemplo, o fluxo dos tropeiros contribuiu para o abastecimento e o escoamento de mercadorias para a região e a partir dela. Em outra localidade, o serviço do movimento tropeiro contribuiu para o escoamento da atividade canavieira desenvolvida no sudoeste paulista e, após a chegada da família Real ao Rio de Janeiro, em 1808, o fluxo entre a capital da colônia e as demais regiões foram fortemente influenciados pelo tropeirismo.

No que se refere à sua formação da população e sua identidade local, a presença dos imigrantes ganhou um papel de altíssima relevância, especialmente com a extinção do tráfico negreiro, nos anos de 1850. O intenso fluxo migratório associado ao café elevou o fluxo de migrantes oriundos do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. A maior parte desses fazendeiros se instalaram na região sul do Espírito Santo, com seus escravos e bens. Além desse grupo, pequenos agricultores formaram sítios e, a partir da década de 1870, imigrantes nordestinos e europeus também começaram a povoar a região (Saletto, 1996).

Siqueira (2015) afirma que, em comparação às outras regiões do país, o território do atual Estado do Espírito Santo viveu, até a década de 1960, uma situação de isolamento. Esse cenário foi agravado pela ausência de infraestrutura que favorecesse o desenvolvimento e a integração com o restante do país. A economia estava estagnada e fortemente relacionada à transformação de produtos primários, os índices de crescimento eram inferiores à média nacional e o grau de industrialização era incipiente.

A autora mostra também que os anos de 1960 representaram um ponto de transformação econômica no estado capixaba após a política de erradicação dos cafezais improdutivos e o incentivo à industrialização. Esse momento se configura como um marco no que diz respeito à modernização e ampliação das relações capitalistas com outras localidades, colocando o Estado mais próximo dos cenários

nacional e internacional. Além do aspecto comercial, a atuação de religiosos também teve fundamental importância para o surgimento de Ibatiba.

1.1 A HISTÓRICA DO TERRITÓRIO DE IBATIBA/ES: OCUPAÇÃO, TROPEIRISMO E EMANCIPAÇÃO POLÍTICA

Uma vez que o município de Ibatiba/ES foi escolhido para o desenvolvimento desta pesquisa, é importante compreender a história envolvida na ocupação e no desenvolvimento da cidade. Ao contextualizar a infraestrutura urbana e o acesso a serviços básicos na população ribeirinha do município de Ibatiba, Espírito Santo, é possível observar como esses elementos refletem o processo de modernização e suas contradições.

O nome “Ibatiba” tem origem no tupi-guarani e significa “pomar” ou “fruta-doce”. O município nasceu na década de 1980 e tem a Mata Atlântica como seu bioma predominante (Ibatiba, 2018; IBGE, 2025).

O início do povoamento não-indígena de Ibatiba data do período entre 1842 e 1863, espaço de tempo que coincide com a exploração da atual região do Espírito Santo. Nesse momento, diversas famílias de origem portuguesa migraram para a região da antiga Freguesia de São Paulo de Alcântara do rio Pardo, atual município de Lúna. Entre essas famílias destaca-se a de João Joaquim da Silveira, acompanhado de sua esposa Jacinta e seus filhos Manuel e Mariana, os quais tomaram posse de uma sesmaria que se estendia do Alto Facão até os limites do Córrego de Santa Maria (Ibatiba, 2018). Esse processo de ocupação se inscreve no contexto maior das políticas de distribuição de terras do período imperial, com as sesmarias funcionando como instrumento central de colonização do interior brasileiro.

Além do contexto político da época, a região do Espírito Santo experimentava os efeitos do crescimento da cultura cafeeira que, desde os anos de 1820, vinha se intensificando na região e, neste momento se expandia pelo litoral e pela região serrana em função das dimensões comerciais que esse grão alcançou (Almada, 1993).

A região, mesmo tendo o café como a principal atividade de sua economia, produzia outros produtos como milho, mandioca, arroz, açúcar, feijão e cacau. A madeira

também era explorada, assim como a criação de gado bovino, suíno, caprino e de aves. Os lucros oriundos da produção do café impulsionaram a demanda pela construção de ferrovias e pela melhoria das condições de transporte para escoamento da produção (Siqueira, 1995).

Os imigrantes europeus também desempenham um papel significativo na constituição da população capixaba, entre eles italianos, alemães, pomeranos, poloneses, holandeses, suíços, luxemburgueses, belgas, franceses, libaneses e chineses (Franco, 2015). Entre a população brasileira, o desenvolvimento do município se deu a partir da migração de moradores originários de Minas Gerais e do Rio de Janeiro para a região. Como citam Quarto e Marcondi (2016), no final do século XIX, o fazendeiro Manoel da Silveira fez uma doação de terras para a construção de uma capela que homenageava Nossa Senhora do Rosário.

A igreja estava localizada às margens do Rio Pardo, mais especificamente no entroncamento dos antigos distritos de São Manoel do Mutum e da sede do município do Rio Pardo, lugares que, atualmente, correspondem, respectivamente, aos municípios de Mutum (MG) e Iúna (ES). As primeiras casas da região foram construídas próximas à capela e ao cemitério construído por volta de 1905 (Guimarães; Martinelli Filho, 2020).

No final do século XIX, esse núcleo familiar assumiu papel central na formação do que viria a ser o povoado de Ibatiba. Após herdar as terras do pai, Manuel da Silveira realiza uma doação de 15 alqueires à Igreja Católica, como forma de agradecimento pela recuperação da saúde de sua filha, fato que marca simbolicamente o surgimento da comunidade. Nesse terreno, foi erguida em 1898 a primeira capela dedicada a Nossa Senhora do Rosário, o que fomentou a fixação de novos moradores e consolidou o local que, à época, já era conhecido como Rosário do rio Pardo do Norte (INCAPER, 2020).

O crescimento do povoado se intensificou com a chegada de outras famílias vindas de Portugal, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Nomes como Florindo José de Freitas, Vicente Antônio da Silveira Leite, João Paulo da Silveira Machado, Amâncio Teixeira, Quincas Serra, Manoel Dias, Francisco Dias de Carvalho, Ambrósio Trindade, Alcântara, Machado e Paula tornaram-se protagonistas da expansão agrícola e

comercial da região (Ibatiba, 2018). A economia local, neste período, baseava-se essencialmente na agricultura de subsistência e na produção de gêneros como café, fumo e cana-de-açúcar, escoados por meio do tropeirismo, atividade típica da época, que utilizava burros carregadores com canastras para o transporte de mercadorias.

É importante ressaltar que, ainda nesse período, todo o material necessário para a construção da Capela do Rosário foi transportado por tropas de bois, evidenciando a centralidade das práticas tropeiras na consolidação da infraestrutura local (Ibatiba, 2018). Politicamente, o povoado pertencia ao município de rio Pardo, criado após o desmembramento da Freguesia de São Paulo de Alcântara do rio Pardo do município de Cachoeiro de Itapemirim.

De acordo com Alгатão (2015), enquanto um grupo de pessoas socialmente organizado, o tropeirismo pode ser percebido com base em sua relevância social, principalmente no que se refere à criação de um fluxo de transporte e comunicação entre o litoral e a capital com os territórios do interior do país. Portanto, pode-se caracterizar esse movimento como essencial para a diminuição das distâncias em solo brasileiros nos séculos XVIII e XIX.

Ao comparar o orçamento dessa localidade entre 1828 e os anos finais do século XIX, percebe-se que o café representava em torno de 95% das exportações, com destaque para a região do grande município de Cachoeiro do Itapemirim, região que, até os anos de 1980 era formada pelos municípios da atual região do Caparaó (Siqueira, 2009).

Em 1905, estabeleceu-se o primeiro comércio da localidade, de propriedade do Sr. Luiz Crispim. Poucos anos depois, em 1908, chegam ao povoado imigrantes libaneses fugindo dos conflitos no Oriente Médio. As famílias de Elias Alcure, Salomão José Fadlalah, Armino José Fadlalah e Félix Neder Fadlalah desempenharam papel significativo na dinamização do comércio regional, atuando como mascates e trazendo produtos de Guaçuí em longas viagens que duravam até três dias (Ibatiba, 2018). O primeiro comércio formalmente registrado pertencia a Salomão Fadlalah e Elias Alcure, cuja sociedade perdurou por uma década.

A importância religiosa do povoado refletiu-se também em sua nomenclatura. Em 1918, a localidade passou à condição de distrito de rio Pardo, adotando o nome de

“Vila do Rosário”, em alusão à santa padroeira. Esse processo de institucionalização reafirma a articulação entre fé católica, território e identidade local, característica marcante das pequenas comunidades brasileiras no início do século XX (Guimarães; Martinelli Filho, 2020).

No ano de 1943, com a promulgação da Lei Estadual nº 15177, houve alteração nos topônimos: o município de rio Pardo passou a se chamar Iúna e a então Vila do Rosário passou a ser denominada Vila de Ibatiba (Inglez, 2018). Posteriormente, em 1964, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) oficializou o nome do distrito como “Ibatiba” (IBGE, 2025).

A chegada da Companhia Construtora de Estradas CITOR e BRASIL, em 1968, para a construção da BR-262, representou um divisor de águas na trajetória do distrito. Em 1969, a rodovia e o Posto da Polícia Rodoviária Federal foram inaugurados pelo então Ministro dos Transportes, Mário Andreazza, propiciando um novo ciclo de desenvolvimento socioeconômico e favorecendo o aumento migratório (Ibatiba, 2018). Com a intensificação do comércio e melhores condições de acesso, emergiu entre os moradores o desejo pela emancipação político-administrativa.

Nesse contexto, foi fundada em 1970 a Associação Pró-Desenvolvimento Urbano e Rural de Ibatiba (ADI), composta por lideranças locais como Antônio Lacerda de Oliveira, Dimas Duarte Trindade, Laércio do Carmo Teixeira, Jair Louback de Gouvêa, José Ubaldo Bernardo e Soniter Miranda Saraiva. A ADI foi responsável por articular politicamente a demanda pela emancipação, representando os anseios coletivos da comunidade (Ibatiba, 2018).

A década de 1960 trouxe transformações significativas para a região do Espírito Santo e, conseqüentemente, para a localidade de Ibatiba. Nesse período, por iniciativa do Governo Federal, iniciou-se uma política de erradicação dos cafezais, postura que impactou significativamente na lógica econômica da região (Siqueira, 2015).

Nesse momento, as ações governamentais incentivaram o fluxo migratório especialmente em direção ao estado do Paraná, e a conclusão da Rodovia BR-262, contribuiu para a vida econômica e social do distrito ao facilitar o escoamento da produção e a comunicação da região com outros centros. A exploração de madeira retornou às atividades econômicas da região e a volta do cultivo de café incentivou o

retorno de moradores que tinham deixado a cidade, provocando um aumento na população. Esse movimento levou à fundação da Associação Pró-Desenvolvimento Urbano e Rural de Ibatiba (ADI), um elemento decisivo no processo de emancipação do distrito (Governo do Espírito Santo, 2005).

Apesar dos esforços, o pedido de emancipação foi negado pela Assembleia Legislativa em 1975, em razão da população local não atingir os 10 mil habitantes exigidos por lei. Esse número foi alcançado apenas em 1980, conforme novo censo do IBGE. A partir desse marco, um novo processo de emancipação foi iniciado e, finalmente, em 7 de novembro de 1981, Ibatiba conquistou sua autonomia político-administrativa por meio da Lei Estadual nº 3.430, desmembrando-se de Lúna (Ibatiba, 2018).

Estabelecida entre os limites geográficos dos municípios de Lúna, Afonso Cláudio e Muniz Freire, a cidade também faz divisa com Minas Gerais e seu núcleo urbano se desenvolveu ao longo de uma planície sedimentar do vale formado pelo rio Pardo e seus principais afluentes, o córrego do Ipê e córrego de São José (Espírito Santo, 2014).

A primeira eleição municipal ocorreu em 15 de novembro de 1982, elegendo José Alcure de Oliveira como prefeito e José Ubaldo Bernardo como vice. A posse dos eleitos, em 31 de janeiro de 1983, marcou oficialmente o início das atividades dos poderes Executivo e Legislativo do novo município (Ibatiba, 2018).

No contexto urbanístico, o processo de ocupação não foi acompanhado por um planejamento urbano. Ele ocorreu de forma desordenada, resultando em áreas socialmente vulneráveis, sobretudo nas regiões ribeirinhas, caracterizadas por infraestrutura precária e pela ocupação de terrenos inadequados para habitação. Em outras palavras, a ocupação territorial, em lugar de promover um desenvolvimento equitativo, acentuou as disparidades sociais (Ribeiro; Rosa, 2025).

Enquanto a cidade se formava de diversas naturezas, o tropeirismo ganhava espaço e deixava marcas presentes até hoje nessa localidade. Segundo Guimarães (2020), os termos tropas, tropeiro e tropeirismo são semelhantes. Esse movimento ganhou relevância em função do papel desempenhado social e economicamente, bem como está “pelo forte vínculo com o surgimento de vilas, distritos e cidades” (2020, p.54). A

autora destaca o empenho por parte dos políticos de Ibatiba para a manutenção da história tropeira e o uso dessa memória como um elemento turístico, percebido, principalmente, nos movimentos que envolvem a criação de simbologias relacionadas a esse elemento. Por exemplo, em 2011, Ibatiba recebeu o título de Capital Estadual do Tropeiro e, em 2013, o Museu Salomão José Fadllalah, também conhecido como Museu dos Tropeiros, foi declarado Patrimônio Histórico e Cultural do município.

Mais do que um sistema de transporte de mercadorias e animais, o tropeirismo desempenhou um papel de extrema importância no que se refere à “circulação de informações, ideias, elementos culturais, para a dinamização do espaço, para o abastecimento, para a integração e até mesmo para o surgimento de cidades” (Guimarães, 2020, p.52). Nesse contexto, esse movimento adquiriu um caráter de atividade produtiva, influenciando nos lucros oriundos dos acordos comerciais (Paes, 2001).

Ainda de acordo com Guimarães, a importância do tropeirismo para a formação de Ibatiba é tão grande que existe um empenho em valorizar a memória do movimento. Mais do que uma intenção individual, ele atingiu aspectos políticos em 2011, quando Ibatiba recebeu o título de Capital Estadual do Tropeiro e foram inaugurados o Museu Salomão Fadlalah, declarado patrimônio histórico e cultural do município em 2013 (Espírito Santo, 2013), e o Monumento do Tropeiro (Figura 2). Recentemente, a Festa do Tropeiro realizada na cidade foi reconhecida como Patrimônio Imaterial do Espírito Santo (Espírito Santo, 2023). Essas atitudes visam valorizar a memória do movimento tripeiro.

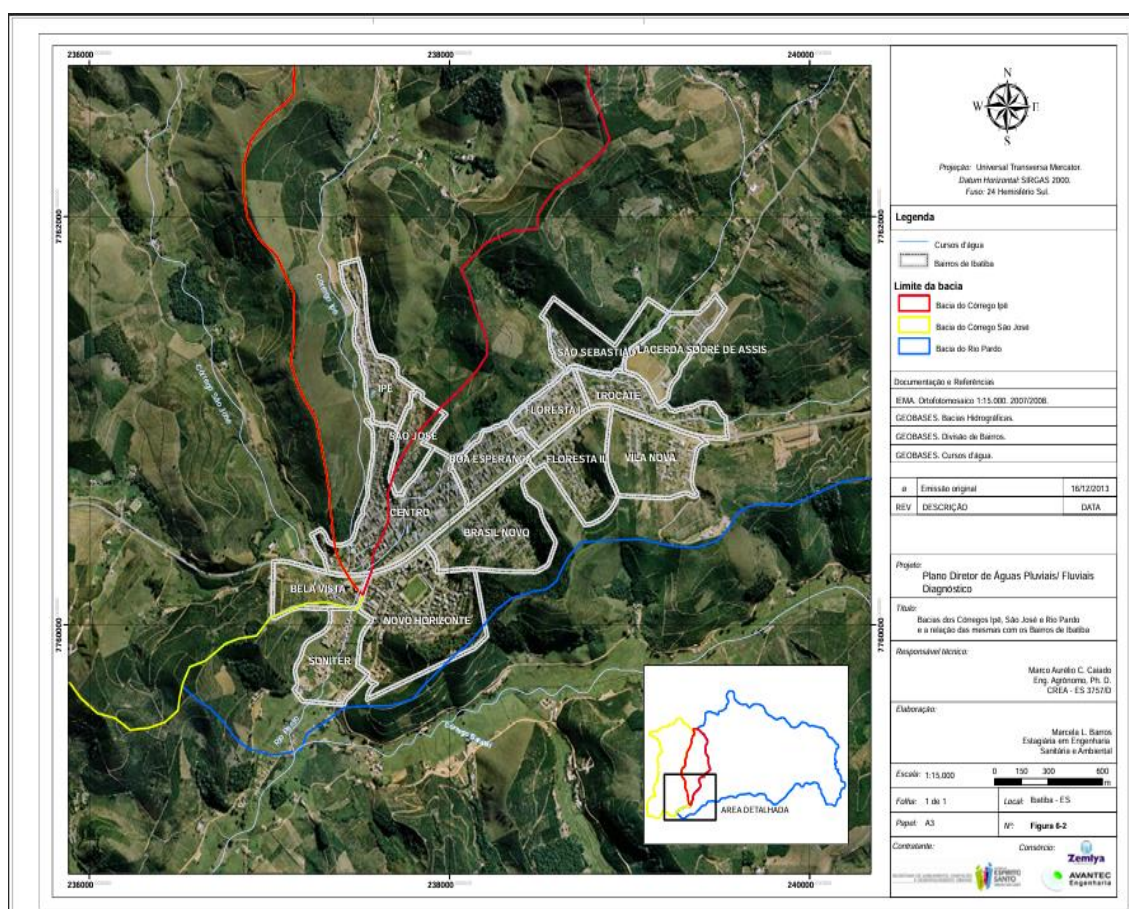
Figura 2: Monumento do tropeiro



Fonte: Prefeitura de Ibatiba

Ao falar sobre esta localidade, é relevante contextualizar também a presença da bacia do rio Pardo, a qual se estende por quatro cidades capixabas (Ibatiba, Irupi, Iúna e Muniz Freire) e um município mineiro (Lajinha). O rio nasce no município de Ibatiba e corta a cidade de um extremo ao outro (Figura 3). Sua nascente está localizada em Ineses, uma comunidade distante da sede municipal cerca de 12 km (Espírito Santo, 2014). No trecho citado, ele sofre com a falta de saneamento básico e com o desmatamento de suas matas ciliares, relacionados à pressão urbana, no qual as residências são assentadas na planície de inundação, as quais estão densamente ocupadas. Em ambiente rural, nota-se o avanço das pastagens, com a irrigação sem controle e com os agrotóxicos utilizados em grande escala na monocultura do café (Inglez, 2018).

Figura 3: Bairros e rios que cortam o município de Ibatiba



Fonte: Governo do Espírito Santo (2013)

Calmon *et al.* (2016) afirmam ainda que não existem estações de tratamento de esgoto na bacia do rio Pardo, o qual se caracteriza por ser um dos principais receptores dos dejetos domésticos brutos urbanos. Além disso, o rio como um todo recebe o esgoto produzido no trecho urbano de Irupi, Ibatiba e Iúna, além das localidades de Santíssima Trindade e Nossa Senhora das Graças.

Ao longo de sua extensão, é possível identificar o assoreamento do leito e a ausência da mata ciliar decorrentes da ocupação não planejada das margens do rio. Esses fatores colaboram para a degradação do rio e somados a alterações significativas no curso do rio impactam na dinâmica fluvial de maneira substancial. Nesse cenário, as moradias fixadas nas encostas dos morros ou no fundo dos vales contribuem para o agravamento da erosão e da degradação do corpo hídrico. Esses dois elementos sufocam o leito fluvial por dois motivos: a quantidade de construções às margens do rio e a falta de sistema de tratamento de esgoto (Inglez, 2018).

Segundo dados da Prefeitura do Município, o uso intenso do solo na Bacia do rio Pardo tem relação, principalmente, com o plantio do café, a pastagem e o cultivo do eucalipto (Ibatiba, 2018). Além de fatores internos, o desenvolvimento urbano de Ibatiba foi influenciado pelas transformações socioeconômicas do Espírito Santo e do Brasil em geral. Como explica Siqueira (2010):

A primeira metade do século XX, época de grande expressão no Brasil, de modelos urbanísticos que simbolizavam a civilidade dos centros mais desenvolvidos da Europa e a aliança higiene/saneamento/estética, materializava um amplo plano de reformulação urbana e embelezamento das cidades, marcando um novo tempo na sociedade brasileira. Esse plano mudava o caráter limitado da urbanização, que até o final do século XIX ainda permanecia atrelada à expansão comercial, estabelecida a partir de interesses políticos e econômicos voltados para a produção agrário-exportadora direcionada essencialmente para o mercado externo. Modelo que contribuía para acentuar o distanciamento entre as populações do interior e as das capitais brasileiras, bem como a manutenção do perfil urbano-colonial predominante nas cidades. (Siqueira, 2010, p.216)

Na segunda metade do século XX, o município vivenciou uma intensificação da urbanização, diretamente relacionada às transformações econômicas regionais (Lima, 2019). Esse período foi marcado pelo rápido crescimento populacional e pela expansão da ocupação urbana sobre as margens do rio Pardo. Mais uma vez, questões ambientais e demandas sociais foram negligenciadas, contribuindo para a fragilização do território.

Segundo João Gabriel Pinheiro Huffner e Ana Rosa Ferreira Oliveira, no território nacional, não existe um processo homogêneo de adensamento urbano. Em vez disso, cada localidade experimentou esse movimento com base em características sociais, ambientais, culturais e econômicas particulares. Em comum, no entanto, percebe-se uma relação direta com os movimentos migratórios internos (Huffner; Oliveira, 2017). Diante disso, compreender o histórico da ocupação urbana de Ibatiba é fundamental para a formulação de soluções eficazes.

Documentos da Prefeitura de Ibatiba (2018) destacam que, nas últimas décadas, as cheias do rio Pardo e de seus afluentes (os córregos Ipê e São José) se tornaram mais frequentes e intensas, agravadas pelo avanço da urbanização em sua bacia. Entre os episódios mais marcantes está a enchente de dezembro de 2010, com agravamento da situação a partir de 2020. A expansão urbana desordenada e a proximidade com as margens do rio intensificaram esses problemas (Ibatiba, 2018). A trajetória histórica de Ibatiba revela, portanto, um processo complexo, marcado por

dinâmicas de ocupação territorial, práticas culturais como o tropeirismo, fluxos migratórios e mobilização comunitária em torno da emancipação política. Esse conjunto de fatores evidencia a complexidade da formação sociopolítica do município.

1.2 TERRITÓRIO, IDENTIDADE E DESIGUALDADE: A OCUPAÇÃO DAS MARGENS DO RIO PARDO EM IBATIBA/ES

Como destacado por Haesbaert (2004), a formação territorial brasileira carrega consigo uma lógica de multiterritorialidade, que revela a coexistência de ocupações formais e informais em um mesmo espaço geográfico. No caso de Ibatiba, essa lógica é evidenciada pela ocupação inicial das margens do rio Pardo, impulsionada pela fertilidade das terras e pela disponibilidade de recursos hídricos, fatores que atraíram colonos para a região.

Embora tenha se consolidado como uma rota estratégica de passagem e comércio, o crescimento urbano ocorreu de maneira desordenada. Segundo Lefebvre (2006), o espaço urbano é produzido socialmente, e as contradições inerentes a esse processo resultam frequentemente na formação de áreas vulneráveis e marginalizadas. Em Ibatiba, uma urbanização desordenada contribuiu para o surgimento de regiões ribeirinhas com infraestrutura precária e habitações confortáveis, perpetuando desigualdades sociais históricas.

A relação entre o desenvolvimento econômico e os desafios ambientais também é uma questão central na ocupação das margens do rio Pardo. Georgescu-Roegen (1971) argumenta que o uso envolvido dos recursos naturais, sem considerar os limites impostos pela entropia, leva à manipulação ambiental e à insustentabilidade econômica a longo prazo. Essa perspectiva é corroborada por Leff (2016), que ressalta o conflito entre a racionalidade econômica dominante, voltada para o crescimento imediato, e a racionalidade ambiental, que prioriza a preservação dos ecossistemas.

Na esfera da racionalidade econômica, a racionalidade formal e instrumental é dominante, fundamentando-se e legitimando-se nos valores da produtividade e da eficiência que chegou a gerar uma "razão tecnológica". Por seu lado, a racionalidade ambiental se apoia mais em seus valores (pluralidade étnica, racionalidades culturais,

economias autogestionárias não acumulativas, diálogos de saberes) do que em seus meios instrumentais (Leff, 2016).

Em Ibatiba, esse conflito se revela também na ocupação irregular das Áreas de Preservação Permanente (APP) do Rio Pardo, agravando a gestão ambiental e os problemas sociais. Além disso, o histórico de urbanização desordenada reflete a ausência de políticas públicas eficazes para a inclusão social e a sustentabilidade ambiental. Como observa Cavalcanti (2003), a busca por um modelo de desenvolvimento que integre economia ecológica e justiça social exige a reestruturação das relações entre sociedade e natureza. Em Ibatiba, essa reestruturação passa pela implementação de estratégias que combinam a preservação ambiental com o acesso a serviços essenciais, como saneamento básico, saúde e educação, que ainda são escassos para os moradores das áreas ribeirinhas.

Sobre essa questão, Gonçalves (2015) afirma que, enquanto um fenômeno sociopolítico da realidade nas cidades, a paisagem tem sido claramente negligenciada pelos agentes políticos, pela sociedade em geral e pelo Estado. Nesse aspecto, seu caráter coletivo e seu papel como um bem comum e indivisível tem sido ignorado. A intensificação da crise ambiental global, da ocupação irregular dos ambientes mais frágeis, além da precariedade das condições socioeconômicas dos grupos sociais vulnerabilizados e da percepção de uma maior incidência de desastres naturais contribuíram para que as questões relativas às vulnerabilidades e aos riscos ganhassem um papel de destaque na sociedade contemporânea (Santos, 2015).

No contexto citado acima, é importante destacar que a análise das vulnerabilidades e riscos precisa considerar a marginalização dos residentes das áreas ocupadas de forma irregular e, portanto, qualquer raciocínio precisa se desenvolver com base numa perspectiva socioambiental crítica, reconhecendo o impacto das transformações geradas pelo crescimento econômico e populacional realizadas no meio ambiente pelos grupos sociais mais vulneráveis. Sobre esse assunto, Leff (2001) desenvolve uma crítica ao desenvolvimento moderno e toma como ponto de partida a racionalidade econômica ocidental e o fato dela não levar em conta os saberes locais e as práticas sustentáveis das populações tradicionais. Para o autor, a verdadeira sustentabilidade precisa se basear em um entendimento diferente sobre a relação

entre sociedade e natureza. Além disso, é necessário reconhecer que a degradação ambiental, além de um problema técnico, é uma questão social, econômica, natural e humana.

Em Ibatiba, o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos afirma que o rio Pardo, assim como o Córrego São José recebem as águas pluviais e ajudam no seu escoamento. No entanto, visto que a área urbana se desenvolveu desordenadamente, houve uma impermeabilização do solo e a invasão de áreas de preservação permanentes. Este cenário contribui para a percepção de um crescimento municipal desacompanhado de planejamento (Ibatiba, 2018).

Entre as comunidades que vivem às margens dos rios, a relação entre exploração ambiental e marginalização social se torna ainda mais evidente e suscitam diversos conflitos socioambientais, principalmente aqueles relacionados aos grandes projetos de infraestrutura que, com frequência, marginalizam comunidades locais e destroem os ecossistemas dos quais essas populações dependem (Zhou; Laschefski, 2014). Assim como em outras localidades do território nacional, a ocupação das margens do rio Pardo no trecho de Ibatiba reflete um conjunto de injustiças que envolvem, entre outros aspectos, a degradação do ambiente natural. A ocupação dessa área, mais especificamente na municipalidade de Ibatiba (Espírito Santo) tem se apresentado como um desafio significativo à medida que os efeitos naturais decorrentes da ocupação sem planejamento, como as enchentes, influenciam no contexto social e econômico das comunidades locais.

Conforme dados do Plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos (Ibatiba, 2018), as cheias do Rio Pardo e do córrego do Ipê eram problemas frequentes e que estavam se agravando em função da ampliação da população habitante das proximidades das margens do rio.

Esta informação é reforçada pelo Plano de Contingência Municipal de Ibatiba, de 2023, o qual atribui o intenso uso do solo para o plantio do café pastagem e eucalipto. Logo, a cobertura nativa ao longo da bacia é escassa. O documento ainda afirma que as cheias na localidade têm se tornado recorrentes e atribui ao avanço da urbanização o agravamento da situação. Entre as enchentes, destacam-se as ocorridas em 2010 e a partir de 2020 (Ibatiba, 2023).

Essa percepção pode ser vista na fala de diferentes participantes desta pesquisa. Para esses moradores, não existe uma presença efetiva de políticas públicas que visem a atenção aos cidadãos e o cuidado com o rio. Em relação a esse último ponto, os moradores acrescentaram a necessidade de limpeza de bueiros e esgoto, aspectos que dialogam diretamente com a presença do rio Pardo no cotidiano.

Mais dignidade para os moradores com prestação de serviço, a gente quer ao menos o básico para viver, já vivemos com tanta dificuldade por causa da enchente, se o poder público ao menos fizer a parte dele, já ajuda, porque a gente vive muito esquecido. (Nilma)

A limpeza do rio, pois quando se limpa o rio assoreado e cheio de lixo, o impacto da enchente é menor e prejudica menos os moradores. (Rita)

Sim, com certeza, isso ajudaria a melhorar as condições de vida das pessoas que moram nessas localidades, melhoramento nos bueiros para melhor vazão da água, limpar o rio com mais frequência, conscientizar mais a população sobre a importância de se preservar o rio, pois o lixo que é lançado no rio é jogado pela própria população. (Antonio)

Se o prefeito limpar o rio, isso ajuda muito, a muitos anos que isso não é feito, o rio está assoreado, precisa nivelar as ruas, porque as calçadas não têm nivelamento, qualquer chuva que tem, até a enxurrada pode entrar nas casas, é muito difícil a vida do pobre que mora nessas localidades, infelizmente pobre mora no morro ou na beira do rio, essa é a realidade que vivemos a anos no Brasil. (Julio)

A ocupação das margens do rio Pardo em Ibatiba/ES, Brasil, representa um desafio significativo que influencia profundamente o contexto social e econômico das comunidades locais. Uma vez que essa população está mais sujeita aos efeitos dos acontecimentos decorrentes da ocupação desordenada e sofre não apenas com as consequências naturais da degradação, pode-se inferir que esse cenário afeta apenas o meio ambiente natural, mas também perpetua ciclos de marginalização e exclusão social entre os moradores afetados.

A compreensão histórica da ocupação urbana em Ibatiba também deve considerar a influência das migrações internacionais e das mudanças socioeconômicas regionais. O território é um espaço de relações dinâmicas e interdependentes, onde as interações entre os diferentes atores sociais moldam tanto a configuração espacial quanto às condições de vida das populações locais. Nesse sentido, as migrações para o município, motivadas por promessas de melhores condições de vida, trouxeram desafios adicionais para a infraestrutura local, ampliando as desigualdades existentes.

Portanto, a ocupação das margens do rio Pardo é um exemplo das contradições do desenvolvimento territorial no Brasil, onde a expansão econômica frequentemente ocorre à custa da inclusão social e da preservação da preservação ambiental. Conforme Haesbaert (2004), a territorialização do poder e da economia gera marginalização das populações mais vulneráveis, perpetuando ciclos de exclusão que desafiam as políticas públicas. Assim, enfrentar esses desafios exige um olhar crítico sobre o legado histórico de urbanização em Ibatiba é um compromisso com soluções que integrem desenvolvimento econômico, justiça social e sustentabilidade ambiental.

Na perspectiva dos moradores, o rio é um elemento de grande influência em seu cotidiano. No entanto, ele não tem deixado marcas positivas à medida que o acúmulo de lixo, as enchentes e o pouco suporte dos poderes públicos influencia na ocorrência de enchentes e, conseqüentemente, na perda de bens e no prejuízo financeiro. Entre os principais desafios vividos por eles, destacam-se:

Quadro 1: Percepção dos moradores quanto aos maiores impactos de viver às margens do rio Pardo, na localidade de Ibatiba/ES

Participante	Principais desafios enfrentados diariamente por morar às margens do rio
Carla	“A quantidade de lixo, animais mortos, ao invés de jogar no lixo, eles saem de outros bairros e jogam aqui na beira do rio, causando mal cheiro e doenças, fazem isso como se aqui não existisse ninguém.”
Mariana	“Mau cheiro, principalmente à tarde, muitas redes de esgoto são lançadas no rio. Pagam taxa de esgoto e não tem tratamento de esgoto.”
Paulo	“A dificuldade é a enchente que dá prejuízos, alguns anos atrás dragavam o rio e isso não ocorria com frequência.”
Rita	“Falta de assistência pública, os bueiros voltam a água que acabam entrando dentro de casa, não tem vazão, além do mau cheiro que é insuportável, empresa SESAM não resolve o problema, eu e meu genro que cavamos um buraco próximo ao bueiro para tentar amenizar o problema.”
Nilma	“A maior dificuldade de toda vida, as nascentes foram diminuindo, o rio começou se tornou quase um córrego e com isso as pessoas foram ocupando suas margens e com isso muita sujeira no rio.”

Nadir	“Casas muito próximas ao rio, o impacto é muito grande e o povo não é muito consciente, pessoas constroem casas com pilastras dentro do rio.”
Jonas	“Muito diferente dos moradores que moram em outras ruas, praticamente não tem coleta de lixo, e os moradores de forma irresponsável jogam lixo no rio e nas suas margens.”
Antonio	“O nível da rua é mais baixo que o nível do rio, quando chove ao invés da água descer, ela volta na rua e não tem vazão, falta acesso a locais como um posto de saúde mais próximo de casa, tudo é distante e fica nos outros bairros considerados melhores.”
João	“A falta de escoamento da água, tanto a água do rio sobe, quanto a água da chuva.”
Júlio	“A enchente é o maior desafio, estraga os móveis, além da casa, deixa mal cheiro, paredes mofoadas.”

Fonte: elaborado pelo autor

A modernidade tem moldado as relações com os territórios, frequentemente subordinando suas dimensões simbólicas e culturais às demandas funcionais e econômicas. Em Ibatiba, no Espírito Santo, o rio Pardo constitui um exemplo claro dessa dinâmica. O rio, que desempenha um papel essencial no cotidiano dos moradores e na constituição da identidade coletiva do município, enfrenta os desafios impostos pela ocupação desordenada e pela exploração econômica que negligencia suas funções ambientais e sociais. A partir das perspectivas teóricas de estudiosos como Rogério Haesbaert (2004), Henri Lefebvre (2006) e Enrique Leff (1999;2016), é possível aprofundar a compreensão sobre como a modernidade transforma esse recurso territorial preexistente em um espaço de tensões e disputas, mas também de resistência e ressignificação.

Para Haesbaert (2004), os territórios contemporâneos não desaparecem, como sugerem algumas narrativas modernas, mas são continuamente ressignificados dentro do que ele denomina de multiterritorialidade. Henri Lefebvre, por sua vez, fornece uma importante base teórica para analisar o rio Pardo como espaço social produzido e reproduzido pelas relações e práticas humanas. O autor argumenta que o espaço é tanto físico quanto simbólico, resultado de uma constante interação entre elementos materiais e representações sociais. Ele observa que, para além de ser produto das relações sociais, o espaço social ocupa um papel condicionante e desempenha uma característica dupla, refletindo e se tornando parte fundamental do aspecto social (Lefebvre, 2006).

No caso do rio Pardo, essa produção do espaço é evidenciada na forma como os moradores ressignificam suas margens, atribuindo-lhe valores que vão além da funcionalidade. Para muitos, o rio é um lugar de memória, conexão com a natureza e manutenção de práticas culturais que resistem às pressões homogeneizadoras da modernidade.

No entanto, as transformações impostas pela modernidade revelam um conflito intrínseco entre a racionalidade econômica e as vivências locais do território. Enrique Leff (2016), em sua obra *Racionalidade Ambiental*, critica essa lógica econômica dominante, que tende a reduzir os recursos naturais a meros objetos de exploração. A conversão da natureza em objetos de trabalho e de seus produtos em mercadorias, o intercâmbio generalizado entre esses produtos em função do tempo de trabalho socialmente necessário, não é um pressuposto filosófico materialista nem uma dialética do processo laboral da história humana em geral, e sim da estrutura social, da racionalidade teórica e prática e do modo de produção da sociedade capitalista. O autor defende a necessidade de uma reapropriação social da natureza, baseada em saberes locais e em uma ética ambiental que respeite a diversidade cultural e ecológica. Segundo ele, para que exista uma relação sustentável e justa com o meio ambiente, é importante se basear em três dimensões: ecológica, cultural e social (Leff, 2016).

No contexto do rio Pardo, esta pesquisa destaca a importância de valorizar as experiências dos moradores, que veem no rio um elemento essencial para a manutenção de suas vidas e identidades, em oposição à lógica que privilegia o desenvolvimento econômico em detrimento da sustentabilidade. Essas práticas diárias revelam uma relação de pertencimento que muitas vezes é ignorada pelas políticas públicas de planejamento urbano, que tratam o território como uma abstração técnica.

Lefebvre (2006) destaca a abstração do espaço como uma característica da modernidade que tende a reduzir a complexidade das vivências locais a uma lógica de dominação e controle. Essa abstração pode ser observada em Ibatiba na ocupação desordenada das margens do rio, na degradação ambiental e na precariedade da infraestrutura básica, que aprofundam a vulnerabilidade social dos habitantes.

Essa perspectiva pode ser percebida na fala dos moradores das margens do rio, principalmente na forma como eles se expressam em relação à marginalização aos serviços públicos e ao olhar das pessoas em relação à região. Na fala dos entrevistados, a maioria menciona a percepção da localidade como perigosa e desvalorizada.

Haesbaert (2004), ao discutir a multiterritorialidade, reforça que os territórios modernos são espaços de conflito, mas também de resistência. Em Ibatiba, a luta pela preservação do rio Pardo e pela melhoria das condições de vida de seus moradores evidencia essa resistência. Apesar das pressões econômicas e políticas que ameaçam a integridade do rio, os moradores continuam a reivindicá-lo como parte de suas identidades e experiências cotidianas. Pode-se perceber isso quando os moradores mencionam como as políticas públicas poderiam trazer melhorias estruturais e, conseqüentemente, sociais para a localidade.

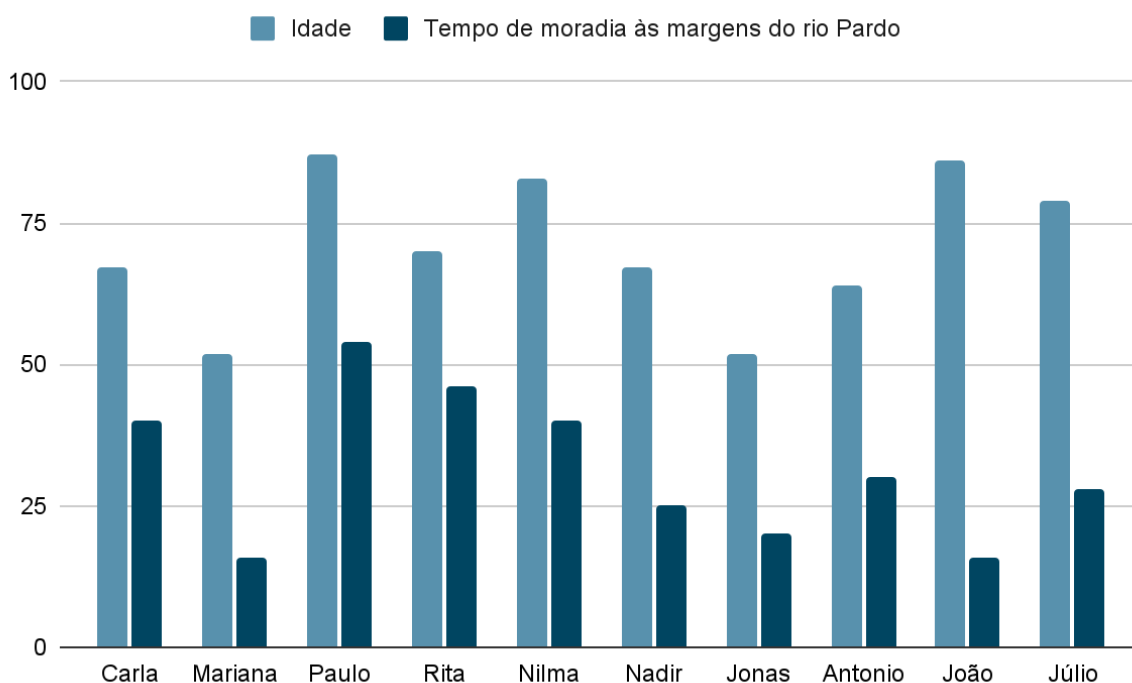
Leff complementa essa visão ao propor que a valorização dos saberes locais e a inclusão das comunidades no processo de gestão ambiental são passos fundamentais para superar as contradições do desenvolvimento moderno. Assim, os saberes locais ganham um estatuto epistêmico que lhes reconhece sua singularidade e, assim, traz em seu seio uma outra ética, uma ética da alteridade. Para o autor: “Mais do que uma apologia da diferença o que se vê aqui germinando é uma política da diferença, posto que, como bem sugere o título do livro, a racionalidade ambiental está sendo gestada na reapropriação social da natureza” (2016, p.12).

Portanto, o rio Pardo, mais do que um recurso territorial preexistente, é um espaço vivido, onde as experiências dos sujeitos que habitam suas margens dialogam com os desafios e as contradições da modernidade. Compreender essa dinâmica exige uma abordagem que integre as perspectivas de Haesbaert (2004), Lefebvre (2006) e Leff (1999; 2001; 2016), reconhecendo o rio como um elemento vital para a identidade do município e como um reflexo das complexas relações entre sociedade, espaço e natureza. Apenas ao resgatar e respeitar essas dimensões simbólicas e sociais será possível construir alternativas que promovam tanto a preservação ambiental quanto a justiça social para as comunidades que dependem do rio Pardo.

Ao relacionar estas questões com os participantes desta pesquisa, cujos nomes foram alterados para preservar suas respectivas identidades, é importante olhar para o perfil e a história que os levou a habitar as margens do rio Pardo.

Dos dez participantes, cinco eram mulheres e cinco eram homens, todos com idade superior a 50 anos e, no máximo, com o Ensino Médio concluído. O tempo de moradia às margens variava de 16 a 54 anos e, apenas um recebeu a casa como herança do pai. Os demais participantes se mudaram para as margens do rio ao longo da vida, vindos de outros municípios ou da roça.

Figura 4: Faixa etária e tempo de moradia às margens



Fonte: elaborado pelo autor

Ao serem questionados sobre como percebiam a eficiência das ações públicas para a melhoria das condições de vida da localidade, a maioria dos moradores considerou ruim e demonstrou acreditar que, se houvesse a implementação de novas políticas públicas, seria possível resolver os problemas comuns à área.

Paulo, por exemplo, afirma que “ajudaria muito se os governantes olhassem um pouco mais por nós que moramos e vivemos com mais dificuldade”. Para Antônio,

Ajudaria a melhorar as condições de vida das pessoas que moram nessas localidades, melhoramento nos bueiros para melhor vazão da água, limpar o

rio com mais frequência, conscientizar mais a população sobre a importância de se preservar o rio, pois o lixo que é lançado no rio é jogado pela própria população.

Por fim, Júlio diz que:

Se o prefeito limpar o rio, isso ajuda muito, a muitos anos que isso não é feito, o rio está assoreado, precisa nivelar as ruas, porque as calçadas não têm nivelamento, qualquer chuva que tem, até a enxurrada pode entrar nas casas, é muito difícil a vida do pobre que mora nessas localidades. Infelizmente pobre mora no morro ou na beira do rio, essa é a realidade que vivemos a anos no Brasil.

Outro aspecto relevante a ser destacado são as soluções apresentadas pelos moradores como formas de melhoria da qualidade de vida na área. Como mostra o Quadro 2, a maioria das respostas se refere a policiamento e aspectos de cuidado com o rio.

Quadro 2: Soluções propostas pelos moradores melhoria da qualidade de vida na área

Participante	Quais soluções você sugere para melhorar as condições de vida dos moradores das margens do Rio Pardo?
Carla	“Mais policiamento, mais investimento em saúde, em educação, se sentem excluídos por morar nessas localidades.”
Mariana	“Ter mais visibilidade por parte do poder público, com isso mais acesso aos serviços básicos, como de saúde, educação, e até mesmo a coisas básicas, como um conserto de um bueiro, uma calçada mais acessível.”
Paulo	“Cuidar mais do rio, fazer calçamento, cuidar dos bueiros.”
Rita	“Mais investimentos em calçamentos, esgoto limpo, abrir os bueiros e limpar porque eles não têm vazão para a água descer.”
Nilma	“Mais dignidade para os moradores com prestação de serviço, a gente quer ao menos o básico para viver, já vivemos com tanta dificuldade por causa da enchente, se o poder público ao menos fizer a parte dele, já ajuda, porque a gente vive muito esquecido.”
Nadir	“De moradias mais dignas, as pessoas moram com dificuldade, grande parte das pessoas não moram nessas áreas porque querem, moram porque precisam e não tem condições de irem para outro lugar.”
Jonas	“Policiamento com mais frequência, melhor tratamento de esgoto, pois fede muito e acaba ficando desconfortável conviver com esse mau odor.”
Antonio	“Colocar um posto de policiamento, posto de saúde nessas localidades próximas ao rio, mais escolas, limpar as áreas próximas ao rio, geralmente são os próprios moradores que fazem essa limpeza.”
João	“Melhorar o calçamento das ruas, redes de esgoto, se fosse asfaltado seria melhor.”

Júlio	“Limpar o rio, manter as margens limpas, o rio está cheio de resto de construções, madeira, é preciso que as pessoas tenham consciência, o que a grande maioria não tem, de certa forma a conscientização da população também ajudaria muito.”
-------	--

Fonte: elaborado pelo autor

A trajetória histórica e o processo de ocupação urbana de Ibatiba evidenciam que os bairros situados às margens do rio Pardo são um território fortemente influenciado pela presença do rio Pardo. No entanto, conforme demonstrado ao longo do capítulo, a expansão urbana ocorreu de forma desordenada e dissociada de um planejamento urbano eficaz, resultando em áreas marcadas por precariedade socioespacial, sobretudo nas regiões ribeirinhas (Ribeiro; Rosa, 2025).

Dados do IBGE indicam limitações significativas no acesso ao saneamento básico, enquanto análises de relatórios governamentais relacionadas à bacia do rio Pardo apontam a inexistência de estações de tratamento de esgoto e a recorrência de enchentes associadas à ocupação irregular das margens (Calmon et al., 2016; Inglez, 2018).

As percepções dos moradores reforçam esse quadro, ao destacarem dificuldades referentes à ausência de drenagem urbana, à coleta de resíduos, ao acesso a serviços de saúde e à ausência de ações públicas contínuas. Este contexto permite inferir que a ocupação das margens do rio se consolidou como alternativa habitacional para populações socialmente vulnerabilizadas, porém sem o suporte necessário para garantir condições dignas de moradia (Ibatiba, 2018).

Nesse cenário, as contradições inerentes ao processo de modernização e expansão urbana vivenciado pelo município tornam-se explícitas. Embora Ibatiba tenha sido integrada a dinâmicas econômicas mais amplas, especialmente a partir da construção da BR-262 e da intensificação do comércio regional, esse movimento não se traduziu em um desenvolvimento urbano socialmente inclusivo (Siqueira, 2015; Lima, 2019).

Conforme argumenta Lefebvre (2006), o espaço urbano é produzido socialmente, e a ausência de planejamento tende a gerar áreas marginalizadas, realidade observada nas regiões ribeirinhas do rio Pardo. Essa lógica também se articula à noção de multiterritorialidade proposta por Haesbaert (2004), na medida em que a expansão urbana reforça a coexistência de territórios valorizados e espaços de exclusão. Além

disso, a ocupação de Áreas de Preservação Permanente, a degradação ambiental e a fragilidade da infraestrutura urbana refletem a predominância de uma racionalidade econômica que negligencia as dimensões sociais e ambientais do território, conforme problematizado por Leff (2016).

Assim, a realidade das margens do rio Pardo expressa uma contradição recorrente do desenvolvimento urbano brasileiro: ao mesmo tempo em que a cidade se moderniza e se integra a circuitos econômicos mais amplos, reproduz desigualdades históricas e mantém parcelas da população à margem das políticas públicas e dos benefícios associados à modernização.

CAPÍTULO 2: DINÂMICAS SOCIAIS E AMBIENTAIS NA OCUPAÇÃO DESORDENADA DAS MARGENS DO RIO PARDO

O presente capítulo dedica-se à analisar a ocupação das margens do rio Pardo no município de Ibatiba/ES, tomando como eixo central as dinâmicas socioambientais produzidas pelo processo de urbanização desordenada em áreas ribeirinhas. Parte-se do entendimento de que a ocupação de cursos d'água urbanos constitui um dos principais desafios das cidades brasileiras contemporâneas, especialmente em contextos marcados por fragilidades institucionais e pela ausência de planejamento territorial integrado.

No contexto deste trabalho, o capítulo dialoga diretamente com a compreensão do rio Pardo como elemento estruturante do território e da vida cotidiana, investigando de que modo a expansão urbana ao longo de suas margens impacta a qualidade de vida dos moradores ribeirinhos, contribui para a desvalorização socioespacial dessas áreas e produz situações de vulnerabilidade social e ambiental. Assim, o rio é analisado não apenas como um recurso natural, mas como um espaço vivido, atravessado por relações sociais, práticas cotidianas e significados simbólicos.

Os objetivos específicos, neste momento, são compreender as transformações ocorridas no espaço urbano e sua influência sobre o sentido de pertencimento das comunidades ribeirinhas, bem como analisar as relações estabelecidas entre progresso, exclusão social e sustentabilidade no contexto local. Além disso, busca-se examinar o impacto das práticas cotidianas dos moradores na manutenção e na ressignificação do rio como recurso territorial, evidenciando a relação simbólica e prática que esses sujeitos estabelecem com o rio e como tais relações contribuem para a construção da identidade coletiva da comunidade.

No aspecto teórico-analítico, o debate desenvolvido neste capítulo enfatiza a produção social do espaço urbano, as contradições inerentes aos processos de modernização e as múltiplas territorialidades que se manifestam nas áreas ribeirinhas. Consideram-se, ainda, as narrativas e percepções dos participantes da pesquisa como elementos centrais para compreender a vivência cotidiana do território, a construção de vínculos identitários com o rio Pardo e as formas de resistência e

ressignificação que emergem diante da precariedade das políticas públicas e das condições socioambientais existentes.

O adensamento urbano configura-se como um processo complexo e não homogêneo, atravessado por dimensões sociais, ambientais, culturais e econômicas que se manifestam de maneira diferenciada conforme as especificidades de cada território. No contexto brasileiro, consolidou-se, de forma relativamente recente, uma compreensão mais sistematizada acerca das particularidades do processo de urbanização, marcado por um desenvolvimento tardio quando comparado a outros países da América Latina e fortemente associado a intensos fluxos migratórios internos. Como resultado, o espaço geográfico nacional passou a expressar duas realidades distintas: de um lado, as grandes metrópoles e capitais, caracterizadas por expansão urbana desordenada, periferação e intensificação da degradação socioambiental; de outro, os municípios do interior, situados à margem dos principais centros administrativos e financeiros, mas que, por condicionantes políticas, econômicas e ambientais, reproduzem problemas típicos dos grandes centros urbanos, como a precariedade da infraestrutura, o crescimento populacional em áreas de ocupação irregular e a limitação no acesso a serviços essenciais (Hufner; Oliveira, 2017).

No que se refere à gestão dos recursos hídricos, o tema da água no Brasil é disciplinado pela Constituição Federal de 1988, que atribui à União a competência sobre esse bem, sendo operacionalizado por meio do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh), o qual se estrutura a partir de instrumentos de comando e controle, como os planos de bacia, a outorga para captação e uso da água, o enquadramento dos corpos hídricos e os sistemas de informação. Apesar desse arcabouço institucional, o país não dispõe de um programa integrado e sistemático de controle de enchentes que contemple suas múltiplas dimensões. Nesse contexto, a Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano (SRHU), vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, estabelece diretrizes e instrumentos voltados à gestão sustentável das águas em áreas urbanas, priorizando estratégias de desenvolvimento de baixo impacto e ações preventivas frente aos riscos de inundações, com o objetivo de minimizar perdas humanas e materiais. Entre as recomendações destacam-se o aprimoramento de soluções de drenagem urbana, o incentivo a sistemas inovadores de manejo das águas pluviais, a renaturalização de

rios e córregos e a implantação de parques fluviais como forma de conter a ocupação de Áreas de Preservação Permanente (APP), especialmente em zonas ribeirinhas e de várzea. Todavia, tais diretrizes não se materializam em um plano de ação estruturado, sendo a responsabilidade por sua implementação delegada, majoritariamente, aos municípios (Castro; Alvim, 2022).

Diante desse cenário, o crescimento urbano desordenado constitui uma realidade recorrente na maioria dos municípios brasileiros, frequentemente escapando à capacidade de controle das instituições e dos órgãos responsáveis pelo planejamento e ordenamento do uso do solo urbano. Essa condição impõe desafios significativos à governança urbana em escala local, exigindo respostas que vão além do planejamento formal e que incluam a mitigação dos problemas sociais, ambientais e econômicos decorrentes da ausência de políticas públicas efetivas e de intervenções estruturais consistentes (Hufner; Oliveira, 2017).

De acordo com Alvim (2007), os cursos d'água que compõem uma bacia hidrográfica desempenham papel fundamental na sustentação da vida e no desenvolvimento das diversas atividades humanas ali estabelecidas. As condições positivas ou negativas desses corpos hídricos refletem diretamente as intervenções antrópicas, sejam elas diretas ou indiretas, exercidas sobre a bacia. Em muitos contextos urbanos, rios e córregos passaram a ser utilizados como receptores de esgoto ou associados às áreas de várzea sujeitas a inundações, resultando em processos recorrentes de tamponamento, canalização ou abandono desses cursos d'água. Soma-se a isso a ocupação inadequada de suas margens e de solos ambientalmente frágeis por populações em situação de vulnerabilidade habitacional, o que evidencia, simultaneamente, a incompatibilidade e a ilegalidade de determinadas formas de uso do solo urbano, além da fragmentação entre as políticas de gestão dos recursos hídricos e aquelas voltadas ao ordenamento territorial. Nesse contexto, a água se destaca como um dos recursos ambientais que tornam mais visíveis os conflitos entre sociedade, território e desenvolvimento. Assim, a adoção da bacia hidrográfica como unidade de planejamento e gestão configura-se como estratégia central para a promoção do desenvolvimento sustentável, ao buscar o equilíbrio entre os componentes sociais, econômicos e ambientais que estruturam esse território (Alvim, 2007).

No que se refere ao processo de ocupação do município de Ibatiba, observa-se uma colonização considerada tardia, iniciada em meados do século XIX, impulsionada principalmente por fluxos migratórios oriundos dos estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Conforme registros da história local, os primeiros habitantes teriam se deslocado para a região motivados pela expectativa de exploração aurífera; contudo, diante da inexistência do recurso, passaram a dedicar-se às atividades agrícolas, com destaque para a cafeicultura. Esse processo resultou na consolidação de fazendas e sítios que, em muitos casos, foram transmitidos ao longo de gerações dentro das mesmas famílias, constituindo hoje parte relevante do recorte empírico analisado neste estudo (Silveira, 2009).

Segundo o documento *Diagnóstico socioeconômico da microrregião Caparaó* (Espírito Santo, 2005), a dinâmica urbana de Ibatiba sofreu alterações significativas a partir da implantação da BR-262, rodovia que atravessa o perímetro urbano e segmenta a cidade em duas porções. Embora essa infraestrutura viária tenha contribuído para facilitar o escoamento da produção agrícola em direção à capital, observa-se, como efeito adverso, a intensificação de um processo de ocupação espontânea ao longo de suas margens, caracterizado pela ausência de planejamento urbano e pela desarticulação entre expansão territorial e políticas de ordenamento do uso do solo (Espírito Santo, 2005).

Ainda segundo o relatório,

A característica principal de sua paisagem urbana é o desagradável aspecto de cidade que cresce sem nenhum controle urbanístico, ao longo da BR 262 (para leste e para oeste), ou as encostas íngremes do relevo encrespado da região. As habitações da população de baixa renda, incompletas e improvisadas, lhe conferem a feição inequívoca de periferia de grandes centros urbanos, apesar de ser cidade interiorana. (Espírito Santo, 2005, p.136)

Na cidade, cinco áreas se destacam por estarem em áreas de risco, seja por ocuparem encostas ou estarem às margens de rios e córregos: Novo Horizonte, Brasil Novo, Floresta, Pró Morar e parte do centro.

2.1 O RIO COMO UM PERSONAGEM FUNDAMENTAL NO COTIDIANO DE UMA LOCALIDADE: IMPACTOS DA OCUPAÇÃO DESORDENADA NA QUALIDADE DE VIDA MORADORES RIBEIRINHOS

Os rios historicamente constituem elementos estruturantes da ocupação humana, organizando o território a partir de suas funções hidrológicas, ecológicas e sociais. A hidrografia, enquanto componente fundamental da configuração espacial, condiciona a localização dos assentamentos, define possibilidades de circulação, abastecimento e produção e influencia diretamente os modos de apropriação do espaço ao longo do tempo. Nesse sentido, os cursos d'água não apenas moldam a paisagem física, mas orientam processos de territorialização, estabelecendo limites, conexões e centralidades que estruturam a vida social (Plas et al., 2023). O rio, portanto, deve ser compreendido como um agente ativo na produção do território, capaz de influenciar práticas cotidianas, formas de sociabilidade e identidades coletivas.

Do ponto de vista da hidrografia aplicada ao planejamento territorial, os rios e suas bacias constituem sistemas integrados, nos quais intervenções pontuais produzem efeitos em cadeia. Segundo Castro e Alvim (2022), a ocupação de margens, várzeas e áreas de inundação compromete funções naturais essenciais, como a drenagem, a regulação de cheias e a depuração dos corpos hídricos. Assim, a relação entre hidrografia e ocupação urbana revela-se central para a compreensão dos riscos socioambientais associados aos processos de urbanização, especialmente em contextos marcados pela ausência de planejamento integrado.

No processo de expansão das cidades brasileiras, os rios passaram progressivamente de eixos estruturadores do território a elementos problematizados do espaço urbano. Ainda de acordo com as autoras acima, os cursos d'água foram historicamente tratados como entraves ao crescimento urbano, sendo canalizados, retificados ou ocupados de forma irregular, em detrimento de suas funções ecológicas e sociais. Essa abordagem técnica e fragmentada da hidrografia urbana desconsiderou o papel dos rios como elementos vivos do território, contribuindo para o agravamento de enchentes, a degradação da qualidade da água e o aumento da vulnerabilidade das populações ribeirinhas (Castro; Alvim, 2022).

Em relação aos impactos ambientais decorrentes da expansão territorial urbana, Souza et al (2021) destaca que seus efeitos mais evidentes fazem menção à fragmentação da paisagem e à perda de *habitats* naturais. Na prática, esse cenário se materializa em alterações no uso do solo que incluem a conversão de ecossistemas naturais em áreas agrícolas ou urbanas. Além disso, pesquisas evidenciam a relação entre alterações no uso do solo com as mudanças climáticas globais e o surgimento de doenças infecciosas causadas por patógenos que não se originam de humanos. Cabe destacar também a existência de impactos indiretos da expansão urbana, que ultrapassam os diretos e estão associados ao deslocamento e conversão de áreas agrícolas.

A modernidade urbana aprofundou esse distanciamento ao redefinir a relação entre sociedade e natureza. Latour (1994) argumenta que o projeto moderno instituiu uma separação conceitual entre o mundo social e o mundo natural, transformando elementos como os rios em objetos técnicos subordinados às demandas de infraestrutura, saneamento e expansão imobiliária. Nesse contexto, o rio tende a deixar de ser percebido como parte constitutiva da vida urbana e ser reduzido a um componente funcional, frequentemente invisibilizado ou problematizado apenas quando associado a riscos e prejuízos materiais.

No Brasil, essa racionalidade se manifesta de maneira profundamente desigual. Barbosa et al (2020) demonstram que o padrão de urbanização excludente empurrou parcelas significativas da população para áreas ambientalmente frágeis, como encostas e margens fluviais, onde a atuação do Estado ocorre de forma precária ou tardia. Nessas áreas, a hidrografia deixa de ser considerada no planejamento urbano e passa a operar como vetor de risco, intensificando enchentes, processos erosivos, contaminação hídrica e precariedade sanitária.

A ocupação desordenada das margens fluviais, portanto, não pode ser compreendida apenas como um fenômeno ambiental, mas como expressão direta das desigualdades socioespaciais produzidas pelo modelo de desenvolvimento urbano. Maskarelli e Kleiman (2017) ressaltam que a produção do espaço urbano ocorre por meio de escolhas políticas e econômicas que naturalizam a precariedade em determinados territórios, tornando aceitável a exposição cotidiana de grupos socialmente vulneráveis a situações de risco e insalubridade.

Os dados empíricos coletados em Ibatiba evidenciam de forma concreta essa dinâmica. Os moradores entrevistados relatam que o Rio Pardo ocupa lugar central em suas experiências cotidianas, embora predominantemente associado a impactos negativos. Enquanto Mariana destaca o mau cheiro constante decorrente do lançamento de esgoto no rio e o comprometimento do conforto ambiental e da qualidade de vida das famílias, Rita descreve infiltrações frequentes, perdas materiais e deterioração das condições habitacionais, associando esses problemas diretamente à proximidade com o curso d'água.

O impacto dos efeitos negativos da poluição do rio Pardo apareceu diversas vezes na fala dos participantes e em diferentes momentos. Por exemplo: ao serem perguntados sobre como a ocupação desordenada afetou a preservação do rio Pardo, os moradores afirmaram que:

Quadro 3: Impactos da ocupação desordenada na preservação do rio Pardo

Participante	Resposta
Carla	“Afeta muito, não tem mais peixes, poucas espécies de animais são vistas nessas margens.”
Mariana	“Sim, o rio está cada dia mais apertado e sem espaço para escoar a água e com isso o meio ambiente fica prejudicado, a água não tem vazão.”
Paulo	“É difícil ver peixe nos rios, pois nem as autoridades e nem a própria comunidade tem acesso ao rio cuida da forma que deveria.”
Rita	“Não tem mais peixes, o rio era limpo, as crianças tomavam banho no rio, hoje o rio está sujo e muito poluído com lixo e esgoto.”
Nilma	“Afeta muito, totalmente desconfortável para os moradores e para o rio, as pessoas se sentem incomodadas com o rio, sempre o veem de forma negativa e acabam devastando cada vez mais sem se conscientizar.”
Nadir	“Muito, pois a alguns anos o leito do rio foi mudado de curso, obra feita na época para que as pessoas pudessem construir suas casas, hoje essa área aterrada é seriamente afetada pela enchente.”
Jonas	“Afeta muito, água suja, cheia de lixo que os próprios moradores da localidade jogam e moradores de outros bairros.”
Antonio	“Degradando a cada dia mais rio, que está praticamente sem vida, devido a desorganização e ocupação das casas praticamente dentro do rio, tudo se joga no rio, muito lixo, não tem peixes, cobra se mais impostos e não fazem nada, cobram a taxa de esgoto, mas ainda tem redes de esgoto sendo jogadas no rio.”
João	“O lixo que é jogado no rio, restos de construção, de carros.”

Júlio	“Sim, afeta o rio, casas muito próximas ao rio, apesar do esgoto ser tratado, por pouco tempo, se tiver no máximo 1 ano que o esgoto não é despejado no rio.”
-------	---

Fonte: elaborado pelo autor

Essas percepções dialogam uma análise que aponta o saneamento inadequado como um dos principais fatores de degradação da qualidade de vida em áreas urbanas vulneráveis, especialmente em territórios ribeirinhos. Nesse contexto, a exposição contínua a esgoto a céu aberto e à contaminação hídrica produz impactos diretos sobre a saúde física e mental das populações, reforçando ciclos de adoecimento e vulnerabilidade social. Sobre esse assunto, Henriques et al (2019) destacam que a existência de situações precárias e/ou ineficientes de saneamento básico e de higiene tendem a aumentar a quantidade de elementos físico-químicos e biológicos que contaminam as águas e afetam a população que as utiliza.

A recorrência de enchentes mencionada pela maioria dos entrevistados revela, ainda, falhas estruturais na política de drenagem urbana. Gorski e Alvim (2009) destacam que a ocupação de várzeas e margens de rios reduz drasticamente a capacidade natural de amortecimento das cheias, intensificando eventos de inundação mesmo em contextos de precipitação moderada. Essa dinâmica transforma o rio em uma ameaça permanente, gerando medo, insegurança e instabilidade emocional, como relatado por moradores que associam qualquer episódio de chuva à possibilidade de perdas materiais, como mostram as respostas mostradas no Quadro 4, o qual relaciona a percepção dos moradores no que se refere aos prejuízos econômicos e sociais da ocupação não-planejada e da falta de ações de preservação e manutenção do rio.

Quadro 4: Impactos da ocupação desordenada na preservação do rio Pardo

Participante	Na sua opinião, a ocupação desordenada às margens do rio, prejudicou o desenvolvimento econômico e social da sua comunidade? Explique.
Carla	“Sim, a entrevistada desenvolveu problema de ansiedade com medo da chuva, qualquer nuvem no céu já se sente ameaçada e não consegue dormir, começa a chover fica doente e passa mal.”
Mariana	“Prejudicou muitos moradores, a água invade grandes extensões, muitas pessoas são prejudicadas e perdem coisas.”
Paulo	“Segundo o entrevistado prejudica muito, pois as pessoas perdem muitas coisas, vivem todo ano comprando móveis e perdendo.”
Rita	“Muito, pois muita gente perdeu muita coisa, alimentos, móveis, adquirem doenças pela água da enchente, inclusive eu tive uma filha que adquiriu uma doença após

	ter contato com a água da enchente tentando tirar os móveis quando a água começou a subir e invadir a residência.“
Nilma	“Aqui a dificuldade é total, por dois ou três motivos, quem mora na beirada do rio, todos os anos perde tudo com a enchente, pessoas passam fome, pois não tem como se reconstruir“
Nadir	“Sim, pois quando dá enchente, as pessoas perdem tudo.“
Jonas	“Segundo o senhor João, fica difícil, pois os imóveis nessa localidade não têm muito valor comercial, nem para venda, nem para alugar.“
Antonio	“Sim, não tem jeito de nada, os imóveis são muito mais baratos, não se tem pessoas com interesse de colocar comércio nessas localidades, tudo aqui é mais difícil, o valor muito mais baixo dos imóveis, com isso as pessoas passam anos para comprar um bem, e ele não tem valor nenhum no mercado, quem mora aqui já sabe que é uma localidade praticamente sem nenhuma assistência do poder público.“
João	“Muito, pois as pessoas perdem bens materiais, alimentos, documentos pessoais.“
Júlio	“Muito, é uma área de muita dificuldade, principalmente no período das chuvas, as pessoas nem dormem direito de medo, além de ser uma área de pouco valor comercial devido a localidade ser mais isolada e sem muita assistência do poder público.“

Fonte: elaborado pelo autor

Segundo o Plano de Contingência do município (Ibatiba, 2023) as cheias do rio Pardo têm se tornado frequentes em função da urbanização de sua bacia. O documento exemplifica esse processo mencionando a construção de moradias próximo à calha do rio e/ou no leito maior.

Outro aspecto que contribui para as cheias é a impermeabilização do solo que, nas palavras de Pedrini et al (2020), diminui sua capacidade de infiltração e, somada a um sistema ineficaz de drenagem impede o escoamento das águas, afetando diretamente a qualidade de vida dos moradores.

A degradação ambiental do rio compromete também sua dimensão simbólica e social. Para Santos (2015), quando os rios urbanos passam a ser percebidos exclusivamente como espaços sujos, perigosos e insalubres, ocorre uma ruptura na relação afetiva entre comunidade e território. Essa ruptura enfraquece a identidade territorial e contribui para a naturalização da degradação ambiental, instaurando um ciclo de abandono, invisibilidade e desvalorização social.

No caso do rio Pardo, os relatos citados anteriormente de ausência de peixes, acúmulo de lixo e presença constante de esgoto reforçam essa ruptura simbólica. A

perda do rio como espaço de lazer, encontro e convivência, mencionada por diversos entrevistados e transcritos ao longo deste capítulo, evidencia que a ocupação desordenada e a negligência estatal afetam não apenas a materialidade do espaço, mas também as formas de viver, perceber e se reconhecer no território.

Dessa forma, o rio emerge neste estudo como um elemento que dialoga diretamente com o cotidiano dos habitantes locais. Sua condição atual reflete os limites do modelo de urbanização adotado e a fragilidade das políticas públicas de integração entre hidrografia, planejamento urbano, justiça social e preservação ambiental, reafirmando a necessidade de abordagens que reconheçam o rio como elemento vivo e constitutivo do território e da identidade comunitária.

2.2. O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DAS MARGENS DO RIO PARDO COMO UM FATOR RELEVANTE PARA A DESVALORIZAÇÃO DO LOCAL

A ocupação das margens do Rio Pardo, no município de Ibatiba, deve ser analisada a partir do processo histórico de urbanização desigual que marca a formação das cidades brasileiras e que assume contornos específicos no contexto do Espírito Santo. Em escala nacional, a urbanização ocorreu de maneira acelerada e desarticulada, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, resultando em cidades profundamente fragmentadas do ponto de vista socioespacial (Siqueira, 2009). Esse padrão foi caracterizado pela concentração de investimentos públicos e privados em áreas centrais e formalizadas, enquanto parcelas significativas da população foram progressivamente direcionadas para periferias e espaços ambientalmente frágeis, como encostas e margens de rios.

No Espírito Santo, esse processo apresentou particularidades relacionadas à dinâmica econômica regional e à tardia industrialização do estado. Siqueira (2010) destaca que a urbanização capixaba esteve fortemente associada à reestruturação produtiva, à expansão portuária e à concentração de investimentos em poucos polos urbanos, especialmente na Região Metropolitana da Grande Vitória. Esse modelo contribuiu para a formação de um sistema urbano hierarquizado, no qual municípios do interior, como Ibatiba, experimentaram crescimento urbano sem o correspondente

fortalecimento da infraestrutura, do planejamento territorial e das políticas habitacionais.

Franco (2015) observa que, no interior do Espírito Santo, o crescimento urbano ocorreu frequentemente de forma espontânea, impulsionado por fluxos migratórios internos, pela expansão da agropecuária e pela busca por oportunidades econômicas, sem que houvesse planejamento urbano capaz de orientar a ocupação do solo. Nesse contexto, áreas ambientalmente vulneráveis, como margens de rios, passaram a ser incorporadas ao tecido urbano como solução informal para a demanda habitacional, reproduzindo em escala local o padrão nacional de urbanização excludente. Segundo Siqueira (2010),

Os cenários urbanos onde foram estabelecidos os princípios modernos de viver, pensar e agir, são continuamente modificados por práticas urbanísticas num processo de transformação que marca as cidades no seu tempo histórico. As metamorfoses se processam ostentando as representações da modernidade como vitrine de civilidade e progresso. (SIQUEIRA, 2020, p.216)

Ainda segundo a autora, a primeira metade do século XX se caracterizou pela implantação de um modelo de urbanização e civilidade inspirado nos padrões europeus e considerou aspectos como higiene, saneamento e estética. Essa preocupação marcou o início de um novo capítulo no cenário nacional. Essa intenção permaneceu até o final do século XIX, quando os interesses políticos e econômicos se voltaram para a produção agrário-exportadora, num contexto que contribuiu para reforçar a distância entre as capitais e o interior do país (Siqueira, 2020).

A lógica de superação de um Brasil arcaico e a modernização nacional nas décadas que antecederam os anos 1960, embora parecesse promissora ao perceber as cidades como espaço de desenvolvimento se converteram em um processo de desenvolvimento desigual, contribuindo para contrariar a relação utópica entre emancipação e modernização (Maricato, 2001).

No Espírito Santo, assim como no restante do país, essa lógica relegou à população de baixa renda as áreas consideradas impróprias à urbanização formal, incluindo várzeas e margens fluviais. Tais espaços passaram a desempenhar um papel funcional no sistema urbano: absorver a demanda habitacional excluída dos circuitos

formais de produção da cidade, mesmo que isso implicasse a exposição permanente a riscos socioambientais.

O Plano Municipal de Saneamento Básico e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (Ibatiba, 2018) reforça que, apesar de 81% da população urbana ser atendida pelo abastecimento, havia um déficit de 19%. Essa parcela é significativa no contexto de um município pequeno e dialoga com a realidade da maior parte do Brasil, país onde as populações de baixa renda são mais afetadas por problemas de saúde pública.

No caso específico de Ibatiba, os depoimentos de moradores evidenciam que a ocupação desordenada das margens do Rio Pardo produziu um processo contínuo de desvalorização econômica do território. O entrevistado Antônio, por exemplo, afirmou que os imóveis localizados nessas áreas possuem valores significativamente inferiores aos praticados em outros bairros do município, o que inviabiliza investimentos e limita a mobilidade social dos moradores. Essa percepção confirma a análise de Abramo (2007), segundo a qual a estigmatização territorial atua diretamente sobre o valor dos imóveis, independentemente das melhorias realizadas pelos próprios residentes.

João, outro participante deste trabalho, reforça esse quadro ao relatar a dificuldade de venda e locação das residências, associando a baixa atratividade imobiliária à recorrência de enchentes, ao mau cheiro proveniente do rio e à precariedade dos serviços públicos. Villaça (2001) argumenta que a valorização ou desvalorização de áreas urbanas resulta de uma construção social que associa determinados territórios a riscos, pobreza e abandono, produzindo uma hierarquização espacial que tende a se perpetuar ao longo do tempo. No contexto capixaba, essa hierarquização se expressa de forma acentuada nos municípios do interior, onde a capacidade de investimento público é mais limitada.

A desvalorização econômica das margens do Rio Pardo articula-se diretamente à desvalorização simbólica do território e de seus moradores. Nilma, uma das entrevistadas, menciona o preconceito enfrentado por quem reside próximo ao rio, frequentemente associado a imagens de pobreza extrema e criminalidade. Já Regina reforça essa percepção ao relatar que moradores de outros bairros evitam a região, reproduzindo uma imagem negativa do local. Esse processo encontra respaldo na

análise de Wacquant (2008), que demonstra como determinados espaços urbanos passam a ser socialmente rotulados como indesejáveis, afetando a autoestima coletiva e restringindo as oportunidades sociais de seus habitantes.

Haesbaert (2004) contribui para essa discussão ao conceituar a desterritorialização simbólica como um processo no qual o território, embora fisicamente ocupado, perde legitimidade social e política. No caso das margens do Rio Pardo, essa desterritorialização manifesta-se na invisibilidade institucional e na naturalização da precariedade, fazendo com que o local seja percebido como um espaço “fora da cidade”, apesar de nele se desenvolverem intensas práticas cotidianas de vida, trabalho e pertencimento.

A ausência ou insuficiência de serviços públicos essenciais aprofunda esse ciclo de degradação socioespacial. Jair, também participante deste trabalho, relata a escassez de policiamento e a dificuldade de acesso a serviços básicos, o que contribui para a sensação de insegurança e abandono. João destaca a presença de construções abandonadas nas margens do rio, que se tornam focos de vulnerabilidade social e reforçam a percepção de desordem urbana. As percepções dos demais entrevistados concordam com essas opiniões. Sobre isso, Effgen e Mazine (2022) argumentam que a omissão do poder público em áreas de ocupação informal não constitui apenas consequência da precariedade, mas um elemento ativo na reprodução das desigualdades territoriais, especialmente em cidades de pequeno e médio porte.

Os autores alertam também para o risco da precarização dos serviços urbanos em áreas ribeirinhas criar um círculo vicioso, no qual a ausência de investimentos públicos passa a ser justificada, posteriormente, pela própria condição de precariedade do território, sob o argumento de inviabilidade técnica ou econômica. No Espírito Santo, esse mecanismo contribui para a cristalização da marginalização urbana em municípios do interior, reforçando desigualdades históricas em relação aos grandes centros urbanos do estado (Effgen; Mazine, 2022).

Quadro 5: Percepção sobre marginalização e acesso aos serviços essenciais

Participante	De que forma você acha que a marginalização afeta o acesso das pessoas a serviços como educação, saúde e segurança?
Carla	“Sim, prejudica alugar os imóveis, vender, porque as pessoas têm medo de morar nessas localidades devido à falta de segurança.”

Mariana	“Afeta porque as pessoas veem essas áreas como ruins para morar, montar um comércio, e com isso desvaloriza essa parte da comunidade que é mais próxima do rio.”
Paulo	“Afeta muito, pois as pessoas deixam de frequentar essas localidades por medo, às vezes deixam de alugar uma casa, com isso a comunidade fica malvista.”
Rita	“Ela acha difícil, muitos imóveis à venda e ninguém tem interesse em comprar, pela dificuldade de acesso, pela criminalidade e pelo fato de água invadir sempre que chove.”
Nilma	“O preconceito por parte de algumas pessoas de outras áreas, que acham que todos nós que moramos nessas localidades são criminosos ou são pessoas desocupadas.”
Nadir	“Até que a polícia sempre passa, não está cem por cento, mas está caminhando.”
Jonas	“Sim, as pessoas têm medo e esses serviços prestados à comunidade acabam sendo prejudicados.”
Antonio	“Pela falta de acesso a esses serviços básicos, a comunidade vive isolada nessas localidades, a polícia e o poder público sabem do problema, porém não fazem nada, muitas vezes fingem que está tudo bem, pois os problemas são visíveis, não enxerga se não quiser.”
João	“Não considero que atrapalha, vivo bem com todos.”
Júlio	“Outras pessoas têm medo dessa área, por não ter segurança, por entrar água nas casas, isso acaba deixando os moradores isolados e desprotegidos sem acesso a um posto de saúde mais próximo de casa, um mercado de melhor qualidade, um policiamento adequado que dê mais segurança aos moradores locais.”

Fonte: elaborado pelo autor

Dessa forma, a ocupação das margens do Rio Pardo, em Ibatiba, não apenas reflete o padrão nacional de urbanização excludente, mas expressa também as especificidades do processo de urbanização capixaba, marcado pela concentração de investimentos, pela fragilidade do planejamento urbano no interior e pela reprodução de desigualdades socioespaciais. A desvalorização econômica, social e simbólica observada nesse território não é um fenômeno natural ou inevitável, mas o resultado direto de decisões políticas, da atuação seletiva do Estado e da persistência de estigmas sociais que relegam as populações ribeirinhas a uma condição estrutural de vulnerabilidade.

2.3 OS MORADORES RIBEIRINHOS E O RIO: O REFLEXO DE SUAS PRÁTICAS COTIDIANAS NA IDENTIDADE COLETIVA

A identidade coletiva dos moradores de uma localidade se constitui a partir de uma relação complexa e contraditória com o território, na qual pertencimento, necessidade

e sofrimento coexistem de forma permanente. A identidade territorial, conforme discute Chelotti (2010), não se forma de maneira abstrata, mas resulta da interação contínua entre os sujeitos sociais, suas práticas cotidianas e o espaço vivido, sendo atravessada por relações de poder, condições materiais e processos históricos específicos. No caso das populações ribeirinhas, essa identidade é profundamente marcada pela proximidade física e simbólica com o rio, que estrutura tanto a organização do espaço quanto os modos de vida.

Como mostram Brito et al. (2019), a atenção para os rios e o impacto das transformações ambientais nos cursos d'água, bem como da ação humana sobre os rios. Nesse cenário, independentemente dos efeitos serem diretos ou indiretos, eles tendem a influenciar na qualidade da água e no curso do rio. Nesse cenário, o rio passa a ser percebido como um ambiente no qual a ação humana influencia tanto no meio natural quanto na formação da identidade de quem habita em suas margens. Nas palavras dos autores,

Os rios proporcionam um campo fértil para o desenvolvimento dessa abordagem. São objeto de estudo e intervenção das ciências naturais e da engenharia. Nesse elemento da natureza, que pode ser definido como ambiente fluvial, as dimensões natural e humana estão completamente imbricadas. Os rios passam a ser entendidos não mais como elemento natural, mas como resultante de um conjunto de processos, em parte moldados pela ação humana, em parte independentes dessa ação, mas quase sempre entrelaçados, de forma a se tornarem inseparáveis. (BRITO et al, 2019, p.50)

Ao fazer uso do termo ribeirinhos, é importante conceituar seu significado e esclarecer suas possíveis leituras. Inicialmente, cabe lembrar que existe, como destacam Fernandes e Moser (2021), uma associação comum das populações ribeirinhas ao espaço físico (margens de rios). Contudo, ao ampliar esse debate para aspectos como identidade e comunidade, faz-se necessário entender o que embasa essa relação.

Wagley (1957), ao abordar o termo comunidade, reforça a existência de relações humanas sólidas entre os indivíduos de uma localidade, bem como a presença de uma cultura local. Segundo o autor,

É nas suas comunidades que os habitantes de uma região ganham a vida, educam os filhos, levam uma vida familiar, agrupam-se em associações, adoram seus deuses, têm suas superstições e seus tabus e são movidos pelos valores e incentivos de suas determinadas culturas. Na comunidade, a economia, a religião, a política e outros aspectos de uma cultura parecem interligados e formam parte de um sistema geral de cultura, tal como o são na realidade (WAGLEY, 1957, p. 43-44).

Ao tratar especificamente do termo ribeirinho, Fernandes e Moser (2021) contextualizam a ocorrência de diferentes palavras para mencionar esse grupo. Em comum, elas concordam ao considerar ribeirinhos aqueles que habitam nas margens de um ambiente aquático e estabelecem relações simbólicas, culturais e sociais com o meio natural.

O presente trabalho parte desta premissa ao chamar os habitantes das margens do rio Pardo de ribeirinhos. Contudo, ainda que exista uma identidade sociocultural característica das comunidades ribeirinhas, não se percebe, nos entrevistados, uma identidade local que esteja atrelada ao rio. Em lugar disso, o meio fluvial se caracteriza muito mais como um meio do que como uma marca identitária.

Nas falas dos entrevistados, pode-se perceber isso de duas formas: nos motivos que os levaram a habitar as margens do rio e na forma como eles se referem a ele. Embora a história que os tenha feito adotar as margens do rio Pardo como residência não pareça ter relação com um aspecto afetivo, parece haver uma sensação de pertencimento à área.

Quadro 6: Motivos que levaram os participantes a habitar às margens do rio Pardo

Participante	Tempo de moradia às margens do Rio	Como chegou à localidade
Carla	40 anos	Morava em Lúna, cidade vizinha, veio para cuidar de familiar e acabou se casando e residindo aqui.
Mariana	16 anos	Morava no interior do estado, Santa Clara, e veio para as margens do rio Pardo.
Paulo	54 anos	Veio de Chale, Minas Gerais, e reside nesta localidade até os dias de hoje.
Rita	46 anos	Nascida e criada em Lúna, cidade vizinha, no ano de 1989 veio para Ibatiba e se casou aqui e reside aqui até hoje.
Nilma	40 anos	Sempre morou próxima ao rio, toda a sua vida.
Nadir	25 anos	Era São Manoel em um município de Mutum, MG e veio morar aqui.
Jonas	20 anos	Era morador de Lúna, e veio para Ibatiba às margens do rio.
Antonio	30 anos	Foi para São Paulo, morou 20 anos lá, depois retornou e mora aqui até hoje, onde se casou e teve filhos.
João	16 anos	Morava na roça e veio morar na rua para ter mais acesso a conforto de médico

Júlio	28 anos	A casa foi herança do pai. Na época, era uma casa simples e velha. Com a ajuda da igreja, ele conseguiu organizar. Hoje, a casa ainda é a mesma, porém com algumas melhorias.
-------	---------	---

Fonte: elaborado pelo autor

Haesbaert (2004) enfatiza que o território deve ser compreendido como uma construção social que envolve dimensões materiais e simbólicas, articulando apropriação, uso e sentido. Nas margens do Rio Pardo, essa construção territorial ocorre sob condições de precariedade urbana e ambiental, o que imprime à identidade coletiva um caráter ambíguo: ao mesmo tempo em que o rio representa pertencimento, memória e continuidade histórica, ele também se converte em fonte permanente de vulnerabilidade, insegurança e estigmatização social.

Os relatos dos moradores (Quadro 7) evidenciam que, em períodos anteriores, o Rio Pardo desempenhava um papel central na sociabilidade local e no uso cotidiano do território. Alexandre menciona que o rio era utilizado para banhos, lazer e encontros comunitários, enquanto Regina recorda as tardes em que famílias inteiras se reuniam às suas margens para conversar, descansar e conviver. Essas práticas configuravam o rio como espaço de uso comum e de construção de vínculos sociais, reforçando a análise de Tuan (1983), para quem os lugares adquirem significado a partir das experiências vividas, sendo a afetividade elemento central na relação entre pessoas e espaço.

Quadro 7: Relação entre ocupação desordenada e preservação do rio Pardo

Participante	Respostas
Carla	“Afeta muito, não tem mais peixes, poucas espécies de animais são vistas nessas margens.”
Mariana	“Sim, o rio está cada dia mais apertado e sem espaço para escoar a água e com isso o meio ambiente fica prejudicado, a água não tem vazão.”
Paulo	“É difícil ver peixe nos rios, pois nem as autoridades e nem a própria comunidade tem acesso ao rio cuida da forma que deveria.”
Rita	“Não tem mais peixes, o rio era limpo, as crianças tomavam banho no rio, hoje o rio está sujo e muito poluído com lixo e esgoto.”
Nilma	“Afeta muito, totalmente desconfortável para os moradores e para o rio, as pessoas se sentem incomodadas com o rio, sempre o veem de forma negativa e acabam devastando cada vez mais sem se conscientizar.”

Nadir	“Muito, pois a alguns anos o leito do rio foi mudado de curso, obra feita na época para que as pessoas pudessem construir suas casas, hoje essa área aterrada, é seriamente afetada pela enchente.”
Jonas	“Afeta muito, água suja, cheia de lixo que os próprios moradores da localidade jogam e moradores de outros bairros.”
Antonio	“Degradando a cada dia mais rio, que está praticamente sem vida, devido a desorganização e ocupação das casas praticamente dentro do rio, tudo se joga no rio, muito lixo, não tem peixes, cobra se mais impostos e não fazem nada, cobram a taxa de esgoto, mas ainda tem redes de esgoto sendo jogadas no rio.”
João	“O lixo que é jogado no rio, restos de construção, de carros.”
Júlio	“Sim, afeta o rio, casas muito próximas ao rio, apesar do esgoto ser tratado, por pouco tempo, se tiver no máximo 1 ano que o esgoto não é despejado no rio.”

Fonte: elaborado pelo autor

Com o avanço desordenado da ocupação e da degradação ambiental, os usos do rio passaram por transformações significativas. Atualmente, conforme apontam os entrevistados, o Rio Pardo é utilizado de forma residual e, muitas vezes, problemática, funcionando como receptor de esgoto doméstico, lixo e resíduos sólidos. Alexandre e João mencionam que o descarte inadequado de resíduos nas margens e no leito do rio é uma prática recorrente, associada tanto à ausência de serviços públicos adequados quanto à falta de orientação ambiental sistemática para a população. Esse uso degradado do rio reflete uma relação marcada pela necessidade e pela ausência de alternativas, mais do que por uma escolha consciente. Apesar disso, cabe mencionar que um desenvolvimento territorial sustentável, tanto no aspecto identitário quanto no quesito social, engloba o entendimento da complexa relação entre sociedade natureza e cultura, além de políticas que valorizem as três dimensões, permitindo que elas dialoguem entre si (Carniello et al, 2024).

A fragilidade da consciência ambiental aparece, assim, como elemento central na compreensão dessa dinâmica. Martinez-Alier (2007), ao analisar os conflitos ambientais a partir da economia ecológica, evidencia que os impactos da degradação recaem de forma desproporcional sobre populações socialmente vulnerabilizadas, que, embora reconheçam os danos ambientais, enfrentam limitações estruturais para modificar suas práticas ou influenciar os processos decisórios relacionados ao uso dos recursos naturais.

Essa abordagem dialoga diretamente com a perspectiva de Leff (2001), segundo a qual a relação sociedade-natureza, em contextos de exclusão social, é mediada por

uma racionalidade instrumental e fragmentada, condicionada por restrições materiais, educativas e institucionais. Assim, a aparente fragilidade da consciência ambiental não deve ser compreendida como ausência de valores ou desconhecimento, mas como resultado de relações históricas de poder e de um modelo de desenvolvimento que dissocia sustentabilidade ambiental e justiça social, restringindo a capacidade de ação coletiva dos grupos mais afetados pela degradação ambiental

No contexto do Rio Pardo, os moradores demonstram consciência parcial dos impactos causados pelo descarte de lixo e pelo uso inadequado do rio, mas permanecem inseridos em um contexto estrutural que limita a adoção de práticas ambientalmente responsáveis.

Essa contradição revela que a ausência de consciência ambiental não pode ser interpretada de forma individualizante ou moralizante. Acselrad (2010) destaca que, em situações de injustiça ambiental, as populações vulnerabilizadas são frequentemente responsabilizadas por processos de degradação que, na realidade, decorrem da ausência de políticas públicas, de saneamento básico e de educação ambiental continuada. A internalização dessa responsabilização individual contribui para a naturalização da precariedade e para o enfraquecimento da ação coletiva em defesa do território.

A transformação do rio em um elemento associado predominantemente ao risco também compromete os processos de identificação positiva com o território. Carla, uma das entrevistadas, relata o desenvolvimento de ansiedade relacionada ao medo recorrente das enchentes, demonstrando que os impactos da ocupação desordenada e do uso degradado do rio extrapolam a dimensão material e alcançam a saúde mental dos moradores. Santos (2015) aponta que a insegurança territorial produz efeitos subjetivos profundos, afetando o bem-estar emocional, a percepção de futuro e a capacidade de planejamento da vida cotidiana em áreas ambientalmente instáveis.

Ao analisar a perspectiva dos participantes deste trabalho, percebe-se um comportamento que parece refletir certa fragilidade ao parecerem resignados à condição aos quais estão submetidos pelo poder público. Nesse sentido, Carlos (2007) contribui para essa análise ao afirmar que a deterioração das condições urbanas e ambientais fragiliza os vínculos de pertencimento, produzindo uma relação

com o território marcada mais pela sobrevivência do que pela apropriação plena do espaço.

Por outro lado, Porto-Gonçalves (2012) reforça a percepção dos rios como um elemento constitutivo do território, não como simples recursos naturais ou espaços de descarte cuja degradação compromete toda a trama de relações sociais, culturais e identitárias associadas a eles. No caso do Rio Pardo, a perda da qualidade ambiental rompe com usos tradicionais, enfraquece a sociabilidade e limita a possibilidade de construção de uma identidade territorial positiva.

Neste contexto, Escobar (2016) contribui para ampliar essa reflexão ao defender que a superação dos conflitos socioambientais está relacionada ao reconhecimento dos saberes locais e das experiências das populações ribeirinhas. Para o autor, a modernidade urbana impõe modelos homogêneos de desenvolvimento que invisibilizam outras formas de relação com a natureza, transformando rios em infraestruturas degradadas e comunidades em populações excedentes. Contudo, as narrativas dos moradores do Rio Pardo evidenciam essa ruptura entre políticas urbanas, práticas institucionais e a realidade vivida no território.

Embora seja um elemento que influencia na qualidade de vida dos moradores de suas margens, o rio perde o caráter de elemento estruturante da vida local e assume significados atravessados pela precariedade, pelo risco ambiental e pela ausência de uma consciência ambiental sustentada por políticas públicas efetivas. Essa situação tende a influenciar na construção de uma identidade muito mais atrelada à marginalização e ausência de políticas públicas eficientes do que em uma cultura que tenha o rio como um elemento estruturante.

As dinâmicas sociais e ambientais observadas nas margens do Rio Pardo não são eventos isolados ou circunstanciais, mas uma expressão concreta de um processo histórico de urbanização marcado pela desigualdade, pela fragmentação do planejamento territorial e pela atuação seletiva do poder público. A ocupação dessas áreas resulta da conjugação entre a formação tardia do município de Ibatiba, os fluxos migratórios associados à atividade agrícola e à infraestrutura viária, e a ausência de políticas urbanas capazes de integrar crescimento, justiça social e preservação ambiental. Nesse contexto, pode-se considerar que as margens do rio foram

progressivamente incorporadas ao tecido urbano como espaços de solução informal para a demanda habitacional, reproduzindo, em escala local, as contradições estruturais do processo de urbanização brasileiro.

Do ponto de vista teórico, os dados empíricos coletados dialogam diretamente com as análises de Alvim (2007), Castro e Alvim (2022) e Gorski e Alvim (2009), ao evidenciar que a ocupação de áreas de várzea e margens fluviais compromete as funções ecológicas dos rios e intensifica riscos socioambientais, especialmente as enchentes recorrentes relatadas pelos moradores. Ao mesmo tempo, as contribuições de Villaça (2001) e Siqueira (2010) permitem compreender que essas áreas não são ocupadas ao acaso, mas configuram territórios produzidos por um modelo de desenvolvimento urbano que associa modernização à exclusão, destinando à população de baixa renda os espaços considerados impróprios à urbanização formal. Assim, o Rio Pardo torna-se simultaneamente elemento estruturante do território e marcador da desigualdade socioespacial.

As falas dos participantes da pesquisa reforçam essa articulação entre teoria e realidade vivida ao revelar que a precariedade da infraestrutura urbana, especialmente no que se refere ao saneamento básico, à drenagem e à oferta de serviços públicos, afeta diretamente a qualidade de vida da população ribeirinha. A recorrência de relatos sobre mau cheiro, poluição, enchentes, perdas materiais e adoecimento físico e emocional evidencia que a relação cotidiana com o rio é atravessada por experiências de risco e insegurança. Esta análise dialoga com Henriques et al. (2019) e Effgen e Mazine (2022) e com a noção de que a ausência de investimentos públicos em áreas de ocupação informal não apenas reflete a precariedade existente, mas contribui ativamente para sua reprodução e naturalização.

No plano simbólico e identitário, os resultados empíricos também corroboram as reflexões de Haesbaert (2004), Santos (2015) e Tuan (1983), ao demonstrar que a degradação ambiental do rio compromete a construção de vínculos positivos com o território. Embora os moradores mantenham, ainda que de forma implícita, uma relação de pertencimento às margens do Rio Pardo, essa identidade coletiva é marcada por ambivalências: o rio aparece menos como espaço de convivência e mais como fonte permanente de ameaça, estigmatização e sofrimento. A

desterritorialização simbólica observada nesse contexto revela que a perda da qualidade ambiental do rio implica, simultaneamente, a perda de seu valor social e cultural, fragilizando os processos de identificação coletiva e a capacidade de mobilização comunitária.

A fragilidade da chamada consciência ambiental, identificada nas práticas cotidianas de descarte inadequado de resíduos e no uso degradado do rio, não pode ser compreendida de forma individualizante. Conforme argumentam Martinez-Alier (2007), Leff (2001) e Acselrad (2010), trata-se de uma racionalidade produzida em contextos de injustiça ambiental, nos quais as populações reconhecem os impactos da degradação, mas não dispõem de condições materiais, institucionais e educativas para transformar suas práticas. No caso de Ibatiba, a ausência de políticas públicas integradas de saneamento, educação ambiental e planejamento urbano limita as possibilidades de ressignificação do rio como bem comum e reforça ciclos de vulnerabilidade social e ambiental.

Dessa forma, o capítulo evidencia que as contradições da modernização e da expansão urbana se manifestam de maneira clara nas margens do Rio Pardo: ao mesmo tempo em que o crescimento urbano incorpora essas áreas ao perímetro da cidade, nega-lhes o acesso pleno à infraestrutura, aos serviços básicos e ao reconhecimento institucional. O rio, que historicamente influenciou na ocupação, passa a ser tratado como problema urbano, espaço residual ou ameaça, refletindo os limites de um modelo de desenvolvimento que dissocia planejamento territorial, justiça social e sustentabilidade ambiental.

Portanto, a ocupação desordenada das margens do Rio Pardo em Ibatiba constitui um fenômeno complexo, no qual se articulam história, políticas públicas, práticas cotidianas e processos simbólicos de produção do espaço. A análise integrada entre teoria e campo demonstra que a superação dos problemas socioambientais identificados exige abordagens que reconheçam o rio como elemento vivo e constitutivo do território, bem como a centralidade das populações ribeirinhas na construção de alternativas mais justas e sustentáveis para o espaço urbano.

CAPÍTULO 3: O CONTEXTO SOCIAL E MARGINALIZAÇÃO DOS RESIDENTES NAS ÁREAS AFETADAS PELA OCUPAÇÃO DESORDENADA DO RIO PARDO EM IBATIBA

O processo de ocupação desordenada das margens do Rio Pardo, no município de Ibatiba, produziu efeitos que ultrapassam a degradação ambiental e incidem diretamente sobre a organização social, as condições de vida e a construção identitária das populações ribeirinhas. Conforme demonstrado nos capítulos anteriores, a urbanização dessas áreas foi marcada pela ausência de políticas públicas integradas e pela fragilidade do planejamento urbano, resultando na consolidação de territórios vulnerabilizados e socialmente estigmatizados.

O presente capítulo parte dessa constatação para analisar como os processos históricos de urbanização desigual contribuíram para a marginalização social dos moradores ribeirinhos, afetando suas experiências cotidianas e a maneira como se reconhecem no território que habitam.

A análise aqui desenvolvida compreende que identidade territorial, qualidade de vida e desenvolvimento urbano constituem dimensões indissociáveis, produzidas no interior das relações sociais e das práticas espaciais cotidianas. A forma como os sujeitos se apropriam do território, constroem vínculos de pertencimento e atribuem significados ao espaço está diretamente relacionada às condições materiais de existência, ao acesso a serviços públicos e às possibilidades de participação nos processos de decisão sobre o uso do espaço urbano. Nesse sentido, a marginalização observada nas margens do Rio Pardo não se restringe à precariedade infraestrutural, mas se expressa também na produção de identidades marcadas pela insegurança, pelo estigma e pela naturalização da exclusão.

Sob o ponto de vista teórico, o capítulo dialoga com autores que problematizam a produção social do espaço urbano, as contradições da modernidade e os efeitos da urbanização excludente sobre os grupos socialmente vulnerabilizados. A partir dessas contribuições, busca-se compreender como a ausência de políticas públicas articuladas, especialmente nas áreas de saneamento, habitação, mobilidade e gestão ambiental, reforça processos de desterritorialização simbólica e fragiliza os vínculos identitários dos moradores ribeirinhos. O território, nesse contexto, deixa de ser

apenas suporte físico da vida social e passa a operar como marcador de desigualdade, condicionando oportunidades, expectativas e trajetórias de vida.

Articulando esse referencial teórico aos dados empíricos obtidos por meio das entrevistas, o capítulo analisa como o Rio Pardo atua de maneira ambivalente na vida dos moradores: ao mesmo tempo em que constitui elemento estruturante da ocupação urbana e da memória local, converte-se em fator permanente de vulnerabilização social, associado ao risco ambiental, à precariedade habitacional e à ausência de reconhecimento institucional. As narrativas dos participantes revelam que a experiência cotidiana de viver às margens do rio é atravessada por sentimentos de pertencimento e resignação, evidenciando que a marginalização social não elimina os vínculos com o território, mas os reconfigura sob condições adversas.

Dessa forma, este capítulo propõe uma leitura integrada dos processos históricos de urbanização, das práticas cotidianas e das experiências subjetivas dos moradores ribeirinhos, buscando demonstrar como a marginalização social se constrói e se reproduz no espaço urbano. Ao analisar a relação entre desigualdade, identidade territorial e atuação do Estado, ele contribui para compreender de que modo o território das margens do Rio Pardo se configura como um espaço de vida marcado por contradições, no qual pertencimento e exclusão coexistem, moldando profundamente a forma como os sujeitos se percebem e projetam seu futuro.

A análise dos componentes socioculturais em uma determinada sociedade demonstra a configuração resultante das práticas de pertencimento social. Consequentemente, a busca pelo desenvolvimento compreendido por sua abordagem interdisciplinar é amplificada, pois procura abordar a estrutura do território através dos diversos segmentos, como o social, o cultural, o ambiental e o econômico. A cultura, como uma organização, reflete uma identidade coletiva que sustenta o conceito de território sendo construída a partir do mesmo. Neste contexto, a identidade territorial e seus signos distintivos perpassam pelos processos de comunicação (Carniello et al, 2024).

Visto que a cidade de Ibatiba, assim como a região do Espírito Santo, tem sua população formada a partir de migrantes, faz-se importante contextualizar o papel da migração na formação da identidade local. Para Haesbaert (2005), a noção de que migrar para outros territórios implica na perda de um lugar não cabe no contexto mais

recente, uma vez que, como um ser multifacetado, o ser humano vivencia experiências distintas e influenciadas por cada experiência vivida, seja física ou emocionalmente. Nesse sentido, a ideia de território se expande para além de uma localização específica.

Ao analisar essa forma de interpretar a identidade das pessoas que migram para outras regiões com a história de cada participante, nota-se que morar às margens do rio Pardo não foi uma escolha cultural ou de valorização do elemento natural. Por outro lado, não houve entre os participantes dados que permitissem afirmar que a opção pelas margens do rio Pardo foi por questões financeiras ou de irrigação.

Nas palavras de Marandola Junior e Dal Gallo (2010), a migração é um fenômeno complexo e que considera múltiplas faces. Como resultado, a compreensão em relação ao que significa ser migrante, os processos envolvidos e as consequências identitárias não pode se fechar em uma única perspectiva de análise. Em resumo, “a migração é um fenômeno que envolve tanto a materialidade quanto a produção social e a corporeidade, necessitando destes três polos para ser compreendido” (Marandola Junior; Dal Gallo, 2010, p. 408-409).

Enquanto elemento marcante da cultura de um grupo, a identidade desempenha um papel relevante quando a questão em análise é o comportamento e a percepção de um grupo em determinada localidade. Sobre esse assunto, Pollice (2010) afirma que, por ser resultado de aspectos socioculturais, a identidade tende a despertar o interesse da geografia ao refletir sobre questões territoriais e sobre sua influência na determinação, das modificações estruturais, nas relações e no sentido atribuído ao espaço geográfico. Neste sentido, pode-se afirmar que a identidade pode ser analisada à partir de uma dupla perspectiva: como consequência e como uma causa dos processos de territorialização.

No que se refere ao povoamento do interior do atual estado do Espírito Santo, Franco (2015) observa que houve o crescimento urbano foi impulsionado por fluxos migratórios internos, pela expansão da agropecuária e pela busca por oportunidades econômicas, sem que houvesse planejamento urbano capaz de orientar a ocupação do solo. Logo, áreas ambientalmente vulneráveis, como margens de rios, passaram a ser habitadas como solução informal para a demanda de acomodação dos imigrantes,

contribuindo para reproduzir em escala local o padrão nacional de urbanização excludente. Este modelo de povoamento imprimiu características que influenciam na cultura local e se constituem um fator de formação da identidade territorial local.

3.1 A IDENTIDADE TERRITORIAL COMO UM REFLEXO DOS PROCESSOS DE OCUPAÇÃO, DAS VIVÊNCIAS LOCAIS E DAS RELAÇÕES SOCIAIS

O planejamento urbano, enquanto instrumento de ordenamento do território, deveria orientar a ocupação do solo de forma a compatibilizar crescimento urbano, preservação ambiental e qualidade de vida da população. No entanto, no contexto brasileiro, esse planejamento historicamente operou de maneira fragmentada e desigual, privilegiando áreas centrais e economicamente valorizadas em detrimento das periferias e das zonas ambientalmente sensíveis. Alvim (2008) destaca que a ausência de articulação entre políticas urbanas e ambientais resulta na ocupação de áreas impróprias à moradia, como margens de rios e áreas de mananciais, convertendo esses espaços em territórios de risco permanente.

No que se refere à ocupação do interior do Espírito Santo, Franco (2015) destaca a presença de imigrantes europeus (italianos, alemães, pomeranos, poloneses, holandeses, suíços, luxemburgueses, belgas e franceses), além de libaneses e chineses, os quais desempenharam um papel significativo na formação da população e da cultura local. Entre a população brasileira, o desenvolvimento do município se deu a partir da migração de moradores originários de Minas Gerais e do Rio de Janeiro para a região.

De acordo com Guimarães (2020), a presença de imigrantes italianos na região serrana do Espírito Santo e a proximidade com a região do Caparaó intensificaram a presença do movimento tropeiro na região capixaba. A derrubada das matas e o acesso a este território viabilizou a circulação desse grupo, o qual contribuiu para a expansão da produção cafeeira. Nesse contexto, além do uso de estradas precárias, os rios navegáveis se tornaram uma rota de fácil acesso aos portos.

A necessidade de escoar a produção e trocar mercadorias com outras localidades, conferiu ao movimento tropeiro uma importância fundamental para a história de Ibatiba e das demais localidades brasileiras, visto que esse grupo desempenhava um papel

de conexão entre o interior e a capital (Alгатão, 2015). Tal relevância pode ser percebida nos movimentos políticos e sociais que visam fortalecer esse aspecto da história de Ibatiba e do Espírito Santo.

Especificamente em relação à história do município de Ibatiba, como ocorreu na ocupação do interior do Espírito Santo, percebe-se uma presença consistente da exploração agropecuária e plantações de café. Entre as diferentes nacionalidades que compõem as origens da população local, Guimarães (2020) destaca a presença de italianos, libaneses e imigrantes oriundos das regiões do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Embora a região tenha sido ocupada ao longo das décadas, a formação dos centros urbanos impactou em um cenário muito característico de boa parte dos centros urbanos brasileiros: a ausência de planejamento urbano, principalmente em áreas ribeirinhas. Nestas localidades, a urbanização desacompanhada por uma infraestrutura adequada intensifica a exposição das populações a eventos hidrológicos extremos, como enchentes e alagamentos recorrentes. Castro e Alvim (2022) argumentam que a impermeabilização do solo, a supressão de áreas de várzea e a canalização inadequada dos cursos d'água comprometem a dinâmica natural dos rios urbanos, ampliando os impactos das chuvas sobre as áreas ocupadas. Nesse sentido, o risco não é apenas um fenômeno natural, mas uma construção social produzida pela forma como o território é ocupado e gerido.

A relação entre urbanização precária e vulnerabilidade socioambiental revela que os impactos dos eventos extremos não se distribuem de maneira homogênea no espaço urbano. Santos (2015) evidencia que grupos socialmente vulneráveis tendem a residir em áreas com menor oferta de infraestrutura, maior exposição a riscos ambientais e menor capacidade de resposta frente a desastres. Essa configuração reforça ciclos de pobreza e precarização, uma vez que perdas materiais recorrentes dificultam a reprodução social das famílias residentes nessas áreas.

A dinâmica acima evidencia a dimensão da injustiça socioambiental presente nos processos de urbanização. Para Porto-Gonçalves (2012), a injustiça ambiental se manifesta quando determinados grupos sociais são sistematicamente expostos a riscos e danos ambientais, enquanto outros usufruem dos benefícios do

desenvolvimento urbano. No caso das áreas ribeirinhas, a degradação ambiental e a precarização das condições de vida não são efeitos colaterais do crescimento urbano, mas resultados diretos de escolhas políticas e econômicas que hierarquizam os territórios.

A atuação do Estado, nesse contexto, revela-se ambígua. Embora a legislação urbana e ambiental brasileira reconheça a necessidade de proteger áreas de preservação permanente e garantir o direito à cidade, sua implementação é marcada por omissões e seletividades. Effgen e Mazine (2020) apontam que a política ambiental urbana no Brasil frequentemente opera de forma reativa, concentrando-se em ações pontuais e emergenciais, em vez de promover intervenções estruturais capazes de alterar o padrão de ocupação e reduzir a vulnerabilidade socioambiental.

No caso das margens do Rio Pardo, os relatos dos moradores, como mostra o Quadro 8, indicam que a ausência de políticas públicas estruturantes contribui para a naturalização do risco e para a responsabilização individual dos sujeitos pelos impactos sofridos. Para eles, a presença do Estado e de políticas públicas é ineficiente. Essa percepção dialoga com Pedrini et al (2022) no que se refere à noção de que a gestão inadequada da drenagem urbana e a falta de manutenção de bueiros, galerias pluviais e leitos fluviais ampliam a suscetibilidade das áreas urbanas a alagamentos, sobretudo em territórios ocupados de forma desordenada. Assim, o risco deixa de ser um evento excepcional e passa a integrar o cotidiano da população.

Quadro 8: Avaliação da atuação das autoridades públicas nas áreas às margens do rio Pardo

Participante	Respostas
Carla	“Ruim, os órgãos públicos não dão assistência, considera ruim e precária”
Mariana	“Dão suporte sempre que precisam”
Paulo	“Suporte nenhum, as pessoas que moram nessa localidade são deixadas de lado, os pequenos são largados por serem mais pobres e morarem mais isolados e em localidades mais pobres.”
Rita	“Muito ruim, a coleta não é feita adequadamente, e as pessoas vem de outros bairros e jogam lixo aqui na rua por ser mais isolada, inclusive jogam na beira do rio, colocam fogo no lixo perto do rio, enfim não temos quase nenhum suporte, acostumamos viver com essas dificuldades.”
Nilma	“Ruim, as autoridades deveriam olhar mais para a pobreza, principalmente o prefeito, entra um sai outro e nada é feito.”

Nadir	“Médio, poderia dar mais assistência. Mais fiscalização dos órgãos públicos, tanto os pobres quanto os ricos ainda continuam construindo na beira do rio.”
Jonas	“Péssima, não tem nenhum tipo de assistência por parte do poder público, a não ser em período de eleição quando eles vêm pedir votos.”
Antonio	“Ruim, não dão nenhuma assistência, geralmente só aparecem na época das eleições.”
João	“Antigamente sim, a prefeitura dragava o rio e isso ajudava, mas é até difícil entrar com uma máquina para fazer a limpeza do córrego devido a grande quantidade de casa próximas ao rio.”
Júlio	“Ruim, única vez que teve recurso após a enchente ,por perder os móveis e estragar a casa, foi em 2024, receberam um valor em dinheiro para comprar e recuperar as coisas que foram estragadas pela grande enchente que teve na época.”

Fonte: elaborado pelo autor

A vulnerabilidade à qual os moradores das margens do rio Pardo estão expostos influencia no mercado imobiliário da região e na segurança da localidade, desvalorizando os imóveis e dificultando a venda de imóveis, como mostram as falas de alguns entrevistados.

Quadro 9: Relação entre degradação ambiental e qualidade de vida às margens do rio Pardo

Participante	Respostas
Carla	“Acabaram os peixes, poucas árvores.”
Mariana	“O rio está cada dia mais apertado e sem espaço para escoar a água e com isso o meio ambiente fica prejudicado, a água não tem vazão.”
Paulo	“Descuido e falta de acesso a serviços básicos.”
Rita	“Tem pessoas e crianças que têm alergias a esses odores. Fedem muito e isso acaba causando essas doenças alérgicas e respiratórias, a falta de lazer, porque o rio já foi um ponto de encontro das pessoas no final das tardes para baterem papo.”
Nilma	“Há alguns anos o leito do rio foi mudado de curso, obra feita na época para que as pessoas pudessem construir suas casas, hoje essa área aterrada, é seriamente afetada pela enchente.”
Nadir	“Água suja, cheia de lixo que os próprios moradores da localidade jogam e moradores de outros bairros.”
Jonas	“Degradando a cada dia mais rio, que está praticamente sem vida, devido a desorganização e ocupação das casas praticamente dentro do rio, tudo se joga no rio, muito lixo, não tem peixes, cobra se mais impostos e não fazem nada, cobram a taxa de esgoto, mas ainda tem redes de esgoto sendo jogadas no rio.”
Antonio	“O lixo que é jogado no rio, restos de construção, de carros”
João	“Mesmo que o esgoto seja tratado a pouco tempo, tem mal cheiro, alguns insetos, como baratas, ratos são bem comum de serem vistos nessas redondezas.”

Fonte: elaborado pelo autor

Nesse sentido, não se pode interpretar a permanência das populações nas margens do Rio Pardo como mera escolha voluntária, apesar dos riscos e da precarização envolvidos. É necessário considerar a possibilidade desse quadro ser resultado das limitações impostas pelo mercado imobiliário e pela ausência de políticas habitacionais inclusivas.

Lefebvre (2006) argumenta que o direito à cidade implica o acesso equitativo aos benefícios da urbanização, incluindo moradia digna, infraestrutura e segurança ambiental. A negação desse direito às populações ribeirinhas reforça processos de marginalização territorial e fragiliza a construção de identidades coletivas positivas, marcadas pelo reconhecimento e pela dignidade.

3.2 O DESENVOLVIMENTO URBANO E SEUS EFEITOS NA QUALIDADE DE VIDA DOS MORADORES DAS MARGENS DO RIO

O desenvolvimento urbano, quando orientado prioritariamente por uma racionalidade econômica e desvinculado das dimensões sociais e ambientais, tende a produzir cidades marcadas por profundas desigualdades territoriais. No contexto brasileiro, esse modelo de urbanização consolidou-se historicamente a partir da valorização seletiva do solo urbano, direcionando investimentos públicos e privados para áreas específicas, enquanto outras foram relegadas à precariedade. Santos (2015) argumenta que esse padrão de crescimento resulta na concentração de populações socialmente vulneráveis em áreas ambientalmente frágeis, onde a ausência de infraestrutura básica compromete diretamente a qualidade de vida.

A ocupação de margens de rios urbanos configura-se como uma das expressões mais evidentes desse processo. Simas e Rodrigues (2020) destacam que essas áreas, por apresentarem menor valor imobiliário e maior permissividade à ocupação irregular, tornam-se espaços preferenciais para a instalação de moradias precárias. Tal dinâmica expõe os moradores a riscos hidrológicos recorrentes, além de agravar problemas sanitários decorrentes da ausência de sistemas adequados de esgotamento sanitário e drenagem urbana, afetando diretamente a saúde física e ambiental das populações ribeirinhas.

No município de Ibatiba, a ocupação das margens do Rio Pardo evidencia os efeitos concretos desse modelo de desenvolvimento urbano excludente. Os relatos dos moradores (Quadro 10) indicam que a falta de saneamento básico constitui um dos principais fatores de degradação das condições de vida. Mariana, uma das entrevistadas, descreve perdas materiais frequentes em períodos de cheia, associadas à elevação do nível do rio e ao retorno de águas contaminadas para o interior das residências, revelando a precariedade das condições habitacionais e a exposição contínua a riscos sanitários.

Quadro 10: Relação entre qualidade de vida e planejamento urbano às margens do rio Pardo

Participante	Respostas
Carla	“Falta assistência e incentivo a comunidade que vive nessa localidade”
Mariana	“Influência, depois que o último prefeito melhorou a ponte do rio que era pequena e apertada, com o aumento da ponte, deu mais vazão para a água da chuva escoar.”
Paulo	“Por mais que hoje as coisas estejam melhores que antigamente, ainda precisa melhorar muita coisa.”
Rita	“Não tem assistência do poder público, tudo para nós que moramos nessa localidade é mais difícil, a gente acostumou viver largado.”
Nilma	“Ruas irregulares, falta de tratamento de esgoto, os bueiros são muito ruins e entopem com facilidade e água acaba voltando, os bueiros que mais contribuem para a água encher a rua, pois não são limpos.”
Nadir	“Falta arrumar esgoto. Por exemplo: fizeram a canalização de esgoto de algumas casas, mas a grande maioria ainda é jogado no rio.”
Jonas	“Se tivesse sido projetada a rua, com rede de esgoto, sinalização, melhor calçamento nas ruas para melhor escoar a água.”
Antonio	“Não tem incentivo do município e são pessoas mais simples e acomodadas, sempre ganham cesta básica e acabam vivendo dessa forma, e sem fiscalização para verificar quem realmente precisa desses benefícios, são pessoas acomodadas e sem perspectiva de futuro.”
João	“As pessoas não têm conforto e são sujeitas a viver situação precária por falta de assistência do poder público, um olhar mais humano.”
Júlio	“Tudo aqui é de qualquer maneira, as pessoas já se acostumaram a viver com dificuldade, só aparece alguém na época de política, tirando isso ficamos largados aqui.”

Fonte: elaborado pelo autor

O rio Pardo, na localidade de Ibatiba, corta os seguintes bairros: Trocate, Lacerda Sodré de Assis, São Sebastião, Floresta I, Boa Esperança, Centro, Bela Vista, Novo

Horizonte e Soniter. Desde 2010, suas cheias têm se tornado cada vez mais comuns, como relata o Plano de Contingência Municipal (Ibatiba, 2023).

Figura 4: Registros da enchente de 2010



Fonte: Ibatiba (2023)

A dimensão da insegurança urbana também emerge de forma recorrente nos depoimentos. Jair, um dos entrevistados, menciona a ausência de iluminação pública adequada e a insuficiência do policiamento como fatores que intensificam o sentimento de vulnerabilidade no cotidiano. Essa realidade reforça a compreensão de que a qualidade de vida urbana não se restringe às condições ambientais, mas envolve igualmente a garantia de segurança, mobilidade e acesso a serviços públicos essenciais, aspectos diretamente relacionados à atuação do poder público.

A centralidade do Estado na produção dessas desigualdades territoriais é amplamente discutida por Effgen e Mozione (2020), que apontam que a atuação fragmentada e descontinuada das políticas urbanas contribui para a consolidação de áreas marginalizadas. Segundo os autores, a ausência de intervenções estruturantes e de longo prazo favorece a permanência de situações de precariedade, nas quais a presença estatal se manifesta apenas de forma emergencial ou paliativa, sem enfrentar as causas estruturais da vulnerabilidade socioambiental.

A fragilidade do planejamento urbano integrado constitui outro elemento fundamental para compreender a ocupação de áreas pouco saudáveis. Alvim et al. (2015) destacam que a dissociação entre políticas de uso do solo, habitação, saneamento e

gestão ambiental compromete a eficácia das ações públicas, permitindo a consolidação de ocupações em áreas de risco. Essa desarticulação institucional resulta em territórios onde a degradação ambiental e a precarização social se reforçam mutuamente. Em Ibatiba, documentos e relatórios públicos relatam que a expansão da área urbana de forma não planejada, como mostra a figura 5.

Figura 5: Trecho do Plano Municipal de Saneamento Básico e Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

DRENAGEM URBANA E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS URBANAS	
Prestador do serviço público	Prefeitura Municipal – Secretaria de Obras
Cobertura da microdrenagem na área urbana	17%
Expansão da área urbana	Sem planejamento /desordenado
Impermeabilização do solo	Constante e ausente de regras
Inundações bruscas	3 inundações bruscas entre 1991 e 2010
Inundações graduais	0 inundações graduais entre 1991 e 2010
Preservação de áreas de preservação permanente (APP)	Ações inexistentes ou pouco eficientes
Macro drenagem	Canal de macro drenagem
Existência de Plano Diretor de drenagem	Não
Sensibilização e educação ambiental	Somente para atendimento à Lei nº 9.795/99 – que dispõe sobre a educação ambiental no ensino formal

Fonte: Ibatiba (2018)

Do ponto de vista normativo, a responsabilidade estatal na garantia do direito à cidade e ao meio ambiente equilibrado encontra respaldo em diversos instrumentos legais. Vasconcelos (2015) argumenta que o planejamento urbano deveria operar como mecanismo de promoção da justiça social, assegurando condições dignas de moradia e proteção ambiental para toda a população. No entanto, a distância entre o arcabouço legal e sua efetiva implementação evidencia a fragilidade das políticas públicas no enfrentamento das desigualdades socioespaciais.

Essa contradição entre norma e realidade é reforçada por Souza e Lima (2022), ao afirmarem que a persistência de populações em áreas ambientalmente degradadas não decorre de escolhas individuais, mas da ausência de alternativas habitacionais viáveis. No caso dos moradores das margens do Rio Pardo, a permanência no

território ocorre apesar das condições adversas, revelando um processo de marginalização urbana que compromete não apenas a qualidade de vida material, mas também o reconhecimento social e institucional desses sujeitos.

O Rio Pardo exerce influência direta na conformação da identidade da comunidade ribeirinha, atuando como elemento estruturante das relações entre espaço, práticas sociais e qualidade de vida. A presença do rio no cotidiano não se restringe à dimensão ambiental, mas atravessa aspectos simbólicos, culturais e afetivos que moldam a forma como os moradores percebem e vivenciam o território. Essa centralidade faz com que o rio se configure como um referencial identitário, mesmo em contextos marcados pela degradação socioambiental.

A compreensão dessa relação exige considerar os impactos da modernidade sobre a forma como a sociedade se relaciona com a natureza. Latour (1994) argumenta que o projeto moderno instituiu uma separação artificial entre sociedade e natureza, tratando os elementos naturais como objetos passíveis de controle técnico e exploração. Essa lógica contribuiu para a transformação dos rios urbanos em infraestruturas funcionais (canais de escoamento, receptores de resíduos) dissociadas de seus significados sociais e ecológicos, comprometendo sua integração à vida comunitária. Esta realidade está presente nas respostas dos entrevistados, principalmente quando eles relatam os efeitos decorrentes da ausência de políticas públicas voltadas para os cuidados com o rio Pardo.

No campo da reflexão ambiental, Leff (2001) destaca que a racionalidade moderna promoveu uma visão fragmentada da natureza, subordinando os sistemas ecológicos às exigências do crescimento econômico. Essa perspectiva resultou na degradação dos rios urbanos e na ruptura das relações simbólicas entre população e ambiente natural. No caso das populações ribeirinhas, essa ruptura se manifesta na coexistência entre dependência do rio e sofrimento decorrente de sua contaminação e instabilidade ambiental.

Os dados empíricos evidenciam que os moradores possuem consciência dos impactos ambientais associados à degradação do Rio Pardo, ainda que suas práticas cotidianas estejam condicionadas por limitações estruturais. Antônio, um dos entrevistados, reconhece que o descarte inadequado de resíduos contribui para a

poluição do rio, demonstrando uma percepção crítica sobre a problemática ambiental. No entanto, sua fala revela também a ausência de alternativas concretas para o manejo adequado do lixo no território, evidenciando a fragilidade das políticas públicas locais.

Essa condição é reforçada no relato de João, outro participante, quando ele aponta a inexistência de serviços regulares de coleta e orientação ambiental como fatores que dificultam a adoção de práticas sustentáveis. Essa situação dialoga com Leff (2016), ao evidenciar os limites de uma racionalidade ambiental que transfere a responsabilidade pela sustentabilidade aos indivíduos, sem garantir as condições materiais e institucionais necessárias para a transformação efetiva das práticas sociais.

Apesar da degradação ambiental, o rio permanece como um referencial simbólico fundamental na memória e na identidade da comunidade. Rita, mais uma entrevistada, menciona que, em períodos anteriores, o Rio Pardo era utilizado como espaço de lazer e convivência, especialmente para banhos e encontros comunitários. Esse relato revela a persistência de vínculos afetivos com o rio, mesmo diante das transformações negativas ocorridas ao longo do processo de urbanização.

Paulo reforça essa dimensão memorial ao recordar o uso recreativo do rio como parte da vida cotidiana da comunidade. Essas memórias coletivas desempenham papel central na construção da identidade local, pois permitem que o rio continue a operar como referência simbólica, ainda que sua materialidade esteja comprometida. Nora (1993) destaca que esses registros do passado constituem lugares de memória, capazes de sustentar identidades coletivas mesmo em contextos de perda ou descaracterização do espaço físico.

Nesse contexto, a sustentabilidade emerge como elemento fundamental para a ressignificação da relação entre comunidade e rio. Porto-Gonçalves (2012) argumenta que a superação dos conflitos socioambientais exige uma mudança paradigmática na forma de compreender o território, reconhecendo a inseparabilidade entre natureza, cultura e política. Essa perspectiva implica superar a visão do rio como obstáculo ou problema urbano e reconhecê-lo como parte constitutiva da vida social.

Escobar (2016) aprofunda essa discussão ao defender a valorização dos saberes locais e das experiências das populações tradicionais e ribeirinhas na construção de alternativas ao modelo hegemônico de desenvolvimento. Para o autor, a sustentabilidade não pode ser reduzida a soluções técnicas, devendo incorporar as dimensões culturais, identitárias e territoriais dos sujeitos que habitam esses espaços.

No contexto de Ibatiba, essa abordagem implica compreender o Rio Pardo como um sujeito do território, cuja recuperação está intrinsecamente vinculada à melhoria da qualidade de vida e ao fortalecimento da identidade comunitária. A articulação entre sustentabilidade, memória e justiça socioambiental revela-se, assim, condição essencial para a reconstrução das relações entre população ribeirinha, rio e cidade, apontando para a necessidade de políticas públicas integradas e sensíveis às dinâmicas locais.

O conjunto das análises desenvolvidas neste capítulo evidencia que a ocupação desordenada das margens do Rio Pardo em Ibatiba deve ser compreendida como resultado de processos históricos de urbanização desigual, nos quais o território é produzido de forma seletiva, gerando espaços marcados simultaneamente por pertencimento e marginalização.

A identidade territorial dos moradores ribeirinhos emerge, nesse contexto, como uma construção relacional, forjada na interação contínua entre espaço vivido, memória coletiva e experiências cotidianas, conforme indicam Haesbaert (2004) e Chelloti (2010). Ainda que permeada por precariedades materiais e simbólicas, essa identidade revela vínculos afetivos profundos com o território, sustentados pela permanência, pela convivência comunitária e pela história compartilhada no espaço ribeirinho.

Entretanto, a forma como o desenvolvimento urbano se consolidou em Ibatiba contribuiu para a fragilização dessas identidades. A expansão urbana orientada por uma lógica econômica excludente, conforme analisado por Siqueira (2009), deslocou parcelas da população para áreas ambientalmente frágeis, como as margens do rio, sem a devida provisão de infraestrutura, saneamento e serviços públicos. Esse processo resultou em condições de vida marcadas pela exposição a riscos hidrológicos, insegurança, perdas materiais recorrentes e ausência de políticas

preventivas, elementos amplamente discutidos na literatura sobre vulnerabilidade socioambiental (Santos, 2015; Simas; Rodrigues, 2020). Os relatos dos moradores reforçam essa leitura ao evidenciarem a distância entre o discurso normativo do direito à cidade e ao meio ambiente equilibrado e a realidade concreta vivida pelas populações ribeirinhas.

Nesse cenário, o Estado assume papel central na produção das desigualdades socioespaciais. A atuação fragmentada e pontual do poder público, conforme discutido por Effgen e Mazine (2020), contribui para a consolidação de territórios marginalizados, nos quais a presença estatal se manifesta de forma insuficiente, sobretudo no que se refere ao saneamento, à drenagem urbana e à segurança. Essa ausência institucional aprofunda processos de estigmatização social, produzindo uma negação simbólica do território vivido, conforme argumenta Lima (2021), e impactando diretamente a forma como os moradores percebem a si mesmos e o lugar que ocupam na cidade.

Ao mesmo tempo, o Rio Pardo permanece como elemento estruturante da identidade comunitária, mesmo em um contexto de degradação ambiental. As memórias associadas ao uso recreativo e à sociabilidade nas margens do rio, mobilizadas pelos moradores, funcionam como referências simbólicas que sustentam a identidade coletiva, conforme proposto por Nora (1993). Contudo, a relação contemporânea com o rio é atravessada por contradições próprias da modernidade, que instituiu uma racionalidade instrumental sobre a natureza, transformando os rios urbanos em objetos funcionalizados e degradados (Latour, 1994; Leff, 2001). A consciência ambiental demonstrada pelos moradores revela os limites de uma responsabilização individual desvinculada de políticas públicas estruturantes, conforme discutido por Leff (2016).

A articulação entre teoria e empiria desenvolvida ao longo do capítulo foi sistematizada no quadro-síntese a seguir (Quadro 11), o qual relaciona os principais autores mobilizados, as categorias analíticas centrais e as evidências empíricas extraídas das entrevistas realizadas com os moradores ribeirinhos do Rio Pardo:

Quadro 11: Síntese analítica entre referenciais teóricos e evidências empíricas

Autor(a)	Categoria analítica	Contribuição teórica	Evidências empíricas
Haesbaert (2004)	Identidade territorial	O território como construção material e simbólica, marcada por pertencimento, afetividade e poder.	Moradores relatam forte vínculo com o local apesar da precariedade, evidenciando pertencimento mesmo em contexto de estigmatização (Regina e Nilma).
Siqueira (2009)	Urbanização desigual	Processo seletivo de expansão urbana que empurra populações vulneráveis para áreas frágeis.	Ocupação das margens do Rio Pardo por famílias sem acesso ao mercado formal de habitação.
Santos (2015)	Vulnerabilidade socioambiental	Relação entre fragilidade ambiental e vulnerabilidade social na produção dos riscos.	Relatos recorrentes de enchentes, perdas materiais e insegurança sanitária (Maria e Jair).
Alvim et al (2015)	Planejamento urbano fragmentado	Falta de integração entre políticas urbanas, ambientais e sociais.	Ausência de saneamento, drenagem inadequada e falta de manutenção urbana nas margens do rio.
Effgen e Mozine (2020)	Atuação do Estado	Presença estatal insuficiente na consolidação de áreas marginalizadas.	Falta de policiamento, iluminação e serviços públicos regulares (João e Jair).
Latour (1994)	Modernidade e natureza	Separação moderna entre sociedade e natureza, com instrumentalização dos sistemas naturais.	Transformação do rio em espaço degradado e funcionalizado, dissociado da vida comunitária.
Leff (2001; 2016)	Racionalidade ambiental	Crítica à responsabilização individual sem suporte estrutural.	Reconhecimento da degradação ambiental, mas ausência de alternativas práticas para ações sustentáveis (Alexandre; João Dionísio da Silveira).
Nora (1993)	Memória coletiva	Lugares de memória como estruturantes da identidade coletiva.	Lembranças do uso recreativo e social do rio no passado (Regina e Paulo).
Porto-Gonçalves (2012)	Ecologia política	Integração entre território, saberes locais e justiça socioambiental.	Necessidade de repensar o rio como elemento vivo do território, e não apenas como problema urbano.
Escobar (2016)	Alternativas ao desenvolvimento	Valorização dos saberes locais e das experiências territoriais.	Demandas implícitas por reconhecimento, dignidade e políticas sensíveis às vivências ribeirinhas.

Fonte: elaborado pelo autor

A síntese apresentada reforça que a marginalização das populações ribeirinhas em Ibatiba não se limita a uma condição espacial, mas envolve processos simbólicos, políticos e socioambientais que impactam diretamente a identidade, a qualidade de vida e o reconhecimento social desses sujeitos. Assim, o capítulo evidencia a necessidade de repensar as políticas urbanas e ambientais a partir de uma perspectiva integrada, capaz de superar a fragmentação institucional, reconhecer o Rio Pardo como elemento vivo do território e valorizar as experiências e os saberes das populações ribeirinhas como parte fundamental da construção de alternativas sustentáveis e socialmente justas.

A análise desenvolvida ao longo deste capítulo permite afirmar que a marginalização social vivenciada pelos moradores das margens do Rio Pardo, em Ibatiba, não é resultado de escolhas individuais isoladas, mas de um processo histórico de urbanização marcado pela desigualdade estrutural e pela ausência de políticas públicas integradas. Conforme evidenciado, a ocupação desordenada dessas áreas constitui uma expressão local de um padrão mais amplo de urbanização excludente, no qual determinados territórios são sistematicamente destinados à precariedade, ao risco e à invisibilidade institucional.

Os processos históricos de formação urbana do município, fortemente influenciados por fluxos migratórios, pela expansão agropecuária e pela ausência de planejamento territorial efetivo, contribuíram para a consolidação de áreas ribeirinhas como espaços de acolhimento informal da população socialmente vulnerabilizada.

Nesse contexto, as margens do Rio Pardo foram incorporadas ao tecido urbano sem a devida provisão de infraestrutura, saneamento, habitação adequada e serviços públicos essenciais, produzindo um território marcado pela vulnerabilidade socioambiental e pela estigmatização social.

Essa configuração territorial impacta diretamente as experiências cotidianas dos moradores. A recorrência de enchentes, a precariedade do saneamento, a insegurança urbana e a degradação ambiental do rio não apenas comprometem a qualidade de vida material, mas também moldam a forma como os sujeitos percebem a si mesmos e o lugar que ocupam na cidade. As narrativas coletadas revelam a naturalização do risco e da precariedade como parte do cotidiano, evidenciando um

processo de adaptação forçada às condições adversas impostas pela ausência do Estado e pela seletividade das políticas urbanas.

Ao mesmo tempo, o capítulo demonstrou que a marginalização territorial não implica a ruptura total dos vínculos com o espaço vivido. A identidade territorial dos moradores ribeirinhos se constrói de maneira ambivalente, articulando sentimentos de pertencimento, memória e afetividade com experiências de exclusão, insegurança e desvalorização simbólica.

O Rio Pardo, apesar de sua degradação, permanece como elemento estruturante da memória coletiva e da identidade comunitária, funcionando como referência simbólica que sustenta laços sociais e sentidos de pertencimento, ainda que sob condições profundamente adversas.

A ausência de políticas públicas integradas emerge, portanto, como elemento central na reprodução da marginalização social. A atuação fragmentada e predominantemente reativa do poder público, concentrada em ações pontuais e emergenciais, contribui para a manutenção das desigualdades socioespaciais e para a responsabilização individual dos moradores pelos problemas enfrentados. Essa dinâmica reforça processos de desterritorialização simbólica, nos quais o território vivido passa a ser associado ao abandono, ao estigma e à negação de direitos, afetando diretamente o reconhecimento social e institucional dessas populações.

Dessa forma, o objetivo proposto para este capítulo foi alcançado ao evidenciar a interdependência entre urbanização excludente, atuação estatal, vulnerabilidade socioambiental e construção identitária. O território ribeirinho de Ibatiba se revela, assim, como um espaço de contradições, no qual pertencimento e exclusão coexistem e se tensionam, moldando profundamente as trajetórias de vida, as percepções e as expectativas de futuro de seus moradores.

Por fim, a análise aponta para a necessidade de superação desse modelo de produção do espaço urbano por meio de políticas públicas integradas, sensíveis às dinâmicas territoriais e às experiências das populações ribeirinhas. Reconhecer o Rio Pardo como elemento vivo do território e os moradores como sujeitos de direitos constitui condição fundamental para a reconstrução dos vínculos entre cidade, natureza e sociedade, abrindo possibilidades para a ressignificação do território e para

a construção de identidades coletivas ancoradas no reconhecimento, na dignidade e na justiça socioambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ocupação das margens do Rio Pardo não decorre de decisões individuais isoladas, mas de um processo histórico de produção desigual do espaço urbano. A expansão da cidade ocorreu de forma desarticulada do planejamento territorial e da proteção ambiental, direcionando populações socialmente vulneráveis para áreas ambientalmente frágeis, sem a devida provisão de infraestrutura urbana e serviços básicos. Assim, a vulnerabilidade observada não se configura como circunstancial, mas como expressão de uma lógica estrutural que organiza o acesso desigual ao solo urbano e distribui de forma seletiva riscos e oportunidades.

Ao longo da análise, a territorialidade se constituiu um elemento central para compreender essa realidade. Portanto, o território das margens do Rio Pardo não pode ser entendido apenas como suporte físico, mas como espaço socialmente produzido, no qual se articulam apropriação, pertencimento, memória, relações de poder e reconhecimento social.

Nesse contexto, a territorialidade ribeirinha apresenta um caráter ambíguo: ao mesmo tempo em que os moradores mantêm vínculos afetivos e históricos com o lugar, eles convivem com estigmatização, invisibilidade institucional e exposição permanente a riscos ambientais e sociais. Essa condição revela que o território é simultaneamente espaço de vida e espaço de desigualdade.

No que se refere às condições de vida, a vulnerabilidade socioambiental resulta da convergência entre precariedade urbana e degradação ambiental. As enchentes recorrentes, a poluição do rio, a insuficiência de saneamento e a ausência de políticas públicas integradas impactam diretamente o bem-estar físico, material e emocional dos moradores. A insegurança cotidiana, o medo constante de perdas e a limitação da mobilidade social demonstram que a qualidade de vida está profundamente condicionada pelas características territoriais e pela forma como o espaço urbano é produzido e governado.

A relação entre população e rio também revelou transformações significativas ao longo do tempo. O Rio Pardo, anteriormente associado ao lazer, à convivência e à sociabilidade comunitária, como expressou um dos participantes, passou a ser predominantemente identificado como fonte de risco, degradação e problema.

Outro aspecto de destaque foi a consciência parcial dos moradores em relação aos impactos ambientais que afetam o rio, reconhecendo práticas inadequadas de descarte de resíduos e seus efeitos. Contudo, esse reconhecimento encontra limites concretos nas condições materiais de existência e na ausência de políticas públicas consistentes. A responsabilização individual se revela insuficiente diante de um contexto estrutural marcado por desigualdade urbana e fragilidade institucional.

Do ponto de vista analítico, territorialidade e vulnerabilidade são categorias indissociáveis na compreensão das ocupações ribeirinhas urbanas. A territorialidade construída nas margens do rio Pardo expressa simultaneamente resistência simbólica, pertencimento e exclusão estrutural. Compreender essa articulação permite superar interpretações que naturalizam a precariedade e deslocar o debate para a dimensão política da produção do espaço urbano.

A superação das vulnerabilidades identificadas exige o reconhecimento da territorialidade ribeirinha como dimensão legítima da cidade. Isso implica a implementação de políticas públicas integradas que articulem planejamento urbano, saneamento, drenagem, habitação, segurança e educação ambiental, reconhecendo o rio como elemento constitutivo do território urbano de Ibatiba. A recuperação ambiental do Rio Pardo e a melhoria das condições de vida da população ribeirinha são processos interdependentes e demandam ações estruturais de longo prazo.

Por fim, a ocupação das margens do Rio Pardo é resultado de processos históricos de urbanização desigual que produzem territórios marcados por vulnerabilidade, mas também por pertencimento e identidade. Ao evidenciar a centralidade da territorialidade na compreensão dessas dinâmicas, o trabalho contribui para o debate sobre populações ribeirinhas urbanas e oferece subsídios para a formulação de políticas públicas orientadas pela equidade territorial e pela justiça socioambiental.

Como possíveis desdobramentos desta pesquisa, destaca-se, em primeiro lugar, a ampliação de estudos comparativos com outras cidades de pequeno e médio porte que apresentam ocupação ribeirinha semelhante, permitindo identificar padrões e especificidades regionais nos processos de urbanização desigual e marginalização socioambiental. Em segundo lugar, recomenda-se o aprofundamento de pesquisas interdisciplinares que articulem geografia, planejamento urbano, sociologia e estudos

ambientais, com foco na análise das políticas públicas locais e de seus impactos efetivos sobre a qualidade de vida das populações ribeirinhas. Outro desdobramento relevante refere-se à realização de pesquisas participativas, envolvendo diretamente os moradores das margens do Rio Pardo nos processos de diagnóstico, planejamento e avaliação de intervenções urbanas e ambientais. Essa abordagem pode contribuir para fortalecer o sentimento de pertencimento, ampliar o reconhecimento institucional dessas populações e promover soluções mais adequadas às dinâmicas locais. Além disso, estudos futuros podem investigar o papel da educação ambiental comunitária como estratégia de ressignificação da relação entre população e rio, desde que articulada a melhorias concretas na infraestrutura urbana. Por fim, este trabalho aponta para a possibilidade de que os resultados apresentados sirvam como subsídio para a formulação de políticas públicas locais, especialmente no âmbito do planejamento urbano e da gestão ambiental.

REFERÊNCIAS

ALEIXO, Alexandre; ALBERNAZ, Ana Luisa; GRELLE, Carlos Eduardo Viveiros; VALE, Mariana Mocassim; RANGEL, Thiago Fernando. Mudanças climáticas e a biodiversidade dos biomas brasileiros: passado, presente e futuro. *Natureza & Conservação*, v. 8, n.2, 2010.

ALMADA, V.P.F. **Estudos sobre estrutura agrária e cafeicultura no Espírito Santo**. Vitória: SPDC/Ufes, 1993.

ALVIM, Angélica Tanus Benatti. Políticas ambientais e urbanas em áreas de mananciais: interfaces e conflitos. *Cadernos Metrópole*, p. 143-164, 2008.

ALVIM, Angélica Tanus Benatti; KATO, Volia Regina Costa; ROSIN, Jeane Rombi de Godoy. A urgência das águas: intervenções urbanas em áreas de mananciais. *Cad. Metrop.*, v. 17, n. 33, p. 83-107, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2015-3304>.

ALVIM, Angélica Tanus Benatti. Água, território e sociedade: limites e desafios da gestão integrada das bacias hidrográficas na Região Metropolitana de São Paulo". In: APPURBANA 2007 - Seminário Nacional sobre o Tratamento de Áreas de Preservação Permanentes em Meio Urbano e Restrições Ambientais ao Parcelamento do Solo. São Paulo, Anais.... São Paulo, 2007.

BARBOSA, Cláudia Silva; CARVALHO, Nina Lavezzo; RENA, Natacha Silva Araújo. Vulnerabilidade socioambiental e planejamento urbano: rastreamento no Carste de Lagoa Santa/MG. *Interdisciplinar*, v.6, n.1, 2020.

CALMON, A. P. S.; SOUZA, J. C.; REIS, J. A. T.; MENDONÇA, A. S. F. Uso combinado de curvas de permanência de qualidade e modelagem da autodepuração como ferramenta para suporte ao processo de enquadramento de cursos d'água superficiais. **Revista Brasileira de Recursos Hídricos**, v. 21, n. 1, p. 118-133, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbrh/a/SfTdtm9LrKhj45VgRTHKc8h/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 1 ago. 2025.

CAMARGO, G. A. Ontologia e meio ambiente: questões éticas e ecológicas sobre filosofia e colonialismo. **Revista de Estudos Antiutilitaristas e Pós-coloniais**, v. 13, p. 1-19, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/realis/article/view/258646/45292>. Acesso em: 1 ago. 2025.

CAVALCANTI, C. **Economia ecológica e sustentabilidade**. 3. ed. São Paulo: Editora USP, 2003. Disponível em: <https://www.editoradausp.com.br/livro/economia-ecologica-e-sustentabilidade>. Acesso em: 3 set. 2024.

CARLOS, A.F.A. A "geografia crítica" e a crítica da geografia. In: **Colóquio Internacional de Geocrítica**, 9, 2007. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/9porto/anafani.htm>. Acesso em 3 set. 2024.

CARVALHO, F. C.; POUBEL, I. S. Emergência das questões ambientais na virada epistemológica: reflexões e tessituras sobre o sujeito da modernidade. **Revbea**, v. 10, n. 1, p. 84-93, 2015. Disponível em:

<https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/download/1869/1271/10596>. Acesso em: 1 ago. 2025.

CARVALHO, R. K. M. Colonialidade e extrativismo: existe direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado? **PerCursos**, v. 24, 2023. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/22855>. Acesso em: 1 ago. 2025.

CASTELL, M. **O poder da identidade**: a era da informação: economia, sociedade e cultura). Tradução Klauss B. Gerhardt. Prefácio de Ruth C. L. Cardoso. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Afonso Celso Vanoni de; ALVIM, Angélica Tanus Benatti. Urbanização e gestão de riscos hidrológicos em São Paulo. *Cad. Metrop.*, v. 24, n. 54, p. 669-695, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2022-5410>

CECCHIN, A. **Território e sustentabilidade**: uma abordagem ecológica da economia. rio de Janeiro: Editora FGV, 2017.

CHELOTTI, M.C. Reterritorialização e identidade territorial. **Sociedade & Natureza**, v.22, n.1, p.165-180, 2010.

COSTA, Franklin Roberto; SOUZA, Raquel Franco; SILVA, Sebastião Milton Pinheiro. Análise das vulnerabilidades natural e ambiental da bacia hidrográfica do rio Doce (RN). *Revista Geociências*, v.40, n.2, p. 459-475, 2021.

CUNHA, M. A.; RODRIGUES, L. M. O. Imigração: identidade e território numa concepção de pós-modernidade. **Cadernos CERU**, v. 30, n. 2, 2019. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ceru/article/view/169036/160293>. Acesso em: 1 ago. 2025.

DAS, V.; POOLE, D. Introdução. El Estado y sus márgenes: etnografías comparadas. **Revista Académica de Relaciones Internacionales**, n. 8, p. 1-39, 2008. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1_wMVBmYwZ_nCCTdSoCogJF0Wlp12-u-l/view. Acesso em: 6 jul. 2024.

EFFGEN, Marcio Valério; MOZINE, Augusto Cesar Salomão. A produção da política ambiental urbana no Brasil. *PONto-e-virgula*, n. 27, p. 33-44, 2020.

EFFGEN, Marcio Valério; MOZINE, Augusto Cesar Salomão. Expansão urbana e ambiente nas gestões municipais de Vila Velha - ES entre 2009-2016. *Cad. Metrop.*, v. 24, n. 55, p. 1123-1142, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2022-5512>

ESCOBAR, A. **Sentir-pensar com a Terra**: as epistemologias do Sul e o pluriverso. Tradução de Renata Teles. São Paulo: Elefante, 2016.

ENGELS, F. **Dialética da natureza**. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

FRANCO, S.P. **História do Espírito Santo**. Vitória: Universidade do Espírito Santo, Secretaria de Ensino a Distância, 2015.

GEORGESCU-ROEGEN, N. **The Entropy Law and the Economic Process**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1971.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDHAR, T.G.M. A construção do ser ambiental a partir da ética de responsabilidade relacional. **Interfaces Científicas**, v.4, n.2, p.69-78, 2016.

GONÇALVES, F.C.C. A paisagem como fenômeno e objeto de interesse público: com que direito? **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v.34, p. 99-116, 2015.

GORSKI, Maria Cecilia Barbieri; ALVIM, Angélica Tannus Benatti. Recuperação de rios urbanos: do planejamento às intervenções. In: *Projetar* 2009.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Diagnóstico socioeconômico da microregião Caparaó**. Vitória: Secretaria De Estado De Economia e Planejamento (SEP), 2005.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Plano Municipal de Redução de Risco Geológico e Plano Diretor de Águas Pluviais/Fluviais de Ibatiba**. Alfredo Chaves: Secretaria de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano, 2014.

Disponível em:

https://www.ibatiba.es.gov.br/uploads/files/PLANO_DE_CONTINGENCIA_MUNICIPAL_IBATIBA_ES-2.pdf. Acesso em: 1 ago. 2025.

GUIMARÃES, E.C.S.; MARTINELLI FILHO, N. **A viagem não acaba nunca: A memória tropeira como recurso para o ensino de Geografia**. Vitória: Instituto Federal do Espírito Santo, 2020.

Guimarães, E.C.S. **O fim de uma viagem é apenas o começo de outra: a memória tropeira como subsídio para a resignificação do ensino de geografia**. Dissertação (mestrado) – Instituto Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-graduação em Ensino de Humanidades, Vitória, 2020.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. Migração e desterritorialização. In: PÓVOA NETO, H.; FERREIRA, A. P. (Orgs.). *Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios*. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p. 35-46.

HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do Espírito**. São Paulo: Abril Cultural, 1977.

HENRIQUES, J.A; LEMOS, D.R.H; CARDOSO, A.L; DOUZA, F.F.G; MELO, M.M. Relação entre qualidade de água e aspectos socioeconômicos nos municípios de pequeno porte no sudeste do Brasil. In: 30 CONGRESSO ABES (Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental). **Anais [...]** Natal, Rio Grande do Norte, 2019.

HUFFNER, J.G.P.; OLIVEIRA, A.R.F. Crescimento urbano desordenado no município de Ponta de Pedras na Ilha de Marajó: um estudo de caso do bairro Carnapijó. **INTERESPAÇO: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, v.3, n.8, p.159-181.

IBATIBA. **Plano municipal de saneamento básico e plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos**. Ibatiba: Prefeitura de Ibatiba, 2018.

INGLEZ, I. S. S. **Aulas de campo como estratégia de integração entre espaços educativos não formais e escola**: o rio Pardo como local para abordar uma educação ambiental. 2018. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) – Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.

INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (INCAPER). **Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural - PROATER 2020-2023**: Ibatiba. Governo do Estado do Espírito Santo, Vitória, 2020.

INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (INCAPER). **Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural - PROATER 2020-2023**: Ibatiba. Governo do Estado do Espírito Santo, Vitória, 2020.

INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (INCAPER). **Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural: PROATER 2020-2023**. Governo do Estado do Espírito Santo, Vitória, 2020. Disponível em: <https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/ibatiba.pdf>. Acesso em 10 jul. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/ibatiba/panorama>. Acesso em 24 set. 2025.

KRENAK, A. **Um rio, um pássaro**. rio de Janeiro: Dantes Editora, 2023.

LEFEBVRE, H. O espaço social. In: _____. **A produção do espaço**. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Paris: Éditions, 1974. 4. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006. Disponível em: https://gpect.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/06/henri_lefevre-a-producao-do-espaço.pdf. Acesso em: 6 jul. 2024.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LEFF, E. **Ecologia e conhecimento**: a dimensão ambiental do desenvolvimento humano. Petrópolis: Vozes, 1999.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

LEFF, E. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. 4. ed. rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

LEMKE, Wilson Coimbra; FUCHS, Horst Vilmar; MOZINE, Augusto Cesar Salomão. Os limites da competência institucional dos municípios nas questões ambientais. In: XXI Congresso Alas, 2017.

LE VEN, Michel Marie; FARIA, Érika; MOTTA, Miriam Hermeto de Sá. História oral de vida: o instante da entrevista. *Varia Historia*, n.16, p.57-65, 1996.

LIMA, C. F. B. Do lugar ao não lugar: a não percepção do espaço e a crise de identidade na modernidade. **Revista Discente Ofícios de Clio**, v. 6, n. 11, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/CLIO/article/view/22141>.

MIGNOLO, W. D. **Histórias locais/projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. 5. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2005. Disponível em: <https://www.editorasulina.com.br/img/sumarios/313.pdf>. Acesso em: 3 set. 2024.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

ORLANDI, E.P. **Discurso, imaginário social e conhecimento**. Em Aberto, Brasília, ano 14, n. 61, p. 52-63, jan./mar. 1994.

ORLANDI, E.P. **Discurso e argumentação**: um observatório do político. Fórum Linguístico, Florianópolis, n. 1, p. 73-81, jul./dez. 1998.

ORLANDI, E.P. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 2007.

ORLANDI, E.P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 6. ed. Campinas: Pontes, 2006.

PAES, J.M. **Tropas e tropeiros na primeira metade do século XIX no Alto Sertão Baiano**. Dissertação (Mestrado em História) - UFBA, 2001.

PEDRINI, Marina Alves Ferraz; MANZATO, Gustavo Garcia; KAISER, Ilza Machado; PEIXOTO, Anna Silvia Pacheco. Metodologia para mapeamento de vulnerabilidade e risco de alagamento associado a eventos hidrológicos em ambiente urbano. Revista DAE, v. 70, n 234, p. 93-113, 2022.

PERA, Caroline Krobath Luz; BUENO, Laura Machado de Mello. Revendo o uso de dados do IBGE para pesquisa e planejamento territorial: reflexões quanto à classificação da situação urbana e rural. Cad. Metrop., São Paulo, v. 18, n. 37, p. 721-742, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2016-3705>

PLAS, P.; PONTE, V. S.; MUNIZ, E. S. A. O rio, ator do território amazônico. **Novos Cadernos NAEA**, v. 26, n. 1, p. 43-66, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/12074>. Acesso em: 1 ago. 2025.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A ecologia política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. **INTERthesis**, v. 9, n. 1, p. 16-50, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2012v9n1p16>. Acesso em: 1 ago. 2025.

QUARTO, S. A.; MARCONDI, R. C. S. J. **Do Rosário a Ibatiba**. Belo Horizonte: O Lutador, 2016.

RIBEIRO, R.S.; ROSA, T.C.S. Desenvolvimento do município de Ibatiba às margens do rio Pardo: efeitos da ocupação desordenada e prejuízos à população ribeirinha. Revista PPC: Políticas Públicas e Cidades, v.14, n.4, 2025.

ROTHBERG, Danilo. Comunicação para sustentabilidade, memória social e cidadania em projeto de pesquisa. **Líbero**, v. 18, n. 35, p. 133-144, 2015.

SCHNEIDER, T. R.; GUTERRES, D. S.; SILVA, L. A.; GARCIA, P. P.; LEON, O.; LEANDRO, D. Panorama sobre fragilidade e vulnerabilidade ambiental. CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 31., 2022, Pelotas. In. **Anais [...]**. Pelotas: UFPel, 2022. Disponível em: https://cti.ufpel.edu.br/siepe/arquivos/2022/MD_04967.pdf.

SANTOS, A. B. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu, 2023.

SANTOS, J. O. Relações entre fragilidade ambiental e vulnerabilidade social na susceptibilidade aos riscos. **Mercator**, v. 14, n. 2, p. 75-90, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mercator/a/sHGwqmtgTYsq55cH6HXkT7B/abstract/?lang=pt>.

SILVA, Nathalia Banharoto Dutra da; BORGES, Isabella; VASCONCELOS, Vitor Vieira. Análise do Impacto potencial de áreas com contaminação de solos sobre cursos d'água e poços no município de São Paulo. *Revista Águas Subterrâneas*, v.34, n.3, p.250-263, 2020.

SILVA, Adilson Ramos ; SOUZA, Glennia G. Gomes; GONÇALVES, Pauliana Freitas; CASTRO, Marleide Marques. Memória e identidade coletiva em uma região de monocultura de eucalipto. *Revista Kaleidoscópio*, v. 3, p. 19-35, 2012.

SIMAS, I.T.H.; RODRIGUES, C. Mapeamento de vulnerabilidade socioespacial: Análise espacial integrada entre vulnerabilidade social e suscetibilidade a inundações em bacia hidrográfica urbanizada de São Paulo/SP. **Confins**, v. 45, 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/29408>. Acesso em: 7 set. 2025.

SIMMEL, G. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). **Mana**, v. 11, p. 577-591, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/WfkbJzPmYNdfNWxpyKpcwWj/>. Acesso em: 6 jul. 2024.

SIQUEIRA, M.P.S. **O desenvolvimento do Porto de Vitória (1870–1940)**. Vitória: Codesa, 1995.

SIQUEIRA, M.P.S. Urbanização desigual e desigualdade nacional: um descaminho no processo de desenvolvimento brasileiro. **Revista de História e Estudos Culturais**, v.6, n.4, 2009.

SIQUEIRA, M.P.S. A questão regional e a dinâmica econômica do Espírito Santo - 1950/1990. **Dimensões**, v.25, p.215-234, 2010.

SOUZA, Isabel Cristina Nunes de; MENZORI, Ivan Damasco; BRAGA, Roberto. Urbanização sustentável: métricas espaciais e tipologias de crescimento. *Revista Caminhos de Geografia*, v.22, n.84, p.36-55, 2021.

SOUZA, Figueiredo Nunes de; LIMA, Fernando Rister de Sousa. Índícios de um direito simbólico ao meio ambiente ecologicamente equilibrado no contexto brasileiro. **Revista Eletrônica Direito e Política**, Programa de Pós-Graduação Stricto-Senso em Ciência Jurídica da UNIVALI, v. 17, n. 2, 2022.

VASCONCELOS, C. F. S. A propriedade intelectual e a proteção dos bens ambientais nas comunidades tradicionais: os desafios da modernidade para tutela do meio ambiente dentro da sociedade de risco. **Revista de Estudos Jurídicos UNESP**, n. 29, p. 1-16, 2015. Disponível em: <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/estudosjuridicosunesp/article/view/1680>.

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade amazônica**: estudos do homem nos trópicos. Tradução de Clotilde da Silva Costa. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1957.

WACQUANT, Loïc. **O lugar da prisão na nova administração da pobreza**. Novos Estudos, v.80,

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

APÊNDICE

Questionário utilizado na entrevista semiestruturada

Parte 1: Dados demográficos

1. Qual é o seu nome?
2. Qual é a sua idade?
3. Qual é o seu nível de escolaridade?
4. Há quanto tempo você mora nas margens do Rio Pardo?
5. Qual sua trajetória até chegar aqui?

Parte 2: Ocupação Desordenada

6. Como você avalia o impacto da ocupação das margens do Rio Pardo na sua qualidade de vida?
☐ Nenhum impacto
☐ Pouco impacto
☐ Impacto moderado
☐ Grande impacto
☐ Impacto significativo
7. Quais são os principais desafios que você enfrenta diariamente por morar em uma área ocupada de forma desordenada, as margens do rio?
8. Na sua opinião, a ocupação desordenada as margens do rio, prejudicou o desenvolvimento econômico e social da sua comunidade? Explique.
9. O quão eficiente considera a infraestrutura de sua comunidade?
☐ Pouco eficiente
☐ Regularmente eficiente
☐ Eficiente
☐ Muito eficiente
10. Você sente que a ocupação desordenada tem afetado sua segurança habitacional? Se sim, como?
11. De que maneira a ocupação desordenada impacta o acesso aos serviços básicos (saúde, educação, saneamento)?
☐ Não atende
☐ Atende parcialmente
☐ Atende

☐ Atende completamente

12. Como você avalia o suporte das autoridades públicas em relação às condições de vida nas margens do Rio Pardo? (Discursiva)

Parte 3: Impacto Social e Ambiental

13. Como você avalia as políticas públicas relacionadas à preservação ambiental na área em que vive?

☐ Ruim

☐ Regular

☐ Boa

☐ Ótima

☐ Excelente

14. Na sua opinião, como a ocupação desordenada afeta o meio ambiente e a preservação do Rio Pardo?

15. Você acredita que a degradação ambiental tem prejudicado a qualidade de vida dos moradores? Se sim, de que maneira?

16. Em relação à preservação do Rio Pardo, qual a sua percepção sobre os impactos ambientais causados pela ocupação desordenada?

☐ Nenhum impacto

☐ Pouco impacto

☐ Impacto moderado

☐ Grande impacto

☐ Impacto significativo

Parte 4: Condições de Marginalização

17. Como você percebe as condições de marginalização e exclusão social na sua área?

18. Na sua opinião, as condições de vida das pessoas que vivem nas margens do Rio Pardo são influenciadas pela falta de planejamento urbano? Explique.

19. De que forma você acha que a marginalização afeta o acesso das pessoas a serviços como educação, saúde e segurança?

Parte 5: Avaliação Geral e Soluções

20. Em uma escala de 1 a 5, como você avalia a eficiência das ações públicas para

a melhoria das condições de vida nas margens do Rio Pardo?

☐ 1 – Ruim

☐ 2 – Regular

☐ 3 – Boa

☐ 4 – Ótima

☐ 5 – Excelente

22. Quais soluções você sugere para melhorar as condições de vida dos moradores das margens do Rio Pardo?

22. Você acredita que a implementação de novas políticas públicas poderia ajudar a resolver os problemas enfrentados pelos moradores da área? Se sim, quais políticas seriam necessárias?

APÊNDICE 2: COMPILADO DE RESPOSTAS POR QUESTÃO

QUADRO 12: Questões 1 a 3 do roteiro de entrevistas

Participante	Idade	Escolaridade
Carla	67	Ensino Fundamental 1
Mariana	52	Ensino Fundamental 1
Paulo	87	Ensino Fundamental 1
Rita	70	Ensino Fundamental 1
Nilma	83	Ensino Médio
Nadir	67	Ensino Médio completo
Jonas	52	Não frequentou a escola
Antonio	64	Ensino Médio
João	86	Ensino Fundamental 1
Júlio	79	Ensino Fundamental 1

QUADRO 13: Questões 4 e 5 do roteiro de entrevistas

Participante	Tempo de moradia às margens do Rio (anos)	Como chegou à localidade
Carla	40	Morava em Luna, cidade vizinha, veio para cuidar de familiar e acabou se casando e residindo aqui.
Mariana	16	Morava no interior do estado, em Santa Clara e veio para as margens do rio Pardo.
Paulo	54	Veio de Chale, Minas Gerais, e reside nesta localidade até os dias de hoje.
Rita	46	Nascida e criada em Luna, cidade vizinha, no ano de 1989 veio para Ibatiba e se casou aqui e reside aqui até hoje.
Nilma	40	Sempre morou próxima ao rio, toda a sua vida.

Nadir	25	Era São Manoel em um município de Mutum , MG e veio morar aqui.
Jonas	20	Era morador de Luna, e veio para Ibatiba às margens do rio.
Antonio	30	Morou 20 anos em São Paulo, depois retornou e mora aqui até hoje, onde se casou e teve filhos.
João	16	Morava na roça e veio morar na rua para ter mais acesso a conforto de médico
Júlio	28	A casa foi herança do pai. Era uma casa simples e velha. Na época, com a ajuda da igreja, conseguiu organizar. Hoje, a casa ainda é a mesma, porém com algumas melhorias.

QUADRO 13: Questão 6 do roteiro de entrevistas

Participante	Como você avalia o impacto da ocupação das margens do Rio Pardo na sua qualidade de vida?
Carla	Grande impacto
Mariana	Grande impacto
Paulo	Grande impacto
Rita	Grande impacto
Nilma	Grande impacto
Nadir	Grande impacto
Jonas	Grande impacto
Antonio	Grande impacto
João	Grande impacto
Júlio	Grande impacto

QUADRO 14: Questão 7 do roteiro de entrevistas

Participante	Quais são os principais desafios que você enfrenta diariamente por morar em uma área ocupada de forma desordenada, às margens do rio?
Carla	“A quantidade de lixo, animais mortos, ao invés de jogar no lixo, eles saem de outros bairros e jogam aqui na beira do rio, causando mal cheiro e doenças, fazem isso como se aqui não existisse ninguém.”

Mariana	“Mau cheiro, principalmente à tarde, muitas redes de esgoto são lançadas no rio. Pagam taxa de esgoto e não tem tratamento de esgoto.”
Paulo	“A dificuldade é a enchente que dá prejuízos, alguns anos atrás dragavam o rio e isso não ocorria com frequência.”
Rita	“Falta de assistência pública, os bueiros voltam a água que acabam entrando dentro de casa, não tem vazão, além do mau cheiro que é insuportável, empresa SESAM não resolve o problema, eu e meu genro que cavamos um buraco próximo ao bueiro para tentar amenizar o problema.”
Nilma	“A maior dificuldade de toda vida, as nascentes foram diminuindo, o rio começou se tornou quase um córrego e com isso as pessoas foram ocupando suas margens e com isso muita sujeira no rio.”
Nadir	“Casas muito próximas ao rio, o impacto é muito grande e o povo não é muito consciente, pessoas constroem casas com pilastras dentro do rio.”
Jonas	“Muito diferente dos moradores que moram em outras ruas, praticamente não tem coleta de lixo, e os moradores de forma irresponsável jogam lixo no rio e nas suas margens.”
Antonio	“O nível da rua é mais baixo que o nível do rio, quando chove ao invés da água descer, ela volta na rua e não tem vazão, falta acesso a locais como um posto de saúde mais próximo de casa, tudo é distante e fica nos outros bairros considerados melhores.”
João	“A falta de escoamento da água, tanto a água do rio sobe, quanto a água da chuva.”
Júlio	“A enchente é o maior desafio, estraga os móveis, além da casa, deixa mal cheiro, paredes mofadas.”

QUADRO 15: Questão 8 do roteiro de entrevistas

Participante	Na sua opinião, a ocupação desordenada às margens do rio, prejudicou o desenvolvimento econômico e social da sua comunidade? Explique.
Carla	“Sim, a entrevistada desenvolveu problema de ansiedade com medo da chuva, qualquer nuvem no céu já se sente ameaçada e não consegue dormir, começa a chover fica doente e passa mal.”
Mariana	“Prejudicou muitos moradores, a água invade grandes extensões, muitas pessoas são prejudicadas e perdem coisas.”
Paulo	“Prejudica muito, pois as pessoas perdem muitas coisas, vivem todo ano comprando móveis e perdendo.”
Rita	“Muito, pois muita gente perdeu muita coisa, alimentos, móveis, adquirem doenças pela água da enchente, inclusive eu tive uma filha que adquiriu uma doença após ter contato com a água da enchente tentando tirar os móveis quando a água começou a subir e invadir a residência.”
Nilma	“Aqui a dificuldade é total, por dois ou três motivos, quem mora na beirada do rio, todos os anos perde tudo com a enchente, pessoas passam fome, pois não tem como se reconstruir.”

Nadir	“Sim, pois quando dá enchente, as pessoas perdem tudo.”
Jonas	“Segundo o senhor João, fica difícil, pois os imóveis nessa localidade não têm muito valor comercial, nem para venda, nem para alugar.”
Antonio	“Sim, não tem jeito de nada, os imóveis são muito mais baratos, não se tem pessoas com interesse de colocar comércio nessas localidades, tudo aqui é mais difícil, o valor muito mais baixo dos imóveis, com isso as pessoas passam anos para comprar um bem, e ele não tem valor nenhum no mercado, quem mora aqui já sabe que é uma localidade praticamente sem nenhuma assistência do poder público.”
João	“Muito, pois as pessoas perdem bens materiais, alimentos, documentos pessoais.”
Júlio	“Muito, é uma área de muita dificuldade, principalmente no período das chuvas, as pessoas nem dormem direito de medo, além de ser uma área de pouco valor comercial devido a localidade ser mais isolada e sem muita assistência do poder público.”

QUADRO 16: Questão 9 do roteiro de entrevistas

Participante	Quão eficiente você considera a infraestrutura de sua comunidade?
Carla	Pouco eficiente
Mariana	Pouco eficiente
Paulo	Regular
Rita	Pouco eficiente
Nilma	Pouco eficiente
Nadir	Pouco eficiente
Jonas	Pouco eficiente
Antonio	Pouco eficiente
João	Pouco eficiente
Júlio	Pouco eficiente

QUADRO 17: Questão 10 do roteiro de entrevistas

Participante	Você sente que a ocupação desordenada tem afetado sua segurança habitacional? Se sim, como?
Carla	“Sim, insegurança e falta policiamento que não é frequente nessas localidades”

Mariana	A rua é tranquila, nenhum movimento diferente.“
Paulo	“A polícia aparece se tiver alguma ocorrência na localidade e eles forem chamados, tirando isso, eles não aparecem.“
Rita	“Sim, ficamos mais vulneráveis, e mais isolados, a comunidade fica mais abandonada desses serviços básicos de saúde, segurança pública.“
Nilma	“Sim, não tem segurança, se chover já fica preocupado com a enchente, não dorme direito.“
Nadir	“Sim, corre muito o risco quem mora perto do rio, pois nem sempre as pessoas levam a sério que a água vai subir e muitos são pegos de surpresa.“
Jonas	“A polícia até passa de vez em quando, mas é algo raro, se tiver necessidade de fazer um chamado policial, eles não aparecem, o descaso é total com quem mora nessas margens.“
Antonio	“Muito, porque é complicado morar nessas localidades, infelizmente são locais procurados para moradia por alguns criminosos, devido a falta de policiamento e por ser mais isolado da polícia, esses indivíduos sempre procuram essas localidades na beira do rio por ser mais fácil de fugir da polícia.“
João	“Sim, moradores dessas localidades ficam mais vulneráveis nessas localidades devido ao acesso a serviços básicos de saúde, saneamento básico e segurança.“
Júlio	“Sim, é uma área mais abandonada por ser um pouco mais distante dos centros comerciais, de uma padaria, de um mercado melhor, posto de saúde, e para agravar ainda mais o problema é na beira do rio.“

QUADRO 18: Questão 11 do roteiro de entrevistas

Participante	De que maneira a ocupação desordenada impacta o acesso aos serviços básicos (saúde, educação, saneamento)?
Carla	Não atende
Mariana	Não atende
Paulo	Não atende
Rita	Não atende
Nilma	Não atende
Nadir	Atende parcialmente
Jonas	Não atende
Antonio	Não atende
João	Não atende

Júlio	Atende parcialmente
-------	---------------------

QUADRO 19: Questão 12 do roteiro de entrevistas

Participante	Como você avalia o suporte das autoridades públicas em relação às condições de vida nas margens do Rio Pardo?
Carla	“Ruim, os órgãos públicos não dão assistência, considera ruim e precária”
Mariana	“Dão suporte sempre que precisam”
Paulo	“Suporte nenhum, as pessoas que moram nessa localidade são deixadas de lado, os pequenos são largados por serem mais pobres e morarem mais isolados e em localidades mais pobres.”
Rita	“Muito ruim, a coleta não é feita adequadamente, e as pessoas vem de outros bairros e jogam lixo aqui na rua por ser mais isolada, inclusive jogam na beira do rio, colocam fogo no lixo perto do rio, enfim não temos quase nenhum suporte, acostumamos viver com essas dificuldades.”
Nilma	“Ruim, as autoridades deveriam olhar mais para a pobreza, principalmente o prefeito, entra um sai outro e nada é feito.”
Nadir	“Médio, poderia dar mais assistência. Mais fiscalização dos órgãos públicos, tanto os pobres quanto os ricos ainda continuam construindo na beira do rio.”
Jonas	“Péssima, não tem nenhum tipo de assistência por parte do poder público, a não ser em período de eleição quando eles vêm pedir votos.”
Antonio	“Ruim, não dão nenhuma assistência, geralmente só aparecem na época das eleições.”
João	“Antigamente sim, a prefeitura dragava o rio e isso ajudava, mas é até difícil entrar com uma máquina para fazer a limpeza do córrego devido a grande quantidade de casa próximas ao rio.”
Júlio	“Ruim, única vez que teve recurso após a enchente ,por perder os móveis e estragar a casa, foi em 2024, receberam um valor em dinheiro para comprar e recuperar as coisas que foram estragadas pela grande enchente que teve na época.”

QUADRO 20: Questão 14 do roteiro de entrevistas

Participante	Na sua opinião, como a ocupação desordenada afeta o meio ambiente e a preservação do Rio Pardo?
Carla	“Afeta muito, não tem mais peixes, poucas espécies de animais são vistas nessas margens.”
Mariana	“Sim, o rio está cada dia mais apertado e sem espaço para escoar a água e com isso o meio ambiente fica prejudicado, a água não tem vazão.”
Paulo	“É difícil ver peixe nos rios, pois nem as autoridades e nem a própria comunidade tem acesso ao rio cuida da forma que deveria.”
Rita	“Não tem mais peixes, o rio era limpo, as crianças tomavam banho no rio, hoje o rio está sujo e muito poluído com lixo e esgoto.”

Nilma	“Afeta muito, totalmente desconfortável para os moradores e para o rio, as pessoas se sentem incomodadas com o rio, sempre o veem de forma negativa e acabam devastando cada vez mais sem se conscientizar.”
Nadir	“Muito, pois a alguns anos o leito do rio foi mudado de curso, obra feita na época para que as pessoas pudessem construir suas casas, hoje essa área aterrada é seriamente afetada pela enchente.”
Jonas	“Afeta muito, água suja, cheia de lixo que os próprios moradores da localidade jogam e moradores de outros bairros.”
Antonio	“Degradando a cada dia mais rio, que está praticamente sem vida, devido a desorganização e ocupação das casas praticamente dentro do rio, tudo se joga no rio, muito lixo, não tem peixes, cobra se mais impostos e não fazem nada, cobram a taxa de esgoto, mas ainda tem redes de esgoto sendo jogadas no rio.”
João	“O lixo que é jogado no rio, restos de construção, de carros.”
Júlio	“Sim, afeta o rio, casas muito próximas ao rio, apesar do esgoto ser tratado, por pouco tempo, se tiver no máximo 1 ano que o esgoto não é despejado no rio.”

QUADRO 21: Questão 15 do roteiro de entrevistas

Participante	Você acredita que a degradação ambiental tem prejudicado a qualidade de vida dos moradores? Se sim, de que maneira?
Carla	“Sim, acabou os peixes, poucas árvores.”
Mariana	“Sim, o rio está a cada dia mais apertado e sem espaço para escoar a água e com isso o meio ambiente fica prejudicado, a água não tem vazão.”
Paulo	“Sim, pelo descuido e falta de acesso a serviços básicos.”
Rita	“Sim, tem pessoas e crianças que tem alergias a esses odores fedem muito, e isso acaba causando essas doenças alérgicas e respiratórias, a falta de lazer, porque o rio já foi um ponto de encontro das pessoas no final das tardes para baterem papo.”
Nilma	“Sim, muito.”
Nadir	“Muito, pois a alguns anos o leito do rio foi mudado de curso, obra feita na época para que as pessoas pudessem construir suas casas, hoje essa área aterrada é seriamente afetada pela enchente.”
Jonas	“Afeta muito, água suja, cheia de lixo que os próprios moradores da localidade jogam e moradores de outros bairros.”
Antonio	“Degradando a cada dia mais rio, que está praticamente sem vida, devido a desorganização e ocupação das casas praticamente dentro do rio, tudo se joga no rio, muito lixo, não tem peixes, cobra se mais impostos e não fazem nada, cobram a taxa de esgoto, mas ainda tem redes de esgoto sendo jogadas no rio.”
João	“O lixo que é jogado no rio, restos de construção, de carros”

Júlio	“Com certeza, pois mesmo que o esgoto seja tratado a pouco tempo, tem mal cheiro, alguns insetos, como baratas, ratos são bem comum de serem vistos nessas redondezas.”
-------	---

QUADRO 22: Questão 16 do roteiro de entrevistas

Participante	Em relação à preservação do Rio Pardo, qual a sua percepção sobre os impactos ambientais causados pela ocupação desordenada?
Carla	Grande impacto
Mariana	Grande impacto
Paulo	Pouco impacto
Rita	Grande impacto
Nilma	Grande impacto
Nadir	Grande impacto
Jonas	Grande impacto
Antonio	Grande impacto
João	Grande impacto
Júlio	Grande impacto

QUADRO 23: Questão 17 do roteiro de entrevistas

Participante	Como você percebe as condições de marginalização e exclusão social na sua área?
Carla	“Policiamento até tem, lugar é conhecido como boca de fumo, a polícia e o poder público sabem, porém nada fazem e o local com isso fica isolado e esquecido.”
Mariana	“Afeta porque as pessoas veem essas áreas como ruins para morar, montar um comércio, e com isso desvaloriza essa parte da comunidade que é mais próxima do rio.”
Paulo	“A criminalidade sempre está presente, ainda existem algumas casas abandonadas nas margens do rio, que são abandonadas por entrar água e isso é sempre local de fácil acesso de quem quer fazer coisas erradas.”
Rita	“Não me incomoda, até vejo alguns movimentos e atitudes suspeitas, mas não se sente incomodada, pois cada um cuida da sua vida e vive do jeito que quiser.”
Nilma	“Não é normal, pois a falta de assistência pública, acaba afetando a todos, falta um olhar mais responsável dos governantes, da defesa civil para com as pessoas que moram nessas áreas.”

Nadir	“Não tem observado, sabe que tem essas questões.”
Jonas	“Sim, por ser canto de rua e na beira do rio, sempre tem alguns indivíduos usando droga debaixo da ponte ou em lotes vagos próximo ao rio.”
Antonio	“Imóveis mais baratos são procurados por alguns maus elementos, que usam essas áreas para fazer comércio de drogas, até mesmo como rota de fuga, caso a polícia apareça, conseguem pular o rio e fugir.”
João	“Nessa rua ele até considera tranquilo, convive com todos e respeita a opção de vida de cada um.”
Júlio	“Pela falta de importância que essas localidades têm para o poder público, falta segurança, vem pessoas de má índole morar nessas localidades por ser locais mais isolados e desprotegidos, as pessoas dos outros bairros costumam jogar lixo aqui próximo ao rio, todas as vezes que a prefeitura lavava as ruas, essa rua não era lavada, quase não tem policiamento nessa área próxima ao rio, ficam bem largados.”

QUADRO 25: Questão 18 do roteiro de entrevistas

Participante	Na sua opinião, as condições de vida das pessoas que vivem nas margens do Rio Pardo são influenciadas pela falta de planejamento urbano? Explique.
Carla	“Com certeza, falta assistência e incentivo a comunidade que vive nessa localidade”
Mariana	“Sim, influência, depois que o último prefeito melhorou a ponte do rio que era pequena e apertada, com o aumento da ponte, deu mais vazão para a água da chuva escoar.”
Paulo	“Sim, por mais que hoje as coisas estejam melhores que antigamente, ainda precisa melhorar muita coisa.”
Rita	“Sim pois não tem assistência do poder público, tudo para nós que moramos nessa localidade é mais difícil, a gente acostumou viver largado.”
Nilma	“Muito. Ruas irregulares, falta de tratamento de esgoto, os bueiros são muito ruins e entopem com facilidade e água acaba voltando, os bueiros que mais contribuem para água encher a rua, pois não são limpos.”
Nadir	“Sim, porque falta arrumar esgoto, exemplo fizeram a canalização de esgoto de algumas casas, mas a grande maioria ainda o esgoto é jogado no rio.”
Jonas	“Sim, se tivesse sido projetada a rua, com rede de esgoto, sinalização, melhor calçamento nas ruas para melhor escoar a água.”
Antonio	“Com certeza, não tem incentivo do município e são pessoas mais simples e acomodadas, sempre ganham cesta básica e acabam vivendo dessa forma, e sem fiscalização para verificar quem realmente precisa desses benefícios, são pessoas acomodadas e sem perspectiva de futuro.”
João	“Sim, as pessoas não têm conforto e são sujeitas a viver situação precária por falta de assistência do poder público, um olhar mais humano.”
Júlio	“Sim, tudo aqui é de qualquer maneira, as pessoas já se acostumaram a viver com dificuldade, só aparece alguém na época de política, tirando isso ficamos largados aqui.”

QUADRO 26: Questão 19 do roteiro de entrevistas

Participante	De que forma você acha que a marginalização afeta o acesso das pessoas a serviços como educação, saúde e segurança?
Carla	"Sim, prejudica alugar os imóveis, vender, porque as pessoas têm medo de morar nessas localidades devido à falta de segurança."
Mariana	"Afeta porque as pessoas veem essas áreas como ruins para morar, montar um comércio, e com isso desvaloriza essa parte da comunidade que é mais próxima do rio."
Paulo	"Afeta muito, pois as pessoas deixam de frequentar essas localidades por medo, às vezes deixam de alugar uma casa, com isso a comunidade fica malvista."
Rita	"Ela acha difícil, muitos imóveis à venda e ninguém tem interesse em comprar, pela dificuldade de acesso, pela criminalidade e pelo fato de água invadir sempre que chove."
Nilma	"O preconceito por parte de algumas pessoas de outras áreas, que acham que todos nós que moramos nessas localidades são criminosos ou são pessoas desocupadas."
Nadir	"Até que a polícia sempre passa, não está cem por cento, mas está caminhando."
Jonas	"Sim, as pessoas têm medo e esses serviços prestados à comunidade acabam sendo prejudicados."
Antonio	"Pela falta de acesso a esses serviços básicos, a comunidade vive isolada nessas localidades, a polícia e o poder público sabem do problema, porém não fazem nada, muitas vezes fingem que está tudo bem, pois os problemas são visíveis, não enxerga se não quiser."
João	"Não considero que atrapalha, vivo bem com todos."
Júlio	"Outras pessoas têm medo dessa área, por não ter segurança, por entrar água nas casas, isso acaba deixando os moradores isolados e desprotegidos sem acesso a um posto de saúde mais próximo de casa, um mercado de melhor qualidade, um policiamento adequado que dê mais segurança aos moradores locais."

QUADRO 27: Questão 20 do roteiro de entrevistas

Participante	Em uma escala de 1 a 5, como você avalia a eficiência das ações públicas para a melhoria das condições de vida nas margens do Rio Pardo?
Carla	Ruim
Mariana	Boa
Paulo	Regular
Rita	Ruim

Nilma	Ruim
Nadir	Ótima
Jonas	Ruim
Antonio	Regular
João	Ruim
Júlio	Ruim

QUADRO 28: Questão 21 do roteiro de entrevistas

Participante	Quais soluções você sugere para melhorar as condições de vida dos moradores das margens do Rio Pardo?
Carla	"Mais policiamento, mais investimento em saúde, em educação, se sentem excluídos por morar nessas localidades."
Mariana	"Ter mais visibilidade por parte do poder público, com isso mais acesso aos serviços básicos, como de saúde, educação, e até mesmo a coisas básicas, como um conserto de um bueiro, uma calçada mais acessível."
Paulo	"Cuidar mais do rio, fazer calçamento, cuidar dos bueiros."
Rita	"Mais investimentos em calçamentos, esgoto limpo, abrir os bueiros e limpar porque eles não têm vazão para a água descer."
Nilma	"Mais dignidade para os moradores com prestação de serviço, a gente quer ao menos o básico para viver, já vivemos com tanta dificuldade por causa da enchente, se o poder público ao menos fizer a parte dele, já ajuda, porque a gente vive muito esquecido."
Nadir	"De moradias mais dignas, as pessoas moram com dificuldade, grande parte das pessoas não moram nessas áreas porque querem, moram porque precisam e não tem condições de irem para outro lugar."
Jonas	"Policiamento com mais frequência, melhor tratamento de esgoto, pois fede muito e acaba ficando desconfortável conviver com esse mau odor."
Antonio	"Colocar um posto de policiamento, posto de saúde nessas localidades próximas ao rio, mais escolas, limpar as áreas próximas ao rio, geralmente são os próprios moradores que fazem essa limpeza."
João	"Melhorar o calçamento das ruas, redes de esgoto, se fosse asfaltado seria melhor."
Júlio	"Limpar o rio, manter as margens limpas, o rio está cheio de resto de construções, madeira, é preciso que as pessoas tenham consciência, o que a grande maioria não tem, de certa forma a conscientização da população também ajudaria muito."

QUADRO 29: Questão 22 do roteiro de entrevistas

Participante	Você acredita que a implementação de novas políticas públicas poderia ajudar a resolver os problemas enfrentados pelos moradores da área? Se sim, quais políticas seriam necessárias?
Carla	"Sim, com certeza, saneamento básico, como tratamento do esgoto, coleta de lixo com mais frequência e limpeza do rio e de suas margens."
Mariana	"Sim, políticas voltadas para mais cuidados com o rio, orientar as pessoas da importância do rio, de não jogar lixo no rio."
Paulo	"Não todos os problemas, porque são muitos, mas ajudaria muito se os governantes olhassem um pouco mais por nós que moramos e vivemos com mais dificuldade."
Rita	"A limpeza do rio, pois quando se limpa o rio assoreado e cheio de lixo, o impacto da enchente é menor e prejudica menos os moradores."
Nilma	"Políticas de infra estrutura que melhore a vida dos moradores, a gente quer ter uma vida mais digna."
Nadir	"Sim ,com certeza, principalmente política habitacionais."
Jonas	"Sim, calçamento das ruas, alguns quebra-molas, policiamento com mais frequência."
Antonio	"Sim, com certeza, isso ajudaria a melhorar as condições de vida das pessoas que moram nessas localidades, melhoramento nos bueiros para melhor vazão da água, limpar o rio com mais frequência, conscientizar mais a população sobre a importância de se preservar o rio, pois o lixo que é lançado no rio é jogado pela própria população."
João	"Melhor investimento para as pessoas que moram na beira do rio e que vivem perdendo seus bens com a enchente."
Júlio	"Se o prefeito limpar o rio, isso ajuda muito, a muitos anos que isso não é feito, o rio está assoreado, precisa nivelar as ruas, porque as calçadas não têm nivelamento, qualquer chuva que tem, até a enxurrada pode entrar nas casas, é muito difícil a vida do pobre que mora nessas localidades, infelizmente pobre mora no morro ou na beira do rio, essa é a realidade que vivemos a anos no Brasil."